



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0182/15	DATA: 26/03/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h44min	TÉRMINO: 17h00min	PÁGINAS: 166

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - ex-Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento, na condição de testemunha, da Sra. Maria das Graças Silva Foster, ex-Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve tumulto no plenário.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; a superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e à venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 6ª reunião.

Sendo assim, vai-se proceder à leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: ofício do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, designando os Auditores Federais de Controle Externo Antônio Ricardo Pires dos Santos e João Batista Ferreira Junior para, a partir de 1º de abril, prestar assessoramento a esta CPI.

Recebemos também *e-mail* da Controladoria-Geral da União informando que os ofícios recebidos desta Comissão foram encaminhados às áreas técnicas da Secretaria-Geral de Controle Interno — CFC e da Corregedoria-Geral da União — CRG para análise e providências de resposta.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei oportunamente a palavra a V.Exa., Deputada Eliziane Gama.

Antes de convidar a Sra. Graça Foster para vir à mesa, gostaria de prestar um esclarecimento, porque há uma expectativa muito grande da imprensa e da sociedade sobre a contratação da empresa Kroll. Nós temos aqui *e-mail* solicitado por este Presidente ao Dr. Lúcio Henrique Xavier Lopes, chefe da área da Diretoria-Geral que está cuidando da parte legal da contratação da empresa, para podermos informar ao Plenário e aos profissionais da imprensa aqui presentes como está o andamento da contratação.

Passo a ler o *e-mail* vindo da Diretoria-Geral prestando esclarecimento sobre a contratação da KROLL:

*“Peço que leve ao conhecimento do Presidente desta douta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Federal Hugo Motta, sobre o término da análise jurídica do contrato a ser firmado com a empresa Kroll.*

*Nesse sentido, informo que, após exaustiva negociação com a referida empresa acerca dos termos do contrato, tarefa essa realizada por intermédio do ilustre advogado Dr. Ricardo Levy, do Escritório Pinheiro Neto, esta Assessoria Técnica da Diretoria-Geral ultimou a apreciação jurídica da avença e dará sequência ao processo com manifestação pela legalidade da contratação decidida por essa CPI, com fulcro no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c o art. 13 e incisos do mesmo diploma legal.*

*Em decorrência, elucidado que ainda hoje o processo será encaminhado ao Departamento de Finanças para fins de reserva dos recursos financeiros necessários ao posterior adimplemento da contratação e será, na sequência,*



*imediatamente enviado à submissão ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, eminente Deputado Beto Mansur, tendo em conta a inexigibilidade da licitação na hipótese vertente.*

*Uma vez aprovada a contratação pelo Senhor Primeiro Secretário, elucido que a avença estará apta à assinatura pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados e pela representante da Kroll, Sra. Snezana Gebauer, com a consequente publicação do extrato de contratação nos meios de comunicação oficial, nos temos da lei.*

*Desde já, coloco-me à disposição dessa Secretaria para eventuais esclarecimentos adicionais.*

*Atenciosamente, Lúcio Henrique Xavier Lopes, Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.”*

Este e-mail foi enviado nesta quinta-feira, 26 de março, de 2015, à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Este é o esclarecimento que gostaria de prestar sobre a contratação da empresa Kroll, que está sob os cuidados da Diretoria-Geral.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama e, em seguida, V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, quero, mais uma vez, cumprimentar V.Exa. pela forma como tem conduzido os trabalhos desta CPI, aos quais tem imprimido um bom ritmo.

Em razão da sua condução, Sr. Presidente, quero fazer duas sugestões que acho importantes. Primeira: nós tivemos aqui, na última reunião deliberativa da CPI, a impossibilidade de dar continuidade a um acordo de aprovação ou pelo menos de colocar em pauta de votação algo que nós fizemos na reunião anterior, exatamente porque os partidos da base do Governo, junto com o PT, acabaram utilizando o



tempo de Liderança e fazendo as suas exposições até que tivesse início a Ordem do Dia no plenário principal desta Casa. Em função disso, eu quero sugerir a V.Exa. que as reuniões deliberativas da CPI sejam realizadas pela manhã, exatamente para evitar que isso aconteça. E que as reuniões preparatórias, que eu acho importantes porque agilizam os trabalhos — considerando-se a inclusão na pauta dos requerimentos por consenso —, sejam realizadas na tarde do dia anterior. Eu acho que com isso nós vamos ter um resultado importante e, aí sim, valerá a pena a reunião do dia anterior, porque como aconteceu na última reunião não vale a pena. Faz-se uma reunião e parece que se está fazendo um grande acordo para votar apenas aquilo que é consenso. Isso não faz parte do que nós, dentro desse colegiado democrático, estamos realmente pensando.

A outra sugestão é acerca das acareações. Está sendo discutido que apenas colocaremos em votação os pedidos de acareações logo após ouvirmos os depoimentos. Nós já ouvimos dois depoimentos importantes, o do Renato Duque e o do Pedro Barusco. É necessário já colocarmos para aprovação o requerimento de acareação, inclusive de nossa autoria, do João Vaccari, do Renato Duque e do Pedro Barusco. Nós temos vários depoimentos em curso no Ministério Público e na Justiça. Acredito que esses depoimentos possam ser já contraditados aqui nessas acareações.

Queria fazer essas duas sugestões e pedir a benevolência de V.Exa. para acatá-las.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vou dar a palavra ao Deputado Ivan Valente e, em seguida, a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero concordar com a Deputada Eliziane Gama quanto à agilização dos nossos trabalhos e recomendar que a CPI preste atenção aos fatos que estão ocorrendo. Vou dar um exemplo: nós deixamos de votar aqui o requerimento de convocação de um dos maiores operadores do escândalo da PETROBRAS, o Sr. Fernando Soares. Ontem novamente o Juiz Sérgio Moro o condenou, inclusive com a acusação



gravíssima de que teria havido uma operação-abafa na CPI da PETROBRAS em 2009.

Então, o pedido que eu faço, Sr. Presidente, é de que não bloqueemos as convocações necessárias. O que aconteceu na última reunião não pode continuar acontecendo, ou seja, votar só o acordo feito na reunião da manhã. Eu queria que na próxima reunião fossem votados os requerimentos que nós colocamos em pauta. Submeta-os a votos! As pessoas que quiserem vetar a convocação do Sr. Fernando Soares, do Sr. Jaime Oliveira, do Sr. Julio Camargo, votem contra. Mas nós não podemos evitar a votação de requerimentos de convocação de pessoas que estão diretamente relacionadas aos fatos investigados. Esta era a primeira questão, Sr. Presidente.

A segunda sugestão é sobre a Kroll. Eu ainda não entendi, no informe de V.Exa. e na carta enviada para explicar a contratação, por que a inexigibilidade de licitação. Por que não é exigível a licitação? Isso eu não entendi ainda. Eu quero saber em que se baseia exatamente a contratação da Kroll. Inclusive, não está aí previsto ou, pelo menos, se o contrato não foi assinado, deve ter alguma suposição ou proposta de preço a ser cobrado por essa empresa internacional.

Eu queria que V.Exa. nos explicasse, por favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Sr. Presidente, algumas reuniões atrás V.Exa. foi interpelado por um companheiro nosso aqui com relação à marcação de lugares nesta sessão.

Cheguei agora e quero reiterar que isto continua acontecendo: algumas Lideranças de alguns partidos chegam aqui, colocam as suas pastas; outras, inclusive, afixaram o nome do Deputado, com a estrela do partido, garantindo o lugar... (*Risos.*) Isso é mais uma daquelas coisas de oportunidade e oportunismo.

Eu gostaria que V.Exa. tomasse providências em relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Determino à Secretaria da CPI que toda e qualquer marcação de lugar sem a presença do Deputado seja retirada. Nós não iremos admitir esse tipo de procedimento aqui porque só quem pode marcar o lugar é o Deputado, quando chega. Se o Deputado não está presente, ele



não tem lugar marcado e outro Deputado pode chegar e se sentar no lugar. Aqui não tem cadeira marcada.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, eu estou desde as 5 horas aqui guardando o meu lugar. A carapuça não serve em mim, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso mostra o seu afinco...

Determino que a marcação de lugar não seja mais permitida pela Secretaria da CPI.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, V.Exa. autoriza, então, o Deputado que chegar aqui e encontrar assento marcado sem a presença do Deputado a retirar o material do local?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado fica à vontade para se sentar, até porque não vamos mais respeitar mais nenhum tipo de marcação de lugar, porque isso não é permitido, não é regimental. Nós aqui cumprimos o Regimento.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Respondendo à Deputada Eliziane Gama, quero dizer que iremos, sim, Deputada, fazer um esforço para atender ao apelo de V.Exa. e fazer as reuniões deliberativas como sugerido por V.Exa. Isso depende também de um acordo com os Líderes partidários, Sub-Relatores e Relatores, porque também depende da agenda desses Deputados ao virem dos seus Estados. Mas quero dizer que vemos com muito bons olhos a sugestão de V.Exa. de tentarmos produzir o máximo possível nas reuniões deliberativas.

Respondendo ao Deputado Ivan Valente, que indagou primeiramente sobre a questão da pauta das reuniões deliberativas, quero dizer, Deputado Ivan Valente, que V.Exa. participou da reunião pela manhã e pôde testemunhar o esforço que nós fizemos para que o máximo de requerimentos, inclusive com a anuência do Relator e dos Sub-Relatores e Líderes partidários, pudessem ser apreciados para que a pauta da Comissão não fosse interrompida. E este Presidente cumpriu a previsão regimental de, ao terminarmos a apreciação dos acordos, irmos diretamente para a apreciação dos requerimentos em pauta, inclusive acatando a inversão de pauta



proposta pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que está aqui e pode testemunhar este nosso posicionamento.

Se V.Exa. por acaso estiver querendo fazer alguma ilação — acredito que não é o que V.Exa. quer fazer —, já estou aqui frontalmente rechaçando-a porque às vezes é costume nesta Casa colegas quererem intimidar os outros fazendo ilações.

Esta Presidência não aceita nenhum tipo de ilação que V.Exa. porventura esteja fazendo sob proteção a quem quer que seja. Todos os requerimentos que chegaram a esta Presidência estão pautados. Vamos votar todos os requerimentos. Não iremos admitir esse tipo de ilação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A ilação fica por conta de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. defende que a disputa seja feita no voto. É isso o que nós vamos fazer.

Respondendo à outra indagação de V.Exa., vou encaminhar o *e-mail* enviado pela Diretoria-Geral chegado a este Presidente sobre a contratação da Kroll para que V.Exa. possa lê-lo

Em relação a quaisquer questionamentos que V.Exa. tenha sobre o critério adotado de inexigibilidade de licitação, foi aplicada a Lei nº 8.666, de 1990, art. 25, II. A Diretoria-Geral, por intermédio do Sr. Lúcio Henrique Xavier Lopes, que é quem está cuidando dessa contratação legal, poderá esclarecer todo e qualquer questionamento que V.Exa. porventura queira fazer.

Então, este Presidente acaba de responder as questões de ordem formuladas. Peço à Secretaria que faça chegar às mãos do Deputado Ivan Valente esse *e-mail* enviado à Presidência da CPI.

Entrego também ao Deputado Onyx Lorenzoni, conforme requisitado na última reunião, os arquivos com o tempo que S.Exa. nos pediu, para facilitar a escuta do áudio para que S.Exa. possa ir direto ao fato, antes que as notas taquigráficas se tornem disponíveis para os membros e para este Presidente, para que S.Exa. já tenha a oportunidade de, se entender necessário, fazer a análise.

Nós faremos essa marcação em todas as reuniões, para evitar o trabalho de se ouvir todo o áudio da Comissão quando se quer ir direto a um fato, a um trecho. Então, eu farei chegar às mãos de S.Exa. também essa marcação.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, V.Exa. pode ligar o microfone? Eu quero responder a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Sr. Presidente, pela presteza.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero responder a V.Exa., mas V.Exa. desligou o meu microfone. V.Exa. não pode fazer isso. V.Exa. não permite o diálogo. Aqui não há nenhum imperador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Deputado...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero responder a V.Exa. sobre as ilações...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E, principalmente, dizer que a ata de hoje...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero responder a V.Exa. sobre as ilações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou garantir a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, ao Deputado Edmilson Rodrigues e, em seguida, ao Deputado Ivan Valente, que eu sei que tem educação para aguardar para responder.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A ata de hoje já registra e disponibiliza a relação dos áudios. Eu creio que isso vai colaborar muito para os trabalhos da Comissão.

Eu quero agradecer as providências e a diligência da Secretaria, porque nós criticamos em alguns momentos, mas também somos obrigados a reconhecer quando, de maneira correta e diligente, a Secretaria nos dá o suporte necessário. Então, eu quero reconhecer essa atitude da Secretaria e parabenizá-la por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O Deputado Edmilson Rodrigues está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento em relação à visita à COMPERJ e à Abreu e Lima, porque eu sei que há requerimentos. Se há decisão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esses requerimentos...



**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Conversando com alguns Deputados no início, eu fui informado de que já havia sido aprovado o requerimento de visita à COMPERJ, por exemplo. Eu não sei se o requerimento de visita à Abreu e Lima já foi apresentado. Então, como se processará isso, considerando-se as outras atividades do Parlamento?

A outra questão é que até houve um debate aqui e certa emoção nos envolveu em relação às Sub-Relatorias. Logo depois, além das quatro Sub-Relatorias, cuja criação V.Exa. determinou, mais duas foram propostas e aceitas. Como é que irão funcionar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Essas Sub-Relatorias...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Porque um dos problemas aqui elencados, a meu ver, é que, pela quantidade de pessoas aprovadas e as que precisamos aprovar para ouvirmos aqui, fica inviável fisicamente. O tempo, digamos assim, pode inviabilizar isso.

Então, como viabilizar o trabalho das Sub-Relatorias e reuniões parciais da Comissão de modo a se avançar nas oitivas e ouvir o maior número de pessoas? E, por fim, as acareações. Como é que V.Exa. e a direção preveem que nós possamos fazer as acareações aqui já previstas? É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Primeiro, respondendo a V.Exa., os requerimentos de visita às refinarias, ou qualquer visita que a CPI queira fazer, sendo aprovados pelo Plenário, nós iremos, dentro daquilo que é regimental e que a CPI pode fazer, dar total estruturação para que os Deputados tenham condição de realizar as visitas, visando, claro, sempre podermos aprofundar as investigações.

Com relação ao questionamento de V.Exa. sobre as Sub-Relatorias, elas haviam sido propostas pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, a quem eu posso em seguida passar a palavra para que fale sobre esse pedido das Sub-Relatorias. Uma delas já foi aprovada. É uma Sub-Relatoria auxiliar, cujo Sub-Relator já está nomeado, o Deputado Valmir Prascidelli.

Então, a princípio, seriam duas, mas depois o Relator evoluiu para a criação só de uma.



Eu não tenho mais condição de criar Sub-Relatorias por ato da Presidência, porque eu adotei um critério para criá-las. Eu peguei o escopo do requerimento de Instauração da CPI e o dividi em quatro assuntos. Esses quatro assuntos estão abrangidos pelas Sub-Relatorias.

Então, eu não tenho mais, segundo o procedimento que usei, condições legais de propor a criação de mais alguma Sub-Relatoria, porque eu estaria fugindo ao critério que adotei prioritariamente para criar as quatro Sub-Relatorias.

Então, o Relator-Geral propôs a criação de duas Sub-Relatorias e evoluiu para a criação de uma. Eu posso, em seguida, dar a palavra a ele para explicar.

Com relação às acareações, o critério da acareação obedece ao Capítulo VIII do Código de Processo Penal, art. 229:

*“A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.”*

Então, adotando esse critério, nós estamos aptos...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Entre o Pedro Barusco e o Renato Duque, parece-me ser urgente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

Entre as oitivas realizadas nós podemos, obedecendo a esse dispositivo do Código de Processo Penal, apenas, até então, fazer a acareação entre o Sr. Renato Duque e o Sr. Pedro Barusco. Então, o Sr. Sérgio Gabrielli e alguns outros... Só podemos fazer acareação daqueles que já estiveram aqui e que porventura tenham divergido nas informações prestadas, porque nós temos que seguir o Código de Processo Penal. CPI não pode fazer acareação simplesmente pelo entendimento de que a acareação é necessária. Temos que ter argumentos legais e divergências de informações para que ela possa ser realizada. Vamos seguir fielmente o que diz o nosso Código de Processo Penal.

Vou dar a palavra ao Deputado Ivan Valente para...



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, é só uma contribuição...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria primeiro de pedir silêncio ao plenário para podermos evoluir de maneira célere, já que a Sra. Graça Foster se encontra na Secretaria da CPI, já está apta a vir participar da nossa reunião e podemos iniciar a oitiva. Então, gostaria de concluir rapidamente esses questionamentos para podermos realizar aquilo que estamos aqui para fazer, que é a oitiva da Sra. Graça Foster.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu fiz uma consideração — peço a atenção de V.Exa. — sobre os trabalhos da CPI. Eu tenho o direito de fazê-lo. E queria dizer o seguinte: se a crítica que eu fiz V.Exa. assumiu para si, eu não tenho nada a ver com isso. Eu fiz uma crítica à CPI, inclusive a vários Deputados que obstruíram a votação, de diversos partidos que não a queriam. Se V.Exa. vestiu a carapuça, é um problema de V.Exa. Eu fiz uma crítica à condução dos trabalhos. E vou insistir nessa questão.

Nós não podemos passar para fora — quero finalizar com isso — a ideia de que não temos equidade aqui na Comissão, porque isso desgasta a imagem da CPI. Agora, é a conduta dos seus membros, não sua. Peço que V.Exa. não assuma para si. V.Exa. cumpriu o Regimento ao encerrar a reunião com o início da Ordem do Dia, mas aqui houve o bloqueio da pauta para as votações e eu quero insistir na convocação das mesmas pessoas que eu já tinha indicado. E peço que isso seja colocado em votação na próxima reunião.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu, Deputado Ivan Valente — só respondendo rapidamente a V.Exa., porque acredito que essa discussão não contribui em nada, além do mais, atrasa aquilo que temos que fazer hoje —, gostaria de deixar claro aqui que não preciso vestir carapuça porque o Brasil está conhecendo o nosso trabalho, a imprensa tem visto o nosso trabalho transparente. Vamos continuar agindo dessa forma.



Agora, eu preciso rebater frontalmente qualquer tipo de ilação que seja feita para que deixemos bem claro...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem nenhuma ilação, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...o nosso comportamento à frente desta Presidência, comportamento que tem sempre sido pautado pelo Regimento, respeitando aquilo que a Casa tem que fazer para uma boa condução dos trabalhos na CPI.

Os instrumentos regimentais de obstrução que, muitas vezes, são usados pelo Governo ou pela Oposição têm que ser respeitados, porque estão no Regimento. Então, não cabe a este Presidente fazer prejulgamento. Apenas discordei sobre alguma ilação que venha a ser feita sobre protecionismo a quem quer que seja.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não foi feita ilação nenhuma, V.Exa. é que entendeu como ilação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento que acho importante. Eu queria que V.Exa. ou o Relator nos respondesse. De fato, para mim, está muito confuso isto: quantas Sub-Relatorias nós temos hoje funcionando e quem são os Sub-Relatores? Eu quero saber se são quatro, se são seis, se são oito, porque realmente eu não estou conseguindo entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós temos criadas hoje cinco Sub-Relatorias. A primeira Sub-Relatoria, que tem como titular o Deputado Altineu Côrtes, é para a investigação de superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil.

A segunda Sub-Relatoria tem como Sub-Relator o Deputado Bruno Covas, que está presente, e trata da investigação de constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos.

A terceira Sub-relatoria, da qual é Sub-Relator o Deputado Arnaldo Faria de Sá, trata da investigação de superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda.



A quarta Sub-Relatoria, da qual o Deputado André Moura é o Sub-Relator, trata da investigação de irregularidades na companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos. Essas foram as quatro Sub-Relatorias criadas por este Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mais uma Sub-Relatoria foi criada na última reunião deliberativa para auxiliar o Relator, a pedido do mesmo. Acatamos a indicação do Deputado Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo, como Sub-Relator.

Essas são as Sub-Relatorias criadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e que estão em pleno funcionamento.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ou seja, o requerimento do Deputado Júlio Delgado não foi aprovado até o presente momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós seguimos a sugestão do Relator, a quem darei a palavra em seguida para que possa dar o seu posicionamento.

Queria só concluir aqui com o Deputado Altineu Côrtes e o Deputado Celso Pansera. Aí encerrarei a discussão e já chamarei a Sra. Graça Foster para podermos dar início aos trabalhos de oitiva do dia de hoje.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, os depoimentos aqui têm demorado 5 ou 6 horas. Hoje o Ministro Ricardo Berzoini vem à Casa às 15 horas. V.Exa. tem cumprido o Regimento à risca. Na CPMI, no Senado, o Deputado Marco Maia, Relator, fez 138 perguntas à Dra. Graça Foster para postergar os trabalhos. Isso foi entendido plenamente pelo Plenário naquela ocasião. E, obviamente, o Regimento não limita o número de perguntas.

Eu gostaria de pedir aos Deputados, para que todos possam falar, que nós imprimíssemos maior celeridade aos trabalhos, inclusive porque hoje um Ministro de Estado importante, o Ministro Ricardo Berzoini, vem à Casa às 15 horas. Se nós falarmos até 15 horas, serão 5 horas de depoimento.

É o apelo que faço aos colegas e a V.Exa. para dar celeridade ao processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, todo início de sessão os mesmos três ou quatro Deputados levantam sempre as mesmas questões: “*Quais são as Sub-Relatorias?*” “*Por que a Kroll?*” “*Por que não sei o quê?*” Eu vou aconselhar as pessoas a lerem as atas e anotarem aquilo que está sendo decidido neste plenário para que na reunião seguinte cheguem sabendo o que foi decidido e o que foi discutido.

Porque senão chega aqui, joga para a galera, joga para a condução dos trabalhos da CPI dizendo: “*Olha, eu sou o cara bonzinho que quer resolver tudo. Vocês são os caras maus que não querem resolver nada.*” Depois vão lá tirar foto com a imprensa, deixando transparecer que a CPI não quer resolver nada, não quer tocar as coisas.

Nós já aprovamos mais de 200 requerimentos em duas reuniões deliberativas e há mais de 300 requerimentos para serem analisados. Temos muito trabalho ainda. Há em torno de 30 oitivas aprovadas para serem feitas. Então, não dá para dizer que aqui tem acordo para a CPI não funcionar.

Os Deputados têm que se ligar naquilo que foi decidido, ler as coisas e guardá-las na memória. Quem não tiver memória, traga tudo no papel e leia para tirar suas dúvidas, para que consigamos fazer andar os trabalhos aqui da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, eu darei a palavra ao Relator para falar sobre as Sub-Relatorias.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - É um minutinho só, Presidente, sobre a questão levantada pelo Deputado Altineu Côrtes. Nós já passamos 11 horas colhendo depoimento aqui na CPI. Eu entendo a preocupação — é uma preocupação importante —, mas nós estamos aqui para investigar e devemos utilizar, para tanto, o tempo que for necessário. Esse é o meu entendimento. Acho que é fundamental que todo o mundo esteja aqui com esse espírito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não tenho dúvida, Deputado Leo de Brito, de que todos os que estão aqui nesta CPI estão com o compromisso de trabalhar. O Deputado Altineu Côrtes quis contribuir com os trabalhos para que a



grande maioria dos Parlamentares, para não dizer a totalidade, tenha a condição de perguntar, de questionar, visando ao bom andamento dos trabalhos.

Então, não está aqui sendo questionada a intenção de algum de não trabalhar e de outro de trabalhar mais. Eu acho que a CPI tem que cumprir o seu papel. Para tanto, vamos ficar aqui o tempo que for necessário. Isso nós vamos garantir.

Darei a palavra ao Relator. A Discussão está encerrada. Em seguida chamarei a ex-Presidente da PETROBRAS, Graça Foster.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Presidente criou, como já disse aqui, quatro Sub-Relatorias. Naquela sessão, o Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais, propôs a criação de mais três ou quatro Sub-Relatorias. Eu disse que não me opunha. Evidentemente, a dinâmica da CPI nos mostrará se há necessidade ou não. Como nós temos quatro Sub-Relatorias, que vão tocar os seus trabalho, eu senti, de imediato, a necessidade de criar uma Sub-Relatoria auxiliar para eu dividir a tarefa de acompanhar junto aos Sub-Relatores os trabalhos que eles vão desenvolver.

Quanto às duas outras propostas, uma delas se choca já com a Sub-Relatoria hoje coordenada pelo Deputado Altineu Côrtes, do PR do Rio de Janeiro. E as outras sugeridas eu vou avaliar pela dinâmica da CPI, que vai identificar e nos colocar diante da realidade da sua real necessidade ou não. Hoje, havendo já cinco Sub-Relatorias, a meu ver, a realidade atual não nos coloca diante da necessidade de criação imediata de mais Sub-Relatorias,. A dinâmica pode nos revelar a necessidade da sua consolidação ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. Relator.

Vamos à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença da Sra. Maria das Graças Silva Foster, ex-Presidenta da PETROBRAS, convocada em razão da aprovação dos Requerimentos nº 24, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, nº 84, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, nº 209, do Deputado Afonso Florence, nº 240, do Deputado Paulo Pereira da Silva, e nº 306, do Deputado Carlos Marun.

Convido a Sra. Maria das Graças Silva Foster a tomar assento à mesa.  
(Pausa prolongada.)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A Sra. Maria das Graças Silva Foster está acompanhada dos advogados Dr. Candido Lobo, OAB/RJ nº 49659, Dr. Cláudio Costa, OAB/RJ nº 1584, e Dr. Matheus Cardoso, OAB/DF nº 45461.

Registro que a depoente prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto a depoente a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre ela as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia à Mesa. Bom dia, Sr. Presidente, Relator e Vice-Presidente.

Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (art. 256, § 2º), não podendo ser aparteados. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Determino, como de costume, o encerramento das inscrições. Como já avisado aos Srs. Parlamentares, ao iniciarmos os depoimentos as inscrições para o debate estão encerradas.

Com a palavra, por 20 minutos, a Sra...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, V.Exa. informou que a Sra. Graça Foster está com advogados. Não tem nenhum advogado aí. Por quê? Os advogados ficam ao lado do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se for esse o desejo dos advogados.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Os advogados devem ficar ao lado da depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se for o desejo da convidada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, não vejo necessidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Os advogados estão presentes e, sendo necessária a sua participação, já informei quem são. Havendo algum questionamento, isso será tranquilamente feito. Nós estaremos aqui para garantir que o Regimento seja cumprido.

Com a palavra, por 20 minutos, a Sra. Graça Foster.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, mais uma vez, bom dia a todos os presentes. É a primeira vez que eu venho a esta Casa, uma cidadã. Eu sou Maria das Graças Silva Foster, ex-Presidente da PETROBRAS, funcionária de carreira. Comecei minha vida profissional no Centro de Pesquisas da PETROBRAS como Química de Petróleo, em 1981 — sou Engenheira Química. Fui estagiária da PETROBRAS antes disso, passei 15 anos da minha vida nas atividades de exploração e produção, mais especificamente na perfuração. Foi lá no Centro de Pesquisas da PETROBRAS que eu conheci a Coordenação de Projetos, conheci o PROCAP — Programa de Capacitação em Águas Profundas. Foi naquela empresa que eu aprendi sobre gestão. Eu me tornei a primeira mulher chefe do setor de perfuração da PETROBRAS e, mais tarde, Gerente de Engenharia de Poços — e aí, perfuração, completação, produção. Acompanhei a PETROBRAS, saindo da atividade *onshore*, em terra, para o mar, as dificuldades da gestão, o convívio com a economia do Brasil, o convívio com a economia mundial. O petróleo é altamente influenciado pela geopolítica. Mais tarde, viemos trabalhando fortemente a questão da energia, os relacionamentos, a internacionalização da PETROBRAS, um momento importantíssimo em que a nossa produção de petróleo era de 170 mil barris por dia e o nosso consumo, de 670 mil barris por dia. Quando o petróleo está a 50 dólares por barril, isso já é um *stress* muito grande na economia, mas quando nós passamos para 100, 110, 125, 140, 145 dólares por barril, os senhores e as senhoras podem imaginar o quão difícil é para a economia. E caminhamos mundo afora. A PETROBRAS fez um belo trabalho fora do Brasil. Antes da abertura do petróleo no Brasil, antes de 1997, chegamos à América Latina. Tenho especial



apreço pela Bolívia, pela Argentina, pela Venezuela, mas tenho muito apreço pela Bolívia, pelo gás da Bolívia. Trabalhei na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, trazendo gás para o Brasil. E assim foi. Tive a oportunidade de trabalhar no Ministério de Minas e Energia como Secretária de Petróleo e Gás da então Ministra Dilma Rousseff, e tenho dito que foi ali, naquele momento, que eu conheci o Brasil. Foram quase 3 anos, e é como se eu tivesse servido à Marinha, à Aeronáutica e ao Exército, tudo de uma vez só. Foi um trabalho muito bonito conhecer o País. Retornei para a PETROBRAS, fui gerente na petroquímica, Gerente-Executiva; depois fui para a BR Distribuidora ser Presidente da BR Distribuidora; depois fui Diretora de Gás e Energia durante 4 anos e meio e Presidente da PETROBRAS, momento esse, em fevereiro de 2012, em que, ao iniciar a economia, ao iniciar as minhas atividades como Presidente, a companhia já mostrava grande potencial de produção. Mas já contava com atrasos significativos de sondas de perfuração e de navios de produção encomendados fora do Brasil. Eram de 14 a 16 sondas de perfuração, se não me engano, e todas elas com atraso de 1 ano, 2 anos, 2 anos e meio, inclusive, as unidades de produção, barcos de apoio atrasados, mesmo sendo construídos fora do Brasil. E foi necessário cortar 1 milhão de barris dessa curva de produção quando eu cheguei. Um milhão de barris, com o petróleo a 100 dólares o barril, significa 100 bilhões de dólares de faturamento — bruto, evidentemente. E aí passamos esses 3 anos num trabalho muito forte de gestão, de redução de custos. No ano de 2014, nós cortamos 10 bilhões de custos gerenciáveis — 10 bilhões! Durante esses últimos 3 anos, nós tivemos diversas aprovações — diversas aprovações — de projetos na área de exploração e produção, mas foi necessário não aprovar mais do que três projetos fora da área de E&P. Um deles, o projeto de Egina, na África, um projeto na área de biocombustíveis, e a planta de fertilizantes de Minas Gerais. Foram, que eu me lembre agora, os três únicos projetos fora da área de exploração e produção. Trabalhamos muito duro nesse período, fizemos, em 2 anos e meio, um desinvestimento de 11 bilhões de dólares, para que a gente conseguisse segurar os indicadores econômicos financeiros. Mas fomos surpreendidos, em março de 2014, com a Operação Lava-Jato, que entrou dentro da PETROBRAS, e que certamente a Operação Lava-Jato trará, já está trazendo, muitos e muitos aprendizados para a companhia. Esse atraso... Essa Operação



Lava-Jato atrasou, atrasa, o nosso balanço. Isso dificulta acesso ao mercado financeiro. Mas nós, no ano de 2014, com toda a dificuldade, batemos todos os recordes da PETROBRAS. A equipe PETROBRAS, em 3 anos, bateu o recorde de produção; a equipe PETROBRAS, de 2012 a 2014, bateu o recorde de produção de óleo, o recorde de produção de gás, foi a maior entrega de gás, a maior produção de fertilizantes; a nossa capacidade de refino cresceu de forma imensa. Batemos o recorde no refino; batemos o recorde de geração de energia elétrica. Sem o GASENE, a ligação Norte-Sul, Nordeste-Sul- Sudeste não seria possível; sem o gasoduto da Bolívia — e aí a minha ligação emocional com a Bolívia —, nós não estaríamos hoje gerando toda essa energia que sustenta a base de geração de energia hídrica do País. Então, além das dificuldades, de todas as dificuldades que nós passamos e continuamos passando, nós batemos todos os recordes de produção. E mais do que isso: nós temos uma reserva potencial de 40 bilhões de barris de óleo: 17 bilhões de reservas provadas, cessão onerosa, o excedente da cessão onerosa, o pré-sal, que já é produção, e ainda não foi, ainda, classificado como reserva provada. Então, temos desafios à frente. Eu estou aposentada há 45 dias, 50 dias, um pouco mais. O nosso Presidente Bendine vem fazendo um trabalho intensivo para que a gente consiga publicar o balanço e virar essa página. O potencial da nossa companhia é muito grande, e eu tenho certeza de que nós vamos superar as dificuldades encontradas. O meu colega, o ex-Presidente Gabrielli, falou muito sobre a parte técnica, a parte tecnológica, e eu não vou ser repetitiva. E gostaria de dedicar o meu tempo aos senhores e às senhoras, para que façam as perguntas. Aquilo que eu souber eu vou responder. Muito obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. por participar aqui desta reunião.

Como de costume, passarei a palavra primeiramente ao Relator, para que ele possa fazer as indagações; em seguida, aos Sub-Relatores, depois aos autores, aos Deputados inscritos membros e, em seguida, aos não membros.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sra. Graça Foster, eu quero aqui iniciar por algo que me chamou muito a atenção na sua fala, porque, de um lado, nós



temos realmente um problema com a Operação Lava-Jato. Deste problema, cristalizar uma ideia de que a PETROBRAS se acabou, como ouvimos às vezes em alguns discursos... E, na sua fala, V.Sa. afirmou que, em 2014, a PETROBRAS bateu todos os recordes: recorde de produção, recorde de petróleo, recorde de produção de gás, recorde de produção de fertilizantes, de que até então o Brasil é um grande importador, e recorde de refino de petróleo.

Então, eu queria perguntar a V.Sa. qual foi o saldo que a PETROBRAS atingiu em relação a esses dados e gostaria que V.Sa. pudesse explicar melhor, para que nós pudéssemos conhecer a realidade da PETROBRAS hoje em relação a esses itens, que são essenciais para a economia brasileira.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Nós temos hoje um mercado... uma entrega de gás no País que está bem próxima a 100 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Nós construímos, ao longo dos últimos 8 anos, uma alternativa não de excluir a Bolívia, mas de somar ao gás da Bolívia mais de 40 milhões de metros cúbicos de capacidade de gás natural liquefeito. O Brasil hoje é um *player* ativo na compra de gás liquefeito. Não basta ter dinheiro para comprar, você tem que ter equipamento, unidade para processamento, segurança. Então, nós temos hoje uma segurança muito maior no suprimento de gás do País. Existe uma depleção natural da produção de petróleo. Nós chegamos a produzir, no ano de 2012, volumes bem menores de petróleo, em torno de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia, e terminamos o ano com 2,12 milhões de barris de petróleo por dia. Existe uma depleção: para cada 2 milhões de barris de petróleo por ano, você perde pelo menos 200 mil barris de petróleo por dia. Este ano de 2015, nós devemos crescer em torno de 8%; a PETROBRAS, um pouco mais que 4%. A geração de energia elétrica: por conta dessa integração gasífera Nordeste-Sudeste, nós conseguimos dar em torno de 10 megawatts de energia. Nós somos ainda um País importador de fertilizantes, mas, em números gerais, com a conclusão da fábrica de fertilizantes de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, nós vamos conseguir produzir bem próximo da metade da capacidade da demanda de uso. Então, são volumes realmente bastante grandes. Mas tudo isso feito melhorando a gestão da companhia. Nos últimos 70 dias, nós criamos a Diretoria de Gestão, Risco e Compliance, de Governança, para que a gente tenha uma força adicional estatutária



cuidando da qualidade das nossas pautas. A PETROBRAS é uma empresa muito grande, com mais de 60 unidades de produção, 13 refinarias. Há uma demanda a uma média de 30, 40, 50 pautas por reunião de diretoria. E essa Diretoria terá a obrigação — aliás, já tem a obrigação — de só deixar subir para a Diretoria aquelas pautas que mostram a impossibilidade de criação de cartel, a impossibilidade de formação de sobrepreços. Então, é um trabalho que nós fizemos ao longo dos anos de aumento da nossa capacidade produtiva, aumentada também da qualidade da governança da companhia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. fez também, na sua fala inicial, algo que para mim é muito importante, com o que tenho até uma relação afetiva, porque, para os membros da CPI que não sabem, eu sou metalúrgico da área de construção naval. Durante 22 anos, fui funcionário do antigo Estaleiro Verolme, em Angra dos Reis, então, já construí, já participei, como operário, da construção de muitos navios e plataformas. Vi a indústria naval brasileira ser uma das mais fortes do mundo e a vi praticamente sucateada e fechada, e isso, para a cidade de Angra dos Reis, sempre teve um impacto muito brutal. E foi um período em que nós lamentávamos, porque as plataformas de petróleo eram praticamente todas construídas no exterior.

Na sua fala, V.Sa. afirma aqui que havia, se não me engano, 16 plataformas de petróleo que estavam sendo construídas no exterior, e todas se encontravam com atraso, o que evidencia que o fato de se contratar lá fora não é um sinônimo de eficiência. Lutei, como Deputado e como ex-presidente do sindicato, muito na linha de que fosse estabelecido um percentual de conteúdo nacional.

Como se encontra esse quadro hoje, quer dizer, as obras no Brasil, os empregos que estão sendo gerados? V.Sa. continua defensora desta política de conteúdo nacional e de construção dessas plataformas de petróleo no Brasil?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Em 2003, como Secretária de Petróleo e Gás, uma das minhas principais metas, atividades, era a criação de empregos dentro da indústria naval *offshore*. No ano passado, em 2014... em dezembro de 2013, eu, Paulo Alonso, Dan e o Cima, nós escrevemos o livro *A Retomada da Indústria Naval Brasileira... no Brasil — Retomada da Indústria Naval e Offshore do Brasil* —, e esse livro não é um livro teórico, ele mostra exatamente o quadro de ocupação plena de todos os estaleiros. Hoje, uma preocupação absurda



que eu tenho, acho que preocupação maior, porque eu estou fora da PETROBRAS e posso fazer tão pouco, mas é a preocupação com os empregos. A Operação Lava-Jato levou a PETROBRAS a determinadas situações preventivas em relação à contratação de empresas que tivessem sido apontadas — estão em julgamento, em avaliação, ainda, pelos órgãos de controle, pela Polícia Federal, mas apontadas — como parte de um cartel. Só isso já impede, atualmente, que a PETROBRAS possa continuar contratando-as, mas eu sei que o Governo vem atuando fortemente na busca de uma solução de governo que possa harmonizar e garantir esses 100 mil empregos da indústria naval *offshore*, que nos custou muito para chegar ao nível que nós chegamos. Mas sou uma defensora do emprego no Brasil, dentro da racionalidade. Nós temos que ter racionalidade, objetividade. O sonho, tem uma hora que tem que ficar de lado, nós temos que fazer as contas. Mas, o que nós temos no Brasil, da indústria naval *offshore* hoje, nós temos condições de manter, dentro da racionalidade, dentro da competitividade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Existem dois momentos na PETROBRAS: antes do pré-sal e depois do pré-sal. A partir da descoberta do pré-sal, nós temos visto uma sequência de debates que não terminou. Não quero aqui entrar no mérito do direito de muitos Parlamentares, do direito da sua iniciativa, mas, mesmo na Câmara, tramitam várias iniciativas que divergem do modelo estabelecido pelo então Presidente Lula para o pré-sal. E o pré-sal mudou a estratégia de investimento da estatal PETROBRAS.

Então, eu queria ouvir aqui de V.Sa. a sua posição em relação a esse tema pré-sal, em relação ao tema estratégia de investimentos da estatal, quer dizer, a repercussão dessa descoberta do pré-sal no mercado internacional, uma vez que esse relatório seguramente também vai tratar desse tema. E esse tema terá também, seguramente, impacto sobre esse debate que a Casa vai estabelecer e que está estabelecendo acerca da legislação, acerca do pré-sal.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O pré-sal é uma grande oportunidade, foi uma grande oportunidade e continua sendo uma grande oportunidade. A descoberta do pré-sal em 2007, os estudos que levaram à descoberta do pré-sal em 2006/ 2007, devem ter meio século. Eu mesma, lá atrás, há 30 anos atrás, trabalhei na perfuração em zona de sal, na produção e passagem



pela zona do sal. A nossa descoberta em 2006/2007, grandes oportunidades. Mas, ao mesmo tempo, grandes desafios na gestão. Quando você passa a poder muito mais, a obrigação da gestão é muito mais difícil, ela é mais delicada, porque você pode muito mais, você pode produzir muito mais. Então, o pré-sal é a oportunidade real. O índice exploratório de sucesso da PETROBRAS no pré-sal, em algumas bacias — por exemplo, na Bacia de Santos, em determinado momento, no ano passado — chegou a 100%. Então, há que ter uma diferença de acesso a esse óleo: o processo da partilha e a concessão. Eu entendo que cabem muito bem os dois modelos, e devemos estar de olho também na economia para poder otimizar o melhor aproveitamento dessas reservas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em alguns campos do pré-sal o sucesso na perfuração, em se encontrar óleo, foi na ordem de 100%. Mas a média entre o sucesso de se encontrar ou não na política de perfuração de poços é de quanto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O número que eu tenho aqui mais atualizado é de 85% no pré-sal. E a nossa média nacional, ela é maior do que 50%, o que é muito maior do que a média mundial. Então, 85 e 50 com ressalvas, mas é o número melhor que eu tenho aqui no meu arquivo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Outra política que vem influenciando, e muito, a política de energia e de petróleo no mundo foi em relação à política americana na extração do gás de xisto. Alguns, inclusive, passam a afirmar que com essa tecnologia americana da extração de gás do xisto inviabiliza o pré-sal.

Então, eu gostaria de V.Sa. de uma visão, como ex-Presidente da empresa, em relação à política do gás de xisto. Se na sua visão inviabiliza ou não inviabiliza, se a PETROBRAS deve manter essa linha de investimento, ou se essa política de gás de xisto, também, com a queda do preço do barril de petróleo no mundo, vai ser, na sua visão, afetada ou não, com vista à perspectiva futura dos investimentos da PETROBRAS.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O *shale gas* e o *tight oil* são técnicas de perfuração semelhantes, técnicas de produção semelhantes, produtos diferentes, mas que concorrem. Então, no caso dos Estados Unidos, o *shale gas*, a produção desse gás, ela aconteceu no lugar certo, aconteceu no lugar que tem mais de 500 mil quilômetros de *pipeline* de gás. Ela aconteceu do lado do gasoduto, as



grandes descobertas. Então, o desafio da infraestrutura não existe. Em outros países, como a China, por exemplo, que tem o *shale gas*, você não tem o *pipeline*, não tem a tubulação. Então, você fica muito distante. E aí tem outros investimentos. O fato é que o gás compete com o óleo. Mas o *tight oil*, esse gás de folhelho, ele veio também em volumes adicionais maiores do que previu o mercado. Então, ele chegou em volume grande mais cedo, mas diz os dados que ele não crescerá tanto quanto cresceu o gás. Então, a tendência é que esse gás, esse *tight oil*, esse óleo de xisto, esse óleo de folhelho, que ele não assuma valores tão excepcionais. A indústria de petróleo, ela está olhando; todos olham para todos. O petróleo voltou para 60, 62 há 2 semanas atrás; voltou a cair para 53. A PETROBRAS acredita que nos próximos anos... Não só a PETROBRAS, mas previsores importantes como CERA, como Wood Mackenzie não veem, nos próximos 10 anos, o petróleo a 100 dólares o barril. Mas enxergam um petróleo um pouco mais alto, a 80, a 90 dólares o barril, ao longo... mais próximo dos 10 anos. Mas o fato é que o pré-sal da PETROBRAS, ele tem um *breakeven*, um ponto de equilíbrio, que acima de 45, 48, 50 dólares, você já começa a ganhar dinheiro. Então, o que é importante é que as operadoras como a PETROBRAS continuem investindo muito forte em tecnologia, para baixar o tempo todo esse ponto de equilíbrio, esse *breakeven*, para que a gente possa continuar sendo competitivo. Então, ser competitivo é ser competitivo na tecnologia e também ser competitivo no marco regulatório. O marco regulatório de um país tem que dar competitividade à sua indústria de petróleo e gás. E a tecnologia de uma operadora também tem que dar competitividade à operadora.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, na visão de V.Sa., mesmo com a extração do gás de xisto, mesmo com a política implementada que derrubou o preço do petróleo no mundo, a PETROBRAS está preparada para atuar nesse cenário geopolítico do petróleo no mundo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Em termos de petróleo, sim. Como eu disse, o *breakeven*, o ponto de equilíbrio, é 50 dólares o barril — 45, 48, 50. Agora, existe um inimigo da PETROBRAS muito grande que é o câmbio. Então, hoje, por exemplo, ano de 2015, o petróleo a 55, 60 é bom para a PETROBRAS, porque nós conseguimos fazer caixa com o petróleo a 60. A gente importa hoje 380 mil barris de derivados, se eu não me engano. Mas o câmbio a



3,28; a 3,33, acima de 3 é muito ruim para a PETROBRAS. Mas, mesmo assim, hoje a gente tem uma defasagem do preço de gasolina e *diesel* a favor da PETROBRAS, que faz melhorar o fluxo de caixa. Agora, a partir do ano que vem, que a produção aumenta, a gente prefere um petróleo mais apreciado e um *brent* menos apreciado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A estratégia da PETROBRAS de fazer toda uma política que aumentasse a sua capacidade de refino nas refinarias já existentes — e a construção daquelas que já estão em operação, como a Refinaria do Nordeste, que levou a PETROBRAS a bater recorde de refino, diante da alta do dólar — mostrou que a política da PETROBRAS foi acertada e que contribui significativamente para a economia brasileira neste momento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A PETROBRAS tem um lado do invisível que... Quer dizer, invisível em termos literários, em termos da minha fala, que é toda a parte da infraestrutura: a gente vê uma refinaria, um navio. Isso é visível. Mas tem toda uma parte de infraestrutura, de píeres, de *pipeline*, de tubulação de óleo, tubulação de gás, tubulação de claros, tubulação de escuros, todo esse parque de refino. Inclusive, com a Refinaria do Nordeste, ainda que cara, muito cara, nós temos uma capacidade, os HDTs, os HDSs, nós temos uma capacidade de produção de refino que não começou agora, em 2012, nem em 2009. Isso já vem desde 2005, 2006, investimentos pesados nesse parque de refino, que faz com que a competência dos técnicos da PETROBRAS consiga produzir mais, refinar mais, com esse parque de refino e com essa infraestrutura, que é meio invisível, que nós não vemos. Então, a cabotagem, os terminais, tudo isso faz com que nós sejamos mais eficientes operacionalmente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu sairei da questão de refino...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Presidente, só uma questão de ordem. O histórico da nossa Presidente Graça Foster...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presidente, ele vai interromper as perguntas do Relator?

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu só quero colocar que nós estamos aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho que ouvir.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Nós estamos aqui discutindo...



**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Qual é o artigo da questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence, o Presidente sou eu.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Nós estamos aqui discutindo não a produção da PETROBRAS e o que a PETROBRAS produz para o Brasil, que é uma empresa da qual todos nós temos orgulho, apesar de tudo. Nós estamos aqui discutindo a corrupção da PETROBRAS.

Então, eu gostaria até que o Relator colaborasse com o Brasil e com esta CPI fazendo perguntas diretas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu entendi já a questão de ordem de V.Exa.

O Relator tem o tempo que achar necessário. Ele abordará os temas que entender necessários para a elaboração do seu relatório. Então, temos que entender. O tempo que ele achar necessário ele poderá usar. Em seguida daremos a palavra aos autores, Líderes e Sub-Relatores.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Presidente, é uma sugestão de conteúdo, de abordagem.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Estão querendo substituir o...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O conteúdo é de autoria e de entendimento do Relator. Então, o Relator tem todo e qualquer direito de abordar o tema que achar necessário.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Os Deputados podem ficar tranquilos, porque, havendo necessidade de ajuda, eu terei a humildade de solicitar.

Agora, eu entendo que a questão “corrupção” é o tema central, mas, na minha visão, também o relatório precisa colocar de forma muito clara temas que são objetos de debate. Não dá para desconsiderar que há enormes iniciativas, como eu falei, legítimas de Parlamentares de propor mudanças no marco regulatório, como há também um discurso acerca de que a PETROBRAS acabou — e os dados mostram que ela está batendo recorde de produção. No meu entender — no meu entender — isso é importante para o relatório.

*(O Presidente faz soarem as campainhas.)*



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos ao tema “controle interno e externo”.

As compras e as contratações da PETROBRAS são periodicamente avaliadas pelo Tribunal de Contas da União e pela CGU.

*(O Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos aqui retornar, para ajudar. As compras e as contratações da PETROBRAS são periodicamente avaliadas pelo Tribunal de Contas da União e CGU. Esses órgãos de fiscalização e controle, que têm atuação isenta e independente, detectaram algumas irregularidades no que tange aos desvios éticos nas compras e contratações da companhia.

Sabe informar qual foi a avaliação do sistema de controle interno da PETROBRAS feita pelo Tribunal de Contas da União? Foi avaliado como adequado? V.Sa. considera adequados os critérios utilizados pelo Tribunal de Contas da União para a avaliação dos preços e custos dos projetos e obras da PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Desde que eu me entendo por uma petroleira, que entrou na companhia bem jovem e hoje tem 60 anos, eu vejo essa discussão entre PETROBRAS e o Tribunal de Contas da União. Eu, na minha gestão, criei uma área específica para atender o Tribunal de Contas da União. Então eu acho sempre positiva a intenção, a interação com o Tribunal de Contas da União. E isso ajuda a nossa gestão. Evidentemente demanda, assim como a CGU, demanda homens/hora específico. Mas nós somos uma empresa controlada pelo Governo, e este é um fato real: nós devemos obediência e disciplina a esses tribunais, ao Tribunal de Contas da União, da mesma forma que à CGU. Então, nós temos um passivo bastante grande junto ao TCU. Em geral, o TCU está correto — em geral; em geral, nós chegamos a números muito próximos. Muitas vezes, nós chegamos a números favoráveis à PETROBRAS. Então, é sempre uma interação entre o órgão de controle e a PETROBRAS. Eu coloquei como premissa na minha gestão que nós temos, sim, que discutir com o TCU. Nós temos que atendê-lo dentro de uma lógica disciplinada de prazos. Em geral, quando você atende ao TCU, com os prazos, respeitando as perguntas do TCU, em geral, você consegue um equilíbrio de forças melhor entre os dois lados.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não, mas vamos aqui ser mais diretos. Todo ex-Presidente da PETROBRAS que senta aqui para colaborar, explicar, ser questionado, é muito questionado do tipo: *“houve corrupção, e V.Sa. não detectou”*. No entanto, a PETROBRAS é fiscalizada por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União e a CGU, que são isentos, são independentes. Quer dizer, esses órgãos de controle que fiscalizam a PETROBRAS, em todas as suas fiscalizações, nunca detectaram problemas como estão evidenciados, de corrupção, de fraude? Quer dizer, esses órgãos de controle nunca detectaram esses problemas no nível em que eles estão expostos, hoje, uma vez que esses órgãos tinham independência para atuar e atuavam e atuam fiscalizando e controlando a PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu entendo que os órgãos de controle melhoraram a nossa gestão, sim. Mas eu — eu, pessoalmente — entendo que o descobridor da corrupção foi a Polícia, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal. Esses descobriram, a ser confirmado o cartel, a ser confirmado tudo o que tem sido posto na mídia, que tem sido dito por alguns ex-funcionários da PETROBRAS, a ser confirmado, a grande... o grande descobridor foi a Polícia Federal. Mas eu não posso negar que tanto o Tribunal de Contas da União quanto a CGU colaboram nas suas exigências com a nossa gestão e outros auditores também colaboram. Mas não foi a Price que descobriu a corrupção. Não foi nenhum auditor independente que descobriu a corrupção na PETROBRAS e não foi a PETROBRAS que descobriu a corrupção na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim. Outro auditor externo da PETROBRAS, porque é um auditor externo contratado na gestão de V.Sa., seria a Price, que é a contratação de um auditor externo. A contratação do auditor ocorre por meio de licitação. O auditor externo avaliou como adequado o sistema de controles internos da PETROBRAS? O auditor externo conseguiu, comunicou ao longo de todo esse seu trabalho de auditoria alguma irregularidade grave, que merecesse a divulgação de fatos relevantes ao mercado? Tem conhecimento se auditor externo identificou alguma irregularidade ou desvio ético relacionado a eventos de corrupção de empregados?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - No dia 8, se não me engano, no dia 8 de agosto, a Pricewaterhouse, ela deu o o.k. para os 2 primeiros



trimestres do ano de 2014. Ela assinou sem ressalvas o primeiro trimestre de 2014, o segundo trimestre de 2014. Isso em agosto. No dia 8 de outubro, veio o primeiro depoimento do nosso ex-Diretor Paulo Roberto. Depois, veio o Júlio Camargo, veio o Mendonça, vieram outros depoimentos, e aí, sim, a Price se posicionou. Então, até então, nós não tínhamos nenhum chamamento da Price fazendo qualquer questionamento sobre os números da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em depoimento a esta CPI, o ex-Presidente Gabrielli afirmou que a questão relativa aos problemas que a PETROBRAS enfrenta é caso de Polícia e que, se confirmado, tudo de que nós temos conhecimento evidencia que ex-empregados e ex-diretores da companhia tiveram uma relação, fora da PETROBRAS, com algumas empresas e receberam as suas propinas.

V.Sa. aqui afirma que o Tribunal de Contas da União e a CGU, que fiscalizam e controlam a empresa, não encontraram nem apontaram nenhum desvio grave e que o auditor externo, que é a Price, teria, já nos 2 primeiros trimestres de 2014, quando se descobrem os problemas... A própria auditoria contratada não encontrou problemas. Então, V.Sa., nesse aspecto, concorda com a tese do ex-Presidente Gabrielli de que a questão da corrupção é uma questão de polícia, que se organizava fora da PETROBRAS?

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Peço uma questão de ordem, Presidente.

Na sessão passada, eu fiz uma ponderação ao Presidente Hugo Motta, que estava presente, que, nesta sessão subsequente, está se confirmando: a coincidência de votações nominais com o transcurso da oitiva. Ele disse que faria uma suspensão por 5 ou 10 minutos.

Há uma pergunta que eu considero muito relevante. Como ela foi reivindicada por um não membro, em um tema referente à gestão e ao impacto da corrupção e ao combate à corrupção, acho que a presença dos colegas seria oportuna, e eu solicito a V.Exa. a aplicação dessa regra.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Florence, consultando o Relator Luiz Sérgio e também colocando a informação à consideração



da Sra. Graça Foster, nós gostaríamos de interromper, durante 10 minutos, a sessão, para que os Deputados possam ir ao plenário e retornar.

Então, a sessão está interrompida às 11h06min. Retornaremos às 11h16min.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Obrigado, Presidente.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos retomar a nossa oitiva.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, para que continue o questionamento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, antes do Relator, eu só quero lembrar à depoente e também ao Relator... É evidente que ela está sob julgamento, mas eu só quero fazer uma ponderação rápida.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, mais uma vez uma intervenção?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É só para ajudar.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Da outra vez, V.Exa. cassou a minha palavra, e Leitão falou. Agora, Izalci. Eles vêm animar o...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu só quero ajudar. Quando foi indagado se tinha descoberto alguma corrupção por algum órgão, a Presidente disse que não. Eu quero lembrar que esta Casa, atendendo a uma solicitação do Tribunal de Contas, aprovou aqui a suspensão das obras de Abreu e Lima, e foi vetado isso pelo Presidente. Então, é só para dizer que o Tribunal de Contas já vem alertando há muito tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, V.Exa. está inscrito e vai ter a oportunidade de falar.

A palavra está garantida ao Relator.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Ela estava falando das auditorias contratadas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Do Tribunal de Contas.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Tribunal de Contas não é auditoria contratada de empresa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, gostaria que me fosse garantida a palavra.



**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A pergunta... O que a Polícia Federal e o Ministério Público investigam é a existência de uma quadrilha formada por ex-diretores da PETROBRAS — ressaltando aqui que não existe nenhuma denúncia contra a Sra. Graça Foster em todo esse processo — e empresas. Então, o Tribunal de Contas da União é um órgão de controle. Mas a Price é um auditor externo contratado.

Então, mesmo em 2014, nos anos em que houve os problemas, em dois trimestres ela tinha dado o parecer favorável. Eu acho que esse é um dado relevante. Então, eu fiz a pergunta, e agora retomo, de que no depoimento a esta CPI o ex-Presidente José Sérgio Gabrielli teceu o seu ponto de vista de que a questão envolvendo corrupção da PETROBRAS é um caso de polícia, porque a convicção dele é a de que ex-Diretores da empresa se organizaram fora da PETROBRAS com empresas para poder se beneficiar de um esquema de corrupção criado. Então, a pergunta aqui, em relação ao Tribunal de Contas, à CGU e à Price, como Relator, para mim é importante para a formação ou não dessa convicção.

Então, eu faço a pergunta a V.Sa.: tendo o controle externo de uma das maiores empresas de auditoria que é a Price, que, mesmo no ano de 2014, quando se denuncia o problema, em 2 semestres, tinha dado o parecer favorável, evidencia-se também para V.Sa. a convicção de que o esquema de corrupção se formou numa relação fora da empresa PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O esquema de corrupção, no meu entendimento, com os dados que eu tenho hoje, ele se formou fora da PETROBRAS. E eu faço minhas as palavras do Deputado, quando me lembra, sim, que o TCU tem ajudado, sim, e muito, nos seus questionamentos, nas suas posições, muitas vezes aparentemente duras e que, *a posteriori*, ajudam muito a nossa gestão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sobre o tema governança: o modelo de governança, ou seja, a tomada de decisão ocorre de maneira colegiada nos diversos níveis estratégicos da empresa. Existem regras formalizadas que definem as responsabilidades individuais e colegiadas para a tomada de decisões. Existem comitês e subcomitês estratégicos. Quais e como são indicados os membros?



Somente diretores têm direito a voto nos comitês e subcomitês estratégicos? Os comitês e subcomitês têm assessoramento técnico de funcionários de carreira que orientam o voto dos diretores nos assuntos a serem deliberados?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, os Diretores, a Presidente ou o Presidente não fazem parte desses comitês. E os comitês de assessoramento são tão melhores, quanto melhores são, quanto mais maduros, mais seniores são aqueles que estão liderando as comissões. Então, projetos muito bem-sucedidos normalmente têm seniores na condução dessas comissões, desses comitês, existem manuais de contratação, e todos eles são muito claros nos seus objetos, nos seus objetivos. A gestão interna da PETROBRAS é suficientemente boa. Tanto boa é, que tem passado sem problemas pelos auditores, inclusive por todos aqueles auditores que antecederam a Price, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos aqui a um outro eixo, que é o do superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias. V.Sa. poderia esclarecer se a Diretoria de Abastecimento tinha autonomia para fazer as contratações de novas refinarias?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Nenhuma área de negócios, assim como a área de gás e energia, que eu dirigi durante 4 anos e meio, a área de abastecimento, tanto do Paulo Roberto, quanto do Cosenza, a área de exploração e produção, aquilo que é contratado fora da área de exploração e produção tem autonomia para coisa nenhuma, para comprar nada até o seu limite de competência. Como todas as obras superam mais de 32 milhões de reais, praticamente tudo passa pela Diretoria. Então, normalmente os comitês são coordenados pela engenharia, mas sempre têm pelo menos um membro da Diretoria cliente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Os Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, em depoimentos prestados à Justiça Federal, e o Sr. Pedro Barusco, no depoimento prestado a esta CPI, afirmaram que a Comissão de Licitação não sofria interferências. Segundo esses acusados da chamada “Operação Lava-Jato”, entre aspas, as empresas participantes da licitação não tinham conhecimento de antemão do orçamento elaborado pela comissão.



Em suas palavras, esse grupo, Comissão de Licitação, era muito fechado e muito correto. Abre aspas: *“Nunca tive nenhuma referência de ter havido vazamento de informações, e mesmo qualquer Diretor da PETROBRAS ou o Presidente, se solicitasse a essa comissão ter o preço antecipado, a resposta não ia ser positiva.”* — disse Paulo Roberto Costa.

O que V.Sa. tem a dizer sobre isso, sobre a Comissão de Licitação da PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A Comissão de Licitação da PETROBRAS são várias comissões de licitação. Existe uma área que faz estimativas de preços, mas eu não conheço caso em que diretores... E eu posso garantir que, como Diretora de Gás e Energia e como Presidente da PETROBRAS, eu jamais soube de um resultado, quem seria o vencedor, quem foi o vencedor daquela licitação, até a hora em que os envelopes são abertos. Então, é o que eu tenho a dizer. Não há como, eu nunca soube de resultado antes da hora.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Relator, V.Exa. citou Paulo Roberto Costa ou Barusco? No final, V.Exa. falou Paulo Roberto Costa e no início, Barusco?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim, Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Pedro Barusco, os três.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Após apurar o vencedor do processo licitatório, é feita ainda alguma negociação, Presidente?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vai chegar a sua vez, nobre Deputado. Por enquanto, a palavra ainda está com o Relator. Mas, dentro do espírito, eu posso fazer a sua pergunta. Uma vez...

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Gostaria, se possível.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Uma vez que as empresas abrem os envelopes, ocorre alguma negociação? E, se ocorre, com quem se dá essa negociação, até por entender que a sua fala foi para contribuir com este debate.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Obrigado pela gentileza, nobre Relator.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, preços, excessivamente... Existe o valor, menos 15%, mais 20%. Acima disso, acima de 20%, muito acima de 20% ou acima, é necessário que se faça uma discussão com o



“vencedor” — entre aspas. Com relação a preços excessivos, é preciso que se faça uma nova licitação. E eu já vi preços muito abaixo... E também você precisa conversar com o ofertante daquele preço se ele compreendeu aquilo que você quer construir, porque tem situações em que você, pelo menos como engenheira, sabe que não vai chegar a bom termo. Então, não é qualquer preço também que você pode absorver e acreditar nesse projeto. Então, a área do abastecimento, a área de gás e energia, a área de exploração e produção ficam também muito preocupadas com preços inexequíveis, e a engenharia sabe disso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. acha que, em nível internacional, observa-se uma concentração empresarial no mercado de fornecimento de maquinário para a indústria do petróleo. Por que faço essa pergunta? Porque se fala muito aqui de cartel. Muitos inclusive defendem que teria, então, que ter uma abertura, mas, mesmo em nível internacional, muito se fala que é uma área cartelizada. Então, qual a opinião de V.Sa. sobre este tema: cartel e maquinários para a indústria do petróleo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O julgamento se é cartel, se tem cartel ou não, eu entendo que o CADE está exatamente nesta fase agora de avaliar se, de fato, existem os cartéis. Para qualquer um que faz encomendas, que contrata com a PETROBRAS, o maior número de empresas, boas empresas... Nós temos excelentes empresas que hoje a PETROBRAS não pode contratar, porque elas estão sendo acusadas de fazerem parte de um cartel pela Operação Lava-Jato, e tudo isso está sendo apurado tanto pela PETROBRAS, como pelos órgãos de controle, quanto pela polícia. Mas, para quem contrata, quando você tem o maior número de empresas, é sempre muito melhor. E eu não considero que a PETROBRAS tenha grandes subfornecedores. Eu acho que precisávamos ter mais subfornecedores. Eu mesma disse que a questão do pré-sal é uma grande oportunidade e um grande desafio da gestão, porque passa também pelo fornecimento, pelo bom fornecimento, não só em preço, mas em qualidade e prazo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Outro tema muito debatido na imprensa e nesta Comissão é em relação aos termos aditivos. E os termos aditivos, na Refinaria Abreu e Lima, ganham uma dimensão ainda maior. Então, como era a avaliação técnica e jurídica para a assinatura desses termos aditivos na construção da



Refinaria Abreu e Lima? Quem eram os responsáveis? Como se dava esse processo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Pelo que eu vi, como Diretora de Gás e Energia, quando participei na aprovação de aditivos para a Abreu e Lima — como Presidente da PETROBRAS, também participei da contratação de aditivos para a Abreu e Lima —, o problema está na raiz. Quando você não tem projeto quase de qualidade, você vai sofrer com aditivos. Quando você tem aditivos que trabalham elementos, como quantidade definida, você também vai sofrer com aditivos. Então, na Abreu e Lima, a questão principal foram as mudanças sucessivas no projeto. Nós tínhamos um sócio; depois, não tínhamos mais. Tínhamos um petróleo com uma determinada característica, e depois com uma característica ligeiramente diferente. Tudo isso veio trazendo alterações no projeto. Então, você começa uma obra sem saber exatamente onde vai botar a entrada da sala, onde vai botar a janela, onde vai plantar o coqueiro. Então, é um pouco assim. E aí você tem aditivos, aditivos e aditivos. Esse é um problema. E principalmente, quando você tem um VPL — Valor Presente Líquido, normalmente, ele é muito menor no refino do que é, por exemplo, na área de exploração e produção. Então, quando você tem um bom preço de petróleo, 70, 80, você até pode errar na área de exploração e produção, porque você vai continuar com um VPL muito robusto. Mas no refino, ao errar, você começa a perder este ganho. Então, o valor justo fica menor, muitas vezes, do que o valor contábil. E aí você precisa ter um bom projeto. Permita-me, V.Exa.: nesses 3 anos em que eu fui Presidente da PETROBRAS, se não me falha a memória, nós aprovamos apenas 3 projetos fora da área de exploração e produção, apenas 3.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Indo para o Eixo 2, que são as sociedades de propósitos específicos, mais precisamente o Projeto GASENE, que é objeto desta CPI, eu tenho aqui algumas perguntas: qual era o objetivo desse Projeto? Que contribuição o GASENE trouxe para o País? Qual foi o papel de V.Sa. na sua criação e no seu desenvolvimento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Esse é um dos projetos que, se eu tivesse ouvido dizer que nesse projeto teve propina zero — o que não é verdade, porque eu ouvi dizer que teve propina —, eu teria tido um imenso orgulho



de ter trabalhado tanto nesse Projeto GASENE. Eu continuo muito orgulhosa, mas envergonhada por conta da propina. Foi dito pelo colega Barusco, o ex-Gerente-Executivo, que teve propina. Esse é um projeto que começou muito cedo, em 2004, se não me engano, a estruturação financeira do Projeto GASENE. E assim foi em 2004, 2005, até final de 2007, quando eu entrei na Diretoria de Gás e Energia. Então, quanto eu entrei no Gás e Energia, ao final de 2007, foi quando nós assinamos os contratos de EPC com a Sinopec. E, logo na sequência, nós começamos, a Engenharia, a fazer a construção do GASENE. Então, nós construímos um gasoduto de quase mil quilômetros. Para lembrar, o Gasoduto Bolívia-Brasil tem 2.125 quilômetros, e este é um gasoduto que é quase a metade do gasoduto da Bolívia. E aí nós fizemos um trabalho muito intenso, muito forte. Construímos um gasoduto que permite essa geração de energia elétrica, principalmente no Nordeste, no Sudeste, no Sul, essa importação e exportação de energia elétrica pela linha de transmissão, pelas termoelétricas, e esse gasoduto tem duplo sentido, tanto o gás sobe quanto o gás desce. E é por isso que hoje nós conseguimos segurar, através da geração térmica, essa geração de energia hídrica de que o Brasil tanto precisa. Então, eu tenho um imenso orgulho do GASENE, e gostaria de que tudo isso fosse mentira, de que não houve propina alguma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É muito comum no mercado financeiro a realização de operações estruturadas, conhecidas como projetos financeiros, onde se busca captar investidores dispostos a correr o risco da atividade proposta. É comum também que esses investidores exijam a proteção do fluxo de caixa e dos ativos gerados pelos investimentos feitos. Para isso é uma boa prática de mercado se construir a Sociedade de Propósito Específico, a chamada SPE, pois ela dá a proteção exigida pelos investidores acionistas.

Por isso eu pergunto: se o modelo de operações por meio de SPE é também comumente utilizado pela PETROBRAS, quais são os empreendimentos que V.Sa. aqui possa citar constituídos na forma de SPE? A SPE são empresas privadas? Elas podem, na visão de V.Sa., ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas e pela CGU? Qual a participação da PETROBRAS na SPE GASENE? O Projeto GASENE é fiscalizado hoje por quem?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bem, esse é o modelo comum. A gente tem esse modelo de *project finance*, esses projetos estruturados, que têm o grande objetivo de buscar recursos fora da Companhia. Nós temos vários modelos, mais de 25 modelos só no Sistema PETROBRAS, fora as subsidiárias. Então é um modelo bastante conhecido no mundo inteiro, e assim é o GASENE, assim foi o gasoduto no Amazonas, o Urucu-Coari-Manaus, assim foi o Projeto Malhas, a expansão das malhas no Nordeste, a expansão das malhas de gasoduto no Sudeste, e outros tantos projetos que nós tivemos. Ele é um projeto. E, como eu disse, a grande vocação é buscar recursos. A partir de 2007, o grau de investimento da PETROBRAS — em 2005 e principalmente em 2007, 2008, 2009 —, o nosso grau de investimento nos permitiu abrir mão desses projetos estruturantes via SPE. O nosso acesso ao mercado de capitais foi mais facilitado, o custo desse acesso também, e por isso nós abrimos mão das SPEs. Com relação ao TCU, existe ainda uma discussão se o TCU deve ou não acompanhar as relações da PETROBRAS com as empresas contratadas não por ela, porque a PETROBRAS garante um contrato de gás, de *chip or paid*, carregamento do gasoduto, mas a PETROBRAS não participa efetivamente desse Projeto GASENE. Então, eu não sei aonde o TCU já chegou, mas, se vier a acompanhar também as empresas, muito bem, nós vamos aprender mais uma vez essa gestão imposta pelo TCU.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. tem conhecimento das Cartas de Atividades Permitidas — CAP, adotadas pela PETROBRAS para a Transportadora GASENE S.A. Para que serve essas Cartas? Qual o conteúdo delas? Quantas foram emitidas para a GASENE? Essas Cartas de Atividades Permitidas são adotadas pela PETROBRAS em outros projetos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - No Projeto GASENE foi adotado. Também foi adotado no Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, e a PETROBRAS tinha uma relação intensa com a Sinopec, uma relação intensa com as empresas que executavam efetivamente as obras — aí eu estou me referindo à Engenharia —, sempre junto com a Sinopec, que era epecista, ganhava para isso. A Engenharia também ganhava para isso. O Gás e Energia pagava à Engenharia para que ela fizesse tão bem uma supervisão da obra. Tudo passava pela Diretoria da PETROBRAS, e, uma vez que nós concordássemos com aquelas contratações



específicas, com aqueles valores, com aqueles aditivos, nós emitíamos uma CAP. A área financeira emitia uma CAP para a transportadora GASENE, e a GASENE fazia os devidos acertos e ajustes com a Sinopec e com as empresas que a Sinopec contratava. Então, essa é a lembrança que eu tenho. Posso estar cometendo alguma imprecisão, mas de uma coisa eu tenho absoluta certeza: a Engenharia se envolvia intensamente com a obra e era paga para isso pelo Gás e Energia. E eu, muitas e muitas vezes, acompanhando a Engenharia, ia visitar essas obras e conversava com a Sinopec e com as empresas que estavam construindo aquele trecho daquele gasoduto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. sabe que em uma dessas Cartas de Atividades Permitidas houve a recomendação no sentido de que a GASENE assinasse contratos com a chinesa Sinopec no valor de 1,9 bilhão tanto para gerenciar o projeto, quanto para construir parte dos dutos. V.Sa. considera essa recomendação um procedimento regular?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - É interessante que esse momento, se não me engano, foi no dia..., foi em dezembro de 2007, eu tinha acabado de chegar ao Gás e Energia. Eu cheguei no dia 24 de setembro de 2007 e eu me lembro exatamente dessa contratação. Eu assinei essa contratação e eu entendo que todas as contratações, as autorizações tinham o parecer favorável da área jurídica, senão nós não as faríamos. E eu me lembro exatamente do que o senhor está falando sobre essa contratação. E a entendo como correta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. trabalhou, dedicou-se e acabou de afirmar que tem enorme orgulho desse Projeto GASENE. Esse Projeto trouxe prejuízo para a PETROBRAS? V.Sa. tomou, em algum momento, conhecimento de irregularidades ocorridas nesse Projeto? Quer dizer, o valor ficou dentro dos parâmetros aceitáveis?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Esse gasoduto tem dois trechos, e o total dos dois trechos dá mais de 1.200 quilômetros — o GASCAV e o GASCAC. Nós terminamos esse gasoduto com o preço, o previsto e o realizado, 20% acima; nós terminamos esse gasoduto com Metropol, que é um indicador muito utilizado no mundo, dentro das métricas internacionais, se não me engano, 58,6. Então, a construção desse gasoduto terminou, a operação dele, porque o gasoduto



não é só a linha-tronco, ele tem estações de compressão. Esse gasoduto tem três estações de compressão, pontos de entrega, ramais. Então, eu considero a média de 20% adequada. E um comentário que eu quero fazer, muito oportuno e importante, é que, há bem pouco tempo — eu estava Presidente da PETROBRAS, em janeiro —, nós falamos sobre o valor justo e o valor contável. Então, o valor contável é o valor de livro, e o valor justo seria o valor de venda, não considerando nenhuma sinergia. O que a PETROBRAS mais tem são as sinergias. O valor justo do GASENE supera, em alguns bilhões, o valor contável. Ou seja, nós não tivemos prejuízo com o GASENE. Muito pelo contrário, houve uma criação de valor no gasoduto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos para o último eixo do meu plano de trabalho, que é acerca de afretamento e construção de navio de transportes, navios-plataforma e navios-sonda.

Especialmente para o desenvolvimento dos campos do pré-sal são necessárias novas unidades flutuantes de produção, armazenamento e estocagem: FPSOs. Na sua gestão, a prioridade era a construção de FPSOs próprios ou afretamento dessas unidades? Quais as vantagens e desvantagens dessas opções? Na sua visão, as operações de FPSOs próprios seriam mais econômicas do que o afretamento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Uma coisa é ser *on-balance* e ser *off-balance*; uma coisa é agravar o orçamento da PETROBRAS e a outra não. Então, o afretado você só começa a pagar quando está pronto. E você paga uma taxa diária, uma taxa de serviço, cobra uma eficiência operacional, e, se tiver um *shutdown* ou algum problema, você não paga. Bom, também você não produz o óleo, é ruim. Então, historicamente os afretados têm dado um resultado melhor para a PETROBRAS, não só por ser um *balance*, mas porque chegam à alocação para a produção do primeiro óleo muito mais pronto, pronto para operar, porque o dono diz assim: “*Mas, Graça, eu não quero ganhar de você só o primeiro óleo; eu quero ganhar também o primeiro gás; eu quero ganhar sempre a minha taxa diária. Por isso, eu preciso passar um tempo maior no estaleiro*”. Então, nós, por questões financeiras — e acabou que fomos ajudados também por questões técnicas e econômicas —, nós optamos por afretamento com conteúdo local. Então, mesmo os



60% que nós pedimos nas unidades de produção própria também peço quando é feito o afretamento. Em geral, nós também exigimos o afretamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Vamos para a empresa SBM Offshore, que está no centro da polêmica, até porque a história aqui falada pelo Sr. Pedro Barusco é a de que ele, mesmo sem ser diretor, sem ter poder de interferir na licitação, sem ter poder de interferir em contratos, passou a receber, segundo ele, de forma individual, propina da SBM, que é a empresa holandesa. Nós, por sinal, ouviríamos o Sr. Faerman, que é o homem que aparece como aquele que deu os recursos, mas ele é um foragido da polícia, e nem a Polícia Federal pôde encontrá-lo para notificá-lo a comparecer a esta CPI.

A PETROBRAS tem muitos contratos com essa empresa SBM? Quer dizer, foi por inelegibilidade que a PETROBRAS contratou essas obras? Como que se dá a relação PETROBRAS-SBM na sua gestão e antes, uma vez que, quando dos cargos que V.Sa. exerceu, a PETROBRAS já tinha uma relação com essa empresa?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, com relação à SBM ela é uma das... junto com a Modec e outras duas, é uma das melhores do mundo. Tão logo nós soubemos dessa questão da propina, imediatamente nós cancelamos qualquer relação comercial com a SBM. E, quando eu leio nos jornais, escuto dizer que ela está em curso com acordo de leniência, eu fico muito satisfeita, porque fica mais competitivo quando você tem a SBM, quando você Modec, Teekay e outras tantas, ou pelo menos meia dúzia delas. Quanto nós temos sócios, o JOA, o Joint Operation Agreement, quando nós trabalhamos com a British Gas, com outros, não se aplica o 2.745. E nós fazemos negociações com essas empresas para ter o melhor preço, prazo mais curto de entrega e o conteúdo local adequado. Então, dessa forma é feito. Eu ouvi o Barusco aqui, todas as falas do Barusco. Eu sou da época em que se usava jaleco branco, um crachá escrito que eu era estagiária, e na hora do almoço, num restaurante bem grande, eu sentava junto com os outros estagiários e com a peãozada lá no cantinho do restaurante. E tinha 1 hora para comer. Há muito tempo o restaurante é democrático e todo mundo come junto, e tudo mais. Eu não consigo imaginar como pode ser verdadeira a fala do Barusco, de que ele, sozinho, recebia propina. Eu não consigo entender isso de forma alguma. Mas, enfim, até hoje não temos um retrato oficial dessa questão da propina da SBM.



Temos a fala do Barusco, temos o depoimento do Barusco, mas a SBM e a PETROBRAS... Até hoje, não há uma conversa com nomes, com valores. A PETROBRAS busca isso intensamente, para que a gente possa, de fato, voltar a contratar a SBM.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, a PETROBRAS, a partir das denúncias, fez investigações dos contratos já existentes ou não?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A PETROBRAS fez investigação no contrato, investigações nos aditivos. Os advogados da PETROBRAS foram ao Ministério Público da Holanda. Fomos à CGU, fomos ao Ministério Público Federal, fomos à própria SBM. E eles dizem e escrevem que não sabem quanto nem pra quem. Então, eu entendo que é um processo em curso e que há, sim, uma afirmativa de que pagou propina. A quem e quanto, enquanto não tiver isso completamente claro, não há uma solução de contratação por parte da PETROBRAS, eu entendo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em relação a esse tema SBM, V.Sa. compareceu a uma outra CPI, uma CPI mista, que foi realizada no Senado. Lá tratou deste tema. Parlamentares, depois, entraram no Ministério Público com uma representação, afirmando na apresentação que V.Sa. teria ali mentido por receber denúncias, não ter apurado e ter arquivado essas denúncias.

O que V.Sa. tem a falar sobre essa questão tanto do depoimento à CPMI no Senado quanto da representação que os Parlamentares apresentaram para que o Ministério Público pudesse apurar a afirmação de que V.Sa. teria mentido na CPMI mista que se encerrou há pouco tempo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu recebi essa notícia e fiquei muito chateada, muito triste, porque eu respeito muitíssimo os Parlamentares e não menti. A nossa Comissão Interna de Apuração olhou contrato a contrato, aditivo a aditivo, e fez as viagens que precisava fazer num determinado momento. Num segundo momento, nós recebemos um telefonema do CEO da SBM, Bruno Chabas, que dizia que havia sido, sim, pago propina. E eu perguntava e escrevia: *“Para quem?”*. Ele dizia que não sabia. Eu disse para ele: *“Daqui a 2 horas, o senhor vai receber uma carta minha dizendo que não vou mais contratá-lo enquanto o senhor não me disser quem foi”*. Ele não acreditou muito que eu faria isso — e fiz.



Essa conversa foi presenciada pelo nosso Gerente de Segurança Empresarial, ela foi presenciada pelo meu assessor, ela foi presenciada pelo chefe da auditoria e pelo nosso executivo do jurídico. Ele recebeu a carta e saiu de qualquer transação com a PETROBRAS. No mesmo dia, eu informei à CGU. No dia seguinte, eu informei por carta ao Ministério Público, que me disse que esse assunto deveria correr sob sigilo — sigilo absoluto. Eu não tinha nomes, não tinha valores, não tinha absolutamente nada. Nós tínhamos que deixar isso caminhar. Então, na minha fala na CPMI — eu vou ler aqui, é muito rápido, é um parágrafo pequeno —, eu disse: “*SBM Offshore — relação com a PETROBRAS*”. Isso, desde fevereiro até a presente data, nós temos atendido a vários e vários questionamentos da CGU, do Ministério Público Federal. Existem apurações da Câmara dos Deputados na CPI, na CPMI, evidentemente, e a própria apuração no TCU. É importante que eu deixe claro aqui a todos que todas as informações sobre o assunto foram e estão sendo encaminhadas a esses órgãos de controle e existe uma perfeita atualização junto à CGU. Eu li e reli milhões de vezes o que disse e eu não entendi que tivesse mentido. Eu peço desculpas por não ter sido tão clara quanto eu deveria ser.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Outro tema objeto de muito debate nesta CPI é sobre a empresa Sete Brasil, que foi construída para construir as plataformas de petróleo. Sobre esse tema Sete Brasil, o modelo financeiro, os contratos em operação, a sociedade que foi estabelecida, qual é a visão hoje de V.Sa. acerca desse tema Sete Brasil?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu ainda acredito nesse modelo. Eu acho que foi um modelo muito bem estruturado do ponto de vista financeiro. Foi a área financeira que fez essa estruturação junto com a Engenharia, com a participação da área de exploração e produção. Mas a inteligência desse projeto veio, que me desculpem meus colegas, para não ficarem enciumados, mas para mim veio da área financeira, um excepcional trabalho; de novo, uma participação pequena da PETROBRAS, 28 SPEs; a PETROBRAS com uma participação direta e indireta, num total de 9,36%. E o que desonra, o que chateia, o que envergonha é ter, na delação premiada, as questões que foram colocadas aqui pelo ex-Gerente-Executivo, o Barusco. Isso é o que desonra. isso é o que envergonha. Mas é um projeto muito bem-estruturado. É um projeto que precisa ficar



em pé; o Governo, os bancos e a própria PETROBRAS buscando todas as saídas para que esse modelo fique em pé, que essas plataformas continuem sendo construídas. Isso é muito importante para a empregabilidade da indústria naval e *offshore*. Mas é um modelo que não agrava o balanço e um modelo muito inteligente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Diante da descoberta do pré-sal, a PETROBRAS optou por uma política de desinvestimentos de ativos fora do Brasil, alguns deles objeto de questionamentos nesta CPI, como a venda de ativos na África. Qual a posição, a visão e qual a contribuição de V.Sa. acerca desse tema, desinvestimentos, vendas de ativos na África, que também são objeto de investigação desta CPI?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu provavelmente erradamente, até pela minha idade — eu tenho 60 anos de idade —, gosto muito de ver a PETROBRAS em tudo: PETROBRAS dona de todas as plataformas, todo mundo de macacão cor de abóbora, igual à minha camisa. Então, racionalmente, economicamente, de forma competitiva, a PETROBRAS não pode fazer tudo. Da mesma forma, as grandes empresas. As grandes empresas definem o seu planejamento estratégico, atuam em determinadas áreas e, passados 5, 10, 15, 20 anos, elas começam a desinvestir naquela área que era tão importante e vão para outra área. E aconteceu com a PETROBRAS. Nós estamos acostumados, na PETROBRAS, investir, investir, investir, investir, investir. Só que a PETROBRAS, já em 2012, não aquecia mais. O endividamento líquido pelo EBITDA já tinha acendido o farol amarelo, quase cor de abóbora, dizendo: “*Olha, vou passar dos dois, dos dois e meio*”. E hoje está aí nos quatro. Então, nós precisamos desinvestir. E fizemos um desinvestimento. Desinvestimos nos anos de 2012, principalmente 2013, e alguma coisa em 2014, em torno de 11 bilhões de dólares. A maior parte do desinvestimento deu-se quase dividido no Brasil, fora do Brasil, e o bom trabalho feito pela área internacional anos e anos e anos atrás trouxe para nós alguns bilhões de dólares, em torno de 6 bilhões de dólares, ou 5,5 na área internacional. Então, foi necessário fazer... Nós precisávamos fazer desinvestimentos no Peru, que exigia muito investimento em infraestrutura. Nós temos bons ativos na África. Queríamos ficar na África. Criamos uma JV, uma *Joint Venture*, uma empresa na África para ser



autofinanciável, autossustentável, semelhante ao que queremos e que devemos e que talvez seja feito aqui no Brasil. Então, foi um trabalho previsto, planejado e estruturado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, eu ainda tenho algumas perguntas, mas, até para que o Plenário não aqui me acuse de querer monopolizar as perguntas... Se, conforme eu entender, algumas das perguntas que ainda estão aqui reservadas forem feitas por Parlamentares, eu não sentirei necessidade de retornar a inquirir a depoente.

Mas, por ora, eu estou aqui suspendendo as minhas perguntas. Se houver necessidade, eu retorno para dar oportunidade também aos Sub-Relatores e ao Plenário de poder inquirir a depoente aqui.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, apenas para contribuir com esta Comissão, quero dizer à CPI, à Polícia Federal, ao Ministério Público, que estou lançando um disque-denúncia, no gabinete do Delegado Waldir, para receber denúncias dos funcionários de bem da PETROBRAS, porque acredito que 99%, e de outros órgãos — Correios, IBGE...

Então, nós estamos criando um disque-denúncia. Pode fazer a denúncia. É gratuita, não precisa se identificar. Pode mandar por *e-mail*, WhatsApp; a gente colocou os números até para contribuir com essa Presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos ao próximo Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Exa. perguntou a respeito dos aditivos. A depoente disse que só foram três no período. Três contratos ou três aditivos? Eu não entendi. (*Pausa.*)

Contratos. Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora para o primeiro Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes. V.Exa. tem até 5 minutos.

Seremos bastante rigorosos com relação ao cumprimento do tempo. Esse será o comportamento adotado por este Presidente, não sendo mais complacente, para que a gente possa ter uma sessão ao máximo participativa, com a participação do maior número de membros possível.



V.Exa. tem até 5 minutos. Peço para reparar o tempo de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Graça Foster, a senhora foi a primeira mulher do mundo a comandar uma petroleira. A senhora ficou na Presidência da PETROBRAS 3 anos.

Então, é com muito respeito que quero fazer aqui alguns questionamentos à senhora, pela história da senhora, de que tenho conhecimento, talvez muitos colegas aqui tenham também.

Quantos funcionários terceirizados tem a PETROBRAS hoje?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Olha, se colocar todos aqueles que trabalham para nós nas nossas obras...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não. Seriam só não que trabalham para as empresas; só para a PETROBRAS terceirizados.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não tenho esse número atualizado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora acha mais ou menos ...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não tenho esse número atualizado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A senhora poderia, Presidente,... Depois, se a senhora puder me dar essa informação...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu posso pedir à PETROBRAS que atualize esse número ao senhor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sra. Graça Foster, o ex-Presidente Gabrielli considerou a compra da Refinaria de Pasadena um ótimo negócio. Ele veio aqui e declarou isso aqui. E a senhora, em audiência no Senado no ano passado, afirmou que a compra da Refinaria de Pasadena foi um mau negócio. A PETROBRAS possui um plano estratégico de médio e longo prazo, e as decisões são tomadas pelo Conselho de Administração. Como a senhora coloca essa divergência entre a senhora e o Presidente Gabrielli?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu queria que descontasse o tempo, por favor.



**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é que, como...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu queria dar a palavra a V.Exa., Deputada Maria do Rosário...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sim, obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ... após o término do questionamento do Sub-Relator.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sim, eu apenas... Eu tento contribuir com V.Exa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós esperamos o Relator Luiz Sérgio...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - ... no entanto, eu quero saber do procedimento de V.Exa. porque, como o nobre Sub-Relator é o primeiro depois do Relator, V.Exa., se nos orientar, pode ajudar para que todos possam agir. Então, desculpe-me o colega.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Qual é o questionamento de V.Exa.?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Meu questionamento é sobre a pergunta, sobre cada pergunta, se nós vamos nos ater aos temas do requerimento de formação da CPI, porque o nobre colega perguntou sobre terceirizados, a que, por óbvio, não foi estabelecido que a depoente responderia, e sobre Pasadena neste momento.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - V.Exa. me desculpe, Presidente, eu gostaria de um tempo porque eu quero explicar, então, por que eu estou perguntando isso.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Quem é a advogada da depoente?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Eu tenho certeza de que é o Presidente que vai responder à minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou responder à questão de ordem de V.Exa.

*(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esperava eu que o clima de paz iniciado aqui com os questionamentos do Relator fosse mantido, mas, pelo que eu estou vendo, esses questionamentos sempre surgem.

Eu quero responder a V.Exa., dizendo que, da mesma forma que o Relator tem liberdade de perguntar, os Sub-Relatores também têm — da mesma forma. A resposta a ser dada, pelo juramento feito pela Sra. Graça Foster... Ela é quem dirá até onde ela poderá responder ou não, até porque ela tem que responder com verdade. Então, para o bom funcionamento dos trabalhos, os Sub-Relatores terão liberdade para perguntar dentro do tempo estabelecido por este Presidente. Eu peço que se repare o tempo do Deputado Altineu. Vamos voltar ali para 4 minutos.

V.Exa. pode concluir.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sra. Graça Foster, eu, nesta sub-relatoria, tenho por objetivo apresentar ao Relator e a esta Comissão o custo das refinarias, e a terceirização de mão de obra faz parte do custo. Nós comparamos aqui com o Sr. Gabrielli essa questão da Refinaria de Pasadena, que ele disse aqui para todo o mundo que foi um ótimo negócio. Então, o meu intuito é comparar o preço da Refinaria de Pasadena, que foi um ótimo negócio, com a construção das refinarias no Brasil, cujos custos estão aí. Eu queria que a senhora dissesse — a senhora falou que foi um mau negócio — por que essa diferença.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, as refinarias que nós estamos construindo hoje no Brasil são um bom negócio, ainda que caríssimas, talvez das mais caras do mundo, tanto a COMPERJ quanto a RNEST, porque nós trabalhamos com unidade geradora de caixa, nós somos os únicos refinadores do Brasil, nós temos uma sinergia não só no refino, mas na infraestrutura de transporte, na cabotagem, na movimentação de navios, e a gente tem um resultado de fato muito bom. Mas nós não podemos ainda construir Premium I e Premium II porque nós não temos métricas internacionais perfeitas. Esse é um ponto. Com relação a Pasadena, eu esperava que no ano de 2014 ela desse um resultado melhor. Ela não deu um resultado melhor porque o preço do petróleo caiu para o mundo inteiro, e as boas margens que nós estávamos aproveitando no ano de 2014 não aconteceram. Então, olhando com os olhos de hoje, com os olhos de 2013 — 15, 14, 13 —, Pasadena, olhando agora, não foi um bom negócio.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, nós temos aqui muito pouco tempo. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que a gente pudesse deixar umas perguntas técnicas escritas, e se a senhora poderia nos ajudar... São perguntas pontuais.

Mas eu quero aqui até citar uma frase do saudoso Nelson Rodrigues, que disse que toda unanimidade é burra. E a Refinaria de Pasadena foi aprovada por unanimidade no Conselho de Administração. E essa questão é uma questão inclusive entre os Presidentes, a senhora e o Sr. Gabrielli, e nos chama muito a atenção. E eu digo que eu fico com a senhora, se eu puder dar uma opinião, uma humilde opinião.

O engenheiro Shinko Nakandakari deu informações detalhadas a respeito da arrecadação de propina pela Diretoria de Serviços, do Renato Duque, e pelo PT, do Sr. João Vaccari, em contratos na Diretoria de Energia e Gás, entre 2008 e 2013. A senhora comandava essa Diretoria entre 2007 e 2012. A senhora, em momento nenhum, com essa mexida em relação à propina embaixo, teve conhecimento de...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu nunca soube de propina na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu vou me ater ao que tenho aqui para não tomar o tempo. Eu gostaria que a senhora, Sra. Graça Foster... Para mim é até uma honra questionar a senhora, porque a senhora tem uma história de vida na PETROBRAS, e o nosso intuito, pelo menos o meu — e acredito que o de todos aqui —, é limpar a PETROBRAS, é limpar a PETROBRAS. E eu gostaria — eu não tive esse conhecimento técnico — que a senhora me apontasse nas perguntas que eu vou deixar, Presidente, como é o organograma de quem participou disso? Porque é impossível o Renato Duque e o Pedro Barusco não terem um corpo abaixo deles que respondia a eles, que fazia alguma coisa. E eu não quero prejudicar ninguém. Então, a comissão de licitação, o responsável pelos contratos, os engenheiros que assinavam os aditivos, ou os técnicos, o jurídico, os que assinaram essas questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Altineu.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - As minhas perguntas serão em cima disto: onde eu poderia ter esse resultado, se eu posso ter alguns nomes. E a



senhora pode ter a certeza de que, da nossa parte, não existe prejulgamento. A gente só quer chegar àqueles que participaram dessa falcatrua para que a gente possa limpar a PETROBRAS.

Muito obrigado à senhora.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Posso responder? V.Exa... É muito simples. Com um requerimento de informações à PETROBRAS, o senhor chega até o nome do gerente do contrato na obra, até o nome do coordenador do contrato na obra. O senhor chega desde a Presidente Graça, que lá estava até 50 dias atrás, até o supervisor lá do contrato.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sra. Graça Fortes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Atendendo a uma solicitação feita — é claro que a partir da próxima oitiva; hoje nós já adotamos esse procedimento de manter os 5 minutos, mas o Sub-Relator André Moura nos questionava sobre a brevidade do tempo, que 5 minutos seria pouco para os questionamentos que os Sub-Relatores têm para fazer —, nós, a partir das próximas reuniões, delimitaremos o tempo de 10 minutos para cada Sub-Relator, para que S.Exas. possam ter condição de questionar os convocados à CPI, como uma forma de contribuir para o bom andamento do trabalho de S.Exas., que acredito eu seja de relevante importância na elaboração do relatório final.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, quero só agradecer a V.Exa. por acatar a nossa sugestão para que nós, Sub-Relatores, possamos ter um tempo a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E no dia de hoje, como nós já adotamos 5 minutos, não vamos voltar atrás. Nós queremos que, não dando tempo de questionar tudo nos 5 minutos, V.Exas. encaminhem por escrito os questionamentos à Sra. Graça Foster, porque acredito eu não seja nenhum problema ela responder isso em outro momento ou até mesmo ao final da audiência pública.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, como nós podemos fazer perguntas em bloco para cumprir o tempo estabelecido por V.Exa., e, no caso,



como Sub-Relator, nós temos uma série de perguntas que com certeza não dará para fazer no tempo de 5 minutos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu sugiro inclusive que os questionamentos sejam feitos em bloco, porque, se o questionamento for feito como vem sendo feito, com respostas dentro do tempo do Deputado que está perguntando, nós não vamos dar tempo a mais para que outros questionamentos sejam feitos. Então, que os questionamentos sejam feitos em bloco para que a gente possa dar igual tempo para que a Sra. Graça Foster possa responder, e aí tenhamos um uso melhor do tempo de cada Parlamentar.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Só uma questão de procedimento: como, no meu caso, as minhas perguntas requerem... Elas não são perguntas que eu possa fazer e às quais a Sra. Graça Foster possa responder em bloco, porque ela com certeza não vai ter como memorizar todas as perguntas. Eu questiono se eu posso encaminhar uma cópia para ela, leio em bloco, e serve como subsídio para que ela possa responder no meio das perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não. V.Exa. fique à vontade para encaminhar as perguntas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço à secretaria da Mesa que fique atenta ao Plenário porque, se houver votação, nós temos que ir lá. Então, que se mantenha informada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço à Secretaria que acompanhe os trabalhos do plenário e nos informe sobre as votações, para que possamos avisar os Parlamentares.

Vamos agora para o Deputado Bruno Covas, segundo Sub-Relator.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sra. Graça Foster, a senhora disse que era Diretora de Gás e Energia quando, em 2007, foi assinado o contrato da GASENE, respondendo à pergunta feita pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio. O que não ficou muito claro para mim é se a senhora participou da decisão de se utilizar uma SPE para criar a Transportadora GASENE.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não participei, não, Deputado, mas eu considero correto.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito. A senhora sabe dizer em que ano se deu a aprovação do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica — EVTE do projeto GASENE?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - E também fico muito à vontade para falar sobre esse assunto, porque era o Diretor Ildo Sauer que estava presente, nesse período de 2003 até 2007, e foi feito um trabalho exaustivo pela equipe dele, que depois foi a minha própria equipe — quase as mesmas pessoas. Havia várias questões com relação à forma de suprimento de gás, se haveria gás para passar nesse gasoduto. Havia uma perspectiva de muito mais gás na Bacia de Santos, e isso não veio a acontecer. O Diretor Ildo Sauer tomou a decisão de construir os dois terminais de liquefação, de regaseificação. Eu construí o terceiro terminal. E o tempo todo esse Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica veio acontecendo, veio dando sinais negativos, num determinado período. Depois ele passou a ser considerado; toda a rede básica de transporte de gás passou a dar resultado positivo. Quando eles — os meus colegas anteriores — tiveram a certeza de que a solução GASENE era uma solução viável, eles tomaram a decisão e tiveram, na sensibilidade feita, a aprovação positiva, o VPL desse gasoduto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em que ano se deu essa aprovação?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu acredito que entre 2005 e 2006. Mas eu queria fazer um complemento ao senhor. Em fevereiro de 2013... No final de 2013, nós fizemos aquilo que chamamos pós-EVTE e tivemos um resultado positivo para essa rede básica que inclui o gasoduto GASENE.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito. A senhora sabe me dizer qual é o custo original do projeto em cada trecho e qual o custo final?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não tenho o custo de cada... Eu até tenho aqui, no meio desse monte de papel, em cada trecho.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se puder deixar...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Posso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É exatamente essa diferença que a senhora disse que ficou em 20%, quando questionada pelo Relator?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Em torno de 20%. Ele foi concluído completamente, com as estações de compressão, pontos de entrega e



ramais, por 6,4 bilhões de reais, 4% abaixo da estimativa e dentro das métricas internacionais.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A senhora disse, agora há pouco, também, quando questionada pelo Relator, o Deputado Luiz Sérgio, que não sabe até onde o Tribunal de Contas da União chegou na discussão sobre a possibilidade de fiscalizar as SPEs.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu não sei se a senhora tem conhecimento, mas agora, dia 21 de janeiro de 2015, o Tribunal de Contas negou inclusive um agravo, um recurso interposto pela PETROBRAS e pelo ex-Presidente Gabrielli em relação à fiscalização do TCU na GASENE. Inclusive há um trecho desse acórdão que eu gostaria aqui de ler. Ele diz o seguinte:

*“(...) as providências que determinei” — o Relator — “(...) têm como objetivo verificar se o eventual sobrepreço e superfaturamento apontados nestes autos — incluindo algumas majorações de grande amplitude, superiores a 1.800% em relação ao referencial do Sicro 2 — teriam alimentado de alguma forma o esquema de corrupção perpetrado contra a Petrobras (...), lembrando, nesse ponto, que o Plenário do TCU já autorizou operação conjunta dos auditores do TCU com a PF e o MPF, com vistas a coletar ainda mais provas para os processos de controle externo financeiro que tramitam neste Tribunal.”*

A senhora não tinha conhecimento desse...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu tinha. Eu era Presidente da PETROBRAS ainda. E eu queria dizer ao senhor que, quando eu li, pela primeira vez esses 1.800%, eu saí da sala querendo saber que 1.800% eram esses, porque, do jeito que foi colocado... E foi colocado também pela imprensa. Poxa, mas 1.800% parece 1.800% do gasoduto. Não pode ser 1.800%. Nem um prego pode custar mais caro 1.800%. Esses 1.800% foram em uma manta geotérmica, que foi colocada num determinado trecho, que não me lembro agora se foi o trecho A1, mas não foi no gasoduto. O gasoduto saiu 20% mais caro.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Mil e oitocentos por cento talvez seja um novo recorde, não é doutora? Agradeço. Obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não são 1.800%; é uma parte, é um elemento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

V.Exa. é o terceiro Sub-Relator e tem até 5 minutos para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Bom dia, Sra. Graça Foster!

Eu queria fazer um comentário em cima de uma matéria da revista *Bloomberg*, que noticiou a baixa contábil de 30 bilhões de dólares, que os auditores da empresa diziam estar parcialmente vinculados às perdas relacionadas ao escândalo da PETROBRAS. Então, o Ministro e Conselheiro da PETROBRAS Guido Mantega teria ligado para a Presidente Dilma e informado que a divulgação do balanço e, por conseguinte, daquele número seria ruim para a imagem da empresa. A imagem já estava bem ruim, não é? Em seguida, na mesma noite, a senhora teria feito contato com a Presidente e informado que o valor era de 30 bilhões de reais. E, defeituoso ou não, deveria ser liberado, porque, entre outras coisas, o mercado teria direito de saber.

A senhora queria que os números do prejuízo daquele balanço fossem apresentados por quê? E o que a Presidente lhe respondeu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, nós fizemos um cálculo do valor justo, a pedido do Conselho de Administração, um cálculo do valor justo que inclui uma série de variáveis: se existe propina, a propina; corrupção; sobrepreço; ineficiência; projeto malfeito; dias de chuva; equipe mal capacitada; mudança de escopo. Vários elementos. Esse cálculo do valor justo foi feito pela Deloitte e pelo BNP Paribas. Esse cálculo mostrou um determinado número — 86 bilhões de reais —, com o resultado do valor justo abaixo do valor do livro e mais 25 bilhões acima do valor do livro. O que eu fiz? Eu estive com a Presidenta Dilma dias antes, mostrei esses números para a Presidente, expliquei para ela. Expliquei os números para o Ministro. Expliquei os números ao Presidente do Conselho. Disse: esse método está na ata de reunião — isso é importante que os senhores saibam —



do Conselho, que esse método não traria para nós a resposta do número da corrupção. Ele não traria porque considera chuva, ineficiência e tudo o mais. Mas esse foi um número calculado e medido. E nós entendíamos que os nossos acionistas, que os analistas, que o mercado deveria conhecer esses números com todas as restrições.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual foi a auditoria que não quis assinar o balanço?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A auditoria é a Price. Ela não assinou o balanço ainda.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a senhora falou que duas anteriores teriam feito auditoria?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não. A Price é auditora contratada da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas a senhora falou de duas outras, agora: a Deloitte..

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, a Deloitte e a BNP Paribas foram as empresas independentes contratadas para calcular. O Conselho de Administração não queria que nós calculássemos, queria que outros calculassem para nós.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O BNP é um banco, não é?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O BNP é um banco e tem os seus técnicos e tudo o mais. Então, eles fizeram esse cálculo. Eu disse à Presidenta, disse ao Presidente do Conselho que era importante mostrar. A Presidenta não disse para eu não mostrar. Eu entendi, como Conselheira e Presidente da PETROBRAS, que o mercado deveria conhecer; que a metodologia era inadequada, mas ele deveria conhecer os números. Os minoritários entenderam da mesma forma, e assim nós fizemos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A senhora, quando assumiu, disse que externava gratidão e fidelidade incondicional à Presidente da República. Essas gratidão e fidelidade ainda existem?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Certamente que existem.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E por que a senhora demorou tanto para informar a ela os problemas que estavam acontecendo na PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Mas eu tenho conversado com a Presidenta sobre os diversos problemas acontecidos na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Lá atrás, quando começou, a senhora tinha um grupo de controle na PETROBRAS. Esse grupo de controle nunca a alertou sobre o que estava acontecendo na PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Mas o que está acontecendo na PETROBRAS é aumento da produção, aumento da descoberta, aumento da reserva. Propina eu não conhecia. Corrupção eu não conhecia. E eu não poderia conversar com ela sobre o que eu não conhecia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não vai dar tempo de a senhora responder, mas vou deixar registrado que a empresa do seu marido, o Sr. Colin Vaughan Foster, a empresa C. Foster, teve 43 contratos com a PETROBRAS, até 2012, no valor 614 milhões. A senhora poderia me informar por quê?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A empresa C. Foster não existe. Ela foi desativada, foi vendida. Essa empresa teve alguns serviços prestados à PETROBRAS, fora da minha linha hierárquica...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A senhora disse que ela foi vendida. Foi vendida para quem?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não sei para quem. E essa empresa...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não era de seu marido?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Era do meu marido, mas os nomes dos sócios eu não sei. E não foram 614 milhões de dólares; foram 614 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Sr. Deputado André Moura.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Graça Foster, como eu já tinha dito aqui, estou encaminhando à



senhora as nossas perguntas, para que possa acompanhá-las e facilitar as respostas.

Vou ler aqui todas as perguntas em bloco para que a senhora possa respondê-las.

A primeira pergunta que cabe a minha sub-relatoria é se V.Sa. participou da concepção do modelo de atuação da empresa Sete Brasil Participações.

Vejo, pelo que disse a senhora aí, que a senhora tem um grande entusiasmo pela empresa Sete Brasil, porque disse que a concepção dela foi perfeita; que ela foi muito bem estruturada; que a empresa Sete Brasil é um modelo perfeito. E a PETROBRAS é acionista e detém 9,36% dessa empresa. Então, V.Sa. participou do modelo de atuação da empresa Sete Brasil Participações S/A? V.Sa. também participou das decisões relativas a sua estruturação, capitalização e implantação?

Poderia V.Sa. nos dizer de que forma se deu seu envolvimento na formação e operação dessa empresa; não só na formação, mas também na operação da empresa da qual a PETROBRAS detém um percentual — eu coloquei de 5%, mas, no depoimento da senhora, a senhora falou 9,36% — do controle acionário? Essa é uma pergunta.

Segunda pergunta: no mesmo sentido, poderia nos relatar a ocorrência do seu envolvimento na estruturação, capitalização e implantação do Fundo de Investimento Sondas, o FIP Sondas, que detém 95% do controle acionário da Sete Brasil? Por quais razões a PETROBRAS, além de acionista da Sete Brasil veio a ter também participação nesse Fundo?

Terceira pergunta: V.Sa. indicou, recomendou, aquiesceu ou vetou a nomeação de dirigentes para a Sete Brasil ou para o FIP Sondas? Quem, em que épocas e para que cargos?

Quarta pergunta: como V.Sa. avalia a decisão de se admitir a licitação promovida pela PETROBRAS para contratação da Sondas, uma empresa com participação acionária e poderes de nomeação e veto de dirigentes por parte da própria promotora do certame, a PETROBRAS? Como promotora do certame e como acionista da Sete Brasil, quero saber como a senhora pode me explicar que se admitia que na licitação promovida a Sete Brasil pudesse participar. E ainda, continuando a minha pergunta: julgaria temerária a decisão de admitir que uma



empesa sem tradição na operação de sondas, no caso a Sete Brasil, apenas detentora de ativos, como concorrente em procedimentos envolvendo cifras tão elevadas e responsabilidades tão críticas como a exploração do pré-sal? A Sete Brasil foi concebida sem uma tradição, sem um *know-how* na operação de sondas. E ela já participava diretamente desse procedimento de cifras, como coloquei aqui, tão elevadas e de responsabilidades tão grandes como a exploração do pré-sal. Essa é a nossa quarta pergunta.

Quinta pergunta: V.Sa. participou de algum modo das decisões para alienação de ativos da PETROBRAS na África? Mesmo porque, no depoimento de V.Sa., V.Sa. falou que eram necessários fazer os desinvestimentos, como foram feitos em maior escala, em 2012, e, depois, em proporção menor em 2013, e, numa proporção ainda menor, em 2014, e que esse “bom trabalho”, segundo V.Sa., de vendas de ativos, de negociação de ativos da PETROBRAS, na África, rendeu de 5,5 bilhões a 6 bilhões de dólares para a PETROBRAS e que isso tudo foi previsto, foi planejado e estruturado por V.Sa. Quero saber se foi tudo realmente como V.Sa. colocou no depoimento de V.Sa. aí: se foi prevista, se foi planejada por V.Sa. e se foi estruturada por V.Sa. a venda de ativos da PETROBRAS na África. Veja bem a responsabilidade da resposta de V.Sa., porque V.Sa. está sob juramento, aqui, para dizer a verdade.

Então, como se deram, e quais as razões que julga suficientes para justificar as operações? Como avalia o resultado obtido com tais desinvestimentos, como V.Sa. colocou?

E, para finalizar, Sr. Presidente, a última pergunta: os fatos listados nas perguntas acima, que V.Sa. tem aí, se deram durante sua gestão como Presidente da PETROBRAS? Caso contrário, quais cargos ocupou durante os fatos citados? Em algum momento, chegaram-lhe ao conhecimento denúncias sobre irregularidades relativas às operações da Sete Brasil, empresa tão bem estruturada e de tanta perfeição, como V.Sa. colocou no seu depoimento aí? E essas informações sobre a alienação dos ativos da PETROBRAS na África também chegaram ao seu conhecimento? Qual o teor dessas denúncias e que providências V.Sa. adotou para seu esclarecimento, ou para sanear irregularidades ou ilicitudes



que tenham sido constatadas também na venda de ativos na África, que, como V.Sa. colocou, foi tão bem planejada e estruturada?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, essas perguntas são, me desculpe dizer, excelentes, mas exigem tempo para a resposta, e eu vou dar linhas gerais, respostas gerais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, ela tem todo o tempo necessário para responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem o tempo que...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A senhora não tem tempo limite para responder. V.Sa. pode responder, e eu estou aqui para ouvir, aliás, todos nós, membros da CPI.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Está certo. Então eu vou tentar ser pelo menos objetiva, aqui. Eu disse que o modelo da Sete Brasil é um modelo muito inteligente, é um modelo muito bem estruturado. Eu não disse que a Sete Brasil tinha boa gestão; a primeira concepção da Sete Brasil. Eu não disse isso. Eu não participei do modelo da estruturação financeira da Sete Brasil, porque eu era da Diretoria de Gás e Energia, e esse assunto não é um assunto da minha pauta. Mas eu apreciei o modelo, como Diretora. Então, esse modelo foi levado algumas vezes para a reunião da Diretoria, para o colegiado, e, de minha parte, eu o apreciei e o reconheci como modelo devido. Era uma forma de nós não gravarmos no nosso balanço um contrato de 70 mais 20, de 90 bilhões, e isso parecia uma solução, e é uma solução, no meu entendimento, uma solução inteligente. E eu lamento que possa ser verdade — e deve ser verdade, porque foi dito pelo próprio colega Barusco — a questão da propina. Então, como foram nomeados... Traduzindo aqui, eu entendi que o senhor está me perguntando como foram nomeados os dirigentes da Sete Brasil. É isso que o senhor está me perguntando?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Isso. Como foram nomeados, se V.Sa. participou da escolha, tem responsabilidade sobre a escolha deles.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Está certo. Na primeira edição, na primeira gestão da Sete Brasil, o gerente-executivo da área financeira, Bonésio, foi quem assinou o documento interno indicando os nomes do Ferraz para Presidente e do Barusco para ser o Diretor de Operações, se não me engano, de



Engenharia. São dois talentos, dois quadros excepcionais, admiráveis, na PETROBRAS — quadros técnicos. Esse documento interno PETROBRAS de indicação de dirigentes foi levado pelo Diretor da área financeira, o Dr. Almir Barbassa, que foi Diretor do Gabrielli e meu Diretor, também, enquanto fui Presidente. Então, o Diretor Barbassa levou esses nomes, e nós, inclusive a Maria das Graças, aprovamos o nome desses dois senhores, o Ferraz e o Barusco, pelo quadro técnico que eles são. A empresa continuou caminhando, diversas dificuldades — tipo assim: *“Eu saí da PETROBRAS, agora quem manda aqui sou eu”* — e difícil discussão técnica entre o nosso representante no Conselho e os nossos colegas, muito gentis como colegas, mas com autoridade que nós não estamos acostumados a ter dentro da PETROBRAS. E aí havia alguns problemas. Há uma ata da reunião do Conselho que não foi assinada — acabou não sendo assinada, até onde eu me lembro — pelo nosso representante no Conselho. Aí veio o momento da troca da Direção. Aí eu já era Presidente. E eu disse — eu disse! — ao Diretor Formigli, o Diretor de Exploração e Produção, e ao Diretor Barbassa: *“Vamos indicar agora o nome dos novos dirigentes”*. E escolhemos quadros técnicos tão bons quanto aqueles que lá estavam, mas com outro perfil na gestão: mais disciplinados, mais solidários, no sentido de falar mais sobre as coisas que estão, de fato, acontecendo. Só que, nessa situação, mudou a governança. Nós tínhamos que indicar uma lista tríplice para que os conselheiros escolhessem os nomes. Escolheram o nome do Carneiro, escolheram o nome — esqueci o nome dele, está escrito aqui no meio deste monte de papel, colega nosso — do Renato, também um técnico muito bom. Acho que ele estava aposentado da PETROBRAS. E aí foi. Então, a Sete Brasil hoje tem uma outra direção. O documento foi encaminhado pelo Formigli, foi levado, e a Diretoria o aprovou, essa Diretoria em que eu era Presidente. Preocupações com a Sete Brasil sempre tivemos, e eu vou continuar tendo, porque eu deixei de ser Presidente, mas sou petroleira, então vou continuar tendo sempre. É algo muito bem estruturado, mas é algo feito um bebê: precisa ser muito bem cuidado para ter saúde. Então hoje a Sete Brasil passa por problemas financeiros. O Governo está trabalhando muito forte com os bancos para que a gente resolva. A questão da Lava-Jato atrapalhou muitíssimo. A PETROBRAS... Eu era Presidente da PETROBRAS e não pude dar uma declaração. Não tinha saído



ainda a questão do Barusco. Saiu, assim, 2 dias antes do dia de eu dar a declaração de que não tínhamos informações sobre propina e tudo o mais. Então, acabou que nós não fechamos um dos ramos do financiamento. Então, de fato, a Sete Brasil hoje tem um problema que precisa ser resolvido para que a indústria naval e *offshore* continue de pé. Então esse é o ponto. Como é que se resolve a questão do desconhecimento da Sete Brasil em relação à operação? A Sete Brasil começou com dois quadros técnicos excelentes. Ela tem outro quadro técnico excelente. E os operadores dessas sondas são operadores tradicionais na indústria de petróleo e gás que sabem operar. Então a PETROBRAS entrou nas 7 primeiras sondas e nas 21 seguintes. São operadores tradicionais aí da indústria de petróleo e gás mundial. Eu peço muito, espero muito que esse modelo se reestruture, para que isso tudo possa ficar de pé. Com relação à África. Com relação à África, eu tenho grandes...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu deixei de falar alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Só a questão da FIP, por favor.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A FIP?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A FIP Sondas, é.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Então, nós entramos por dois lados. Nós entramos direto com a Sete e também pela FIP Sondas. Então aí começamos com 10%, depois houve uma diluição, e aí acabamos com 9,36%. É o que eu tenho para responder sobre...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Cinco por cento, no caso da PETROBRAS como acionista, e 4,36% na FIP Sondas?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - É, mais ou menos isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A gente precisa apurar melhor. Eu preciso apurar melhor para informar V.Exa, mas é nessa linha. Com relação à África, eu entrei como Presidente da PETROBRAS no dia 13 de fevereiro de 2012. Nós temos registros de que, desde julho do ano anterior, bem antes disso, já havia um plano para desinvestimento na África. Porque desde o Plano de Negócios 2010-2014 que a gente sabia que, pelos indicadores de endividamento



líquido pelo EBITDA e alavancagem, já por esses dois indicadores, nós estávamos muito próximos já da luz vermelha que o próprio Conselho havia assinado para nós. Então o Presidente Gabrielli já vinha trabalhando um plano para desinvestimento em vários países, principalmente e também no Brasil. E aí veio a questão da África. Então em julho de 2011 nós temos informações já do desinvestimento na África. Eu me tornei Diretora da área internacional em julho de 2012, que passei a acumular. Então, em um determinado tempo, eu tive ainda o Diretor Zelada; eu tive ainda o substituto dele, interino, o amigo que o substituía nas reuniões de Diretoria, e toda a equipe da área internacional: Fernando Cunha, Roberto Gonçalves, vários colegas da área internacional. Então, quando nós começamos a trabalhar esse desinvestimento, era um trabalho feito junto com a área financeira, que desaconselhou a emissão de novas ações, porque já em 2011 nós tínhamos feito um fato relevante, logo após a capitalização, dizendo que não faríamos mais emissão de novas ações. O próprio banco, o Standard Bank, um banco sul-africano, tinha para esses ativos da África um valor mínimo de 1,7 bilhão até 3,2 bilhões, mas ele acreditava num prêmio de 500% — e a PETROBRAS não acreditou nesse prêmio, porque esse prêmio não tem história no mundo. Então, nós começamos a trabalhar um outro modelo, segundo orientação da área financeira. “Os fatos listados nas perguntas acima se deram durante a sua gestão como Presidente da PETROBRAS? Caso contrário, quais cargos ocupou contemporaneamente a esses fatos?” Bom, eu era Diretora também da área internacional, o que me consumia um tempo absurdo, mas...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, quando se criou a Sete Brasil, eu era da área de gás e energia. Como Presidente, eu era também Diretora da área internacional. E os fatos que vinham, na minha gestão, em relação à Sete, o que houve foi um grande calor junto à Sete Brasil, porque eu queria receber muito antes, como de direito temos, as pautas das reuniões do Conselho; a gente questionava demais; a gente perguntava demais; a gente queria medir as obras; a gente apertava a engenharia, apertava a própria Sete, apertava os estaleiros. Então, aconteceu bastante calor. Isso foi o que aconteceu na minha



gestão como Presidente da PETROBRAS junto à Sete. E o fato de mudar a Diretoria também.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

Permita-me só tirar uma dúvida. É rápido. A senhora falou que indicou os dois primeiros Diretores da Sete Brasil, dois técnicos extremamente competentes, segundo V.Sa. A senhora pode dar o nome dos dois, por favor, indicados e, segundo V.Sa., extremamente técnicos e competentes.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O Ferraz — não me lembro o nome dele inteiro; é o nome de guerra que a gente chama, Ferraz — e o Barusco. O Barusco sempre foi, na indústria naval e *offshore* — ele é um engenheiro naval —, assim, admirável. Então, quando a gente vê o Barusco falando de si, a gente pensa que está em outro planeta, porque é algo inimaginável, pelo menos para mim, para mim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k., Sr. Presidente. Eu me dou por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Dra. Graça, eu quero iniciar, antes de fazer a pergunta, parabenizando a senhora, porque creio que, não como Deputado, mas como cidadão, o pronunciamento da senhora mostra a paixão que os funcionários da PETROBRAS têm por essa empresa. E o trabalho feito ao longo da sua vida na empresa também mostra a dedicação e por que essa empresa é uma empresa que dá orgulho a todos os brasileiros. Então, tenho certeza de que V.Sa., ao longo da sua carreira, tem muito orgulho desse trabalho, em especial de ter sido Presidente dessa empresa — como já foi dito aqui, primeira mulher Presidente de uma petrolífera no mundo, que, aliás, não é qualquer empresa, é uma das maiores do mundo.

V.Sa., num determinado momento, falou que sente um pouco de vergonha em função dos ocorridos. Da minha parte, quero dizer que quem tem que sentir vergonha são as pessoas que cometeram os atos ilícitos na PETROBRAS. V.Sa.,



por exemplo, está se referindo ao Sr. Barusco, que esteve aqui prestando depoimento, confessadamente, dizendo que desviou recursos, assim como há outros funcionários a quem a senhora se referiu como colegas, o que é um tratamento, creio, feito lá naturalmente entre os funcionários, pois são todos colegas de trabalho. E, naquela ocasião, o Sr. Barusco também trabalhou durante vários anos.

A senhora também se referiu a não compreender muito como é que ele até aqui nesta CPI se referiu às ações ilícitas dele. Num determinado momento, ele apagou a memória, dizendo que não sabia, que ele fazia sozinho as coisas, desviava recursos sozinho, e não reproduziu ou tentou, como em outros momentos, empurrar para alguém a parceria de um desvio de recursos ou de atos ilícitos. Ele usa inclusive a palavra “sistemática”, para um tempo, depois que ele começou a desviar recursos; e depois, “institucionalização”.

A senhora já expressou aqui que não havia nenhum indício objetivo, pelas apurações, inclusive, das auditorias externas que estavam sendo feitas. Eu queria que a senhora falasse um pouco dessa questão. Era possível que ele, sozinho, tivesse feito aqueles desvios, ou esse eventual cartel das empresas pode ter sido montado num período anterior?

A outra coisa sobre a qual eu queria que a senhora falasse diz respeito às construções de refinarias, aos afretamentos e construções de navio, enfim, a todo o universo em que a PETROBRAS nos últimos anos se envolveu, mostrando toda a sua pujança e a capacidade de crescimento que essa empresa tem e a capacidade de potencial econômico que essa empresa traz para o nosso País.

Durante 30 anos, ficou-se sem construir uma refinaria. Como é que a senhora enxerga isso no cenário internacional, já que em 2013 uma grande rede de televisão trouxe diversas reportagens, dizendo que a agência de inteligência americana estava espionando vários países, dentre eles o Brasil; e, no Brasil, a PETROBRAS. A senhora acha que há também interesses internacionais em explorar as nossas riquezas, em se beneficiar das nossas riquezas? Como é que a PETROBRAS, no entender da senhora, pode trabalhar nesse sentido, com uma perspectiva melhor de futuro? O que significa essa cadeia produtiva para o nosso País em número de empresas...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Valmir Prascidelli.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - ... e em número de empregos, para que a gente possa ter uma noção da importância do que nós estamos tratando, porque, como temos visto — e vou concluir, Sr. Presidente —, não é apenas uma apuração de irregularidades. Nós precisamos tratar aqui de apurar as irregularidades, mas principalmente de ter a dimensão da importância econômica e social que essa empresa tem para o nosso Brasil.

Muito obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Obrigada, Deputado, pelas perguntas. Eu lógico que passo horas do meu dia pensando em tudo que está acontecendo na PETROBRAS. Eu entrei aqui na CPI, na CPMI, em várias audiências aqui, com muito mais coragem do que entrei hoje aqui, porque poderiam ter todas as suspeitas antes, mas não tinham os fatos que estão aí — para serem apurados, evidentemente. Então, eu tenho realmente um constrangimento muito grande com tudo isso, de olhar para vocês e tudo o mais. Mas estou sendo muito sincera. Eu chego a admitir nos meus pensamentos que, como tudo acontecia fora da PETROBRAS, os nossos recursos internos não poderiam mapear isso, identificar isso, e muitos investimentos. Então eu consigo, eu aceito — eu posso até aceitar e mudar de ideia também — que ficassem no nível da diretoria, de um diretor, do outro, e que o presidente não soubesse, a Presidente Graça também não. Eu posso até aceitar isso. Agora eu tenho dificuldades de aceitar por que um gerente, no meio da linha hierárquica, possa receber alguma vantagem por alguma coisa sem que outros soubessem. Então, eu acho que, por já ter passado por todos os níveis de hierarquia da companhia, eu acho que talvez o nosso colega Barusco não possa ter falado porque ele está num processo de delação premiada. Mas eu não consigo imaginar que possa uma pessoa sozinha, no meio da estrutura, fazer alguma coisa isoladamente. As construções, as refinarias, as nossas refinarias, COMPERJ e RNEST, extremamente caros, como eu disse. RNEST começou com sócio, terminou sem sócio. O COMPERJ começa como uma grande central petroquímica e se transforma numa refinaria de um trem só, de uma planta, uma unidade só, com uma infraestrutura logística e utilidades de vapor e energia como para alguma grande



central petroquímica. Não há refinaria que pague isso. A PETROBRAS tem que se acostumar com essa perda por alguns anos e depois voltar com o COMPERJ — quem sabe? —, para ser aquilo que a gente imaginava que seria 10 anos atrás. Então há, sim, uma defasagem entre a última refinaria construída 30 anos atrás e essa de agora. Mas nós poderíamos ter feito e ter aprovado um projeto básico melhor, e um projeto definitivo. Esse é um aprendizado para a PETROBRAS. Riquezas. Eu não tenho a menor dúvida de que tudo que nós temos, em especial na indústria de óleo e gás, as acumulações de hidrocarboneto que nós temos já identificadas... Um país com uma PETROBRAS, que tem 40 bilhões de barris de óleo, o equivalente de uma reserva potencial na mão — não reserva aprovada, mas propostas firmes —, é uma empresa, é um país que interessa às grandes potências mundiais. *“Ah, mas o petróleo agora... Tem o tight oil, tem o shale gas!”* Tem, mas a indústria de petróleo, ela tem vários ramos e ela precisa se pagar. E o petróleo, a 50 dólares por barril, não paga essa indústria, que não é só a produção. Existem vários subfornecedores e tudo o mais, e fornecedores que precisam de mais valor do petróleo. E eu tenho certeza de que esse óleo vai subir. Então, o Brasil interessa, sim, a outras grandes potências mundiais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Entrando agora para o questionamento dos autores, vamos dar a palavra ao autor do primeiro requerimento, Deputado Antonio Imbassahy. V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Presidente Graça Foster, V.Sa. compareceu a esta Casa, ao Congresso, em diversas oportunidades em Comissões temáticas. Eu tive até oportunidade de indagar a V.Sa. naquela ocasião algumas questões que estavam já afligindo os brasileiros. Aliás, V.Sa. sempre atendeu aos convites. Quero registrar isso com muita sinceridade. V.Sa. tem uma carreira muito bem-sucedida na PETROBRAS. Ingressou em 1978, ainda como estagiária no CENPES. E alcançou, depois de passar por uma secretaria muito importante, de gás natural, de petróleo e de combustíveis renováveis, ao lado da Presidente Dilma, como Ministra das Minas e Energia, alcançou a presidência. Quer dizer, é uma carreira realmente muito bem-sucedida. Em fevereiro de 2012, assume a presidência, e foi certamente com um objetivo claro: corrigir rumos da empresa, revisar planejamento — aliás, planejamento caracterizado por uma megalomania,



porque valores eram assim estratosféricos, completamente fora da realidade da empresa.

Já havia naquela ocasião também indícios de denúncias de irregularidades nos contratos. Refiro-me especificamente à compra de Pasadena, a questão da compra dos ativos de Pasadena. Faço até questão de ler aqui um trecho do discurso de posse, por ocasião da posse de V.Sa., da Presidente Dilma. A Presidente Dilma diz: *“Por 7 anos eu acompanhei todos os negócios da PETROBRAS como Presidente do Conselho”*. Ela afirmava que todos os negócios da PETROBRAS ela acompanhou. Como também dizia que, até 2015, a PETROBRAS deveria investir 220 bilhões de dólares! Uma coisa, assim, completamente fora da realidade.

A primeira pergunta que faço a V.Sa., depois desse período de muita turbulência, de muita intensidade de trabalho, de muito sacrifício pessoal, talvez até sofrimento familiar, de noites certamente insones, e que eu gostaria que V.Sa. falasse neste primeiro momento é que, quando V.Sa. foi convidada pela Presidente Dilma, numa conversa longa — numa conversa longa —, quais foram as principais recomendações que a Presidente Dilma passou a V.Sa. antes de assumir o comando desta principal estatal brasileira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - *“Nós”, disse a Presidenta Dilma: “Nós temos que melhorar a gestão e nós temos que aumentar a produção”*. Essas foram as principais palavras: *“melhorar a gestão”* e *“precisamos aumentar a produção”*. A produção, você não aumenta num estalo. A gestão, também você não aumenta num estalo de dedos. Mas começamos buscando melhorias na gestão. E também coloquei que um investimento de 226 bilhões de dólares era algo que não dependia só da PETROBRAS, dependia da indústria de bens e serviços, dependia da indústria local, dependia dos fornecedores fora do Brasil, porque as sondas, as 14, 16, 18 sondas fora do Brasil, estavam atrasadas 2 anos. Os barcos que fazem lançamento de linha, para poder ligar o *riser* à unidade de produção, também estavam atrasados. Então, essa foi a conversa que eu tive com a Presidenta.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sim, mas a recomendação dela, diretamente para a senhora..., até porque a Presidente da República estava convidando ali uma pessoa para assumir o comando da principal estatal brasileira. O que é que ela disse? Qual era a preocupação dela especificamente? E por que é



que ela estava insatisfeita com a administração do Gabrielli que a fez tomar a decisão de tirá-lo da Presidência?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, eu não sei se ela estava insatisfeita com a atuação do Gabrielli. Mas era o fato de que 8 anos, 9 anos, é muito tempo para um gestor. Então, o Gabrielli tem um orgulho muito grande, e eu reconheço isso, de que se tornou de fato um petroleiro, porque ele estudou muito, ele aprendeu muito, e que ele é o cara que ficou mais tempo — o cara, desculpe-me, Gabrielli, se estiver me ouvindo —, foi o Presidente que ficou mais tempo na empresa. Então, eu acho que tem melhorias, né? Por exemplo, o Presidente Bendine chegou, olhou para a estrutura e disse: *“Nossa, mas você tem um mundo ligado a você! Você tem uma diretoria da área internacional, você tem estratégia, tem o desempenho, tem o Gap”*. Ele tirou tudo ligado a ele, e ele tem a área jurídica e o gabinete ligado a ele. E eu estava com tudo aquilo. Então, eu acho que tem melhorias que outras pessoas chegam e fazem. E eu entendo que deva ter sido nessa linha, Deputado, Vice-Presidente desta Mesa. Eu estou muito orgulhosa de estar aqui, porque, depois que eu não sou Presidente mais, eu não tenho mais oportunidade de falar que não seja aqui na CPI. E eu estou muito satisfeita de estar aqui para poder falar da minha empresa, poder falar da PETROBRAS. Eu não tenho mais espaço para falar dela. Então, eu acredito que seja isso, que, pelo tempo longo, ela fez essa mudança. A gente tem muitos embates, eu e a Presidenta, né? Muitos embates. Eu acho que ela estava sentindo falta de ter mais embates comigo, talvez.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sim, mas, a recomendação que ela daria para a senhora naquela ocasião, qual era?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Olha essa gestão e aumenta essa produção.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Muito bem. A última pergunta, Sr. Presidente, é com relação a esse cálculo de 88 bilhões de reais que foi apresentado pela Diretoria, V.Sa., ao Conselho de Administração. V.Sa. falou que foi um número calculado e medido — calculado e medido —, e até segmentou, como se fosse uma composição: corrupção, mais questão de chuvas, mais questão de



ineficiência e outros quesitos mais. O que eu gostaria de saber, nessa composição do custo dos 88 bilhões, qual foi o valor dedicado à corrupção?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não tem como saber. Você não consegue saber, porque é um conjunto que faz o valor justo estar muito abaixo do valor contável na grande maioria dos casos. Então, você não tem como saber. Então, eu não sei. Eu deixei lá um mecanismo, há 50 dias, com a minha equipe, para a gente mapear a corrupção em cima dos depoimentos. Então, nós tínhamos o depoimento do Diretor Paulo Roberto, nós tínhamos o depoimento do Mendonça, do Sr. Júlio Camargo, e, depois, do Barusco. Então, eu não sei o que é que foi que o Presidente Bendine concluiu. Mas nós fizemos questão de mostrar, os Diretores da PETROBRAS não abriram mão de mostrar o valor justo dos ativos. São valores justos, valores de venda. E a PETROBRAS não está vendendo esses ativos. Mas ele não inclui a sinergia, sabe?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - O.k.

**A SR. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Se o senhor comprar uma refinaria, vai quebrar, porque não aguenta segurar muito tempo essa diferença de preço que aconteceu durante 4 anos. Mas, como tem toda essa sinergia, o valor da empresa cresce sobremaneira.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Muito bem, Presidente. Eu agradeço aqui a oportunidade. Apenas concluo que a senhora entendeu que esse trabalho que foi feito por essas duas empresas foi um trabalho bem fundamentado, que esse era um número razoável, 88 bilhões.

**A SR. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - É, mas não é número de corrupção. Esse é o número de valor justo, por conta de uma série de ineficiências. Ele precisava ser calculado, para podermos fazer os testes de *impairment*, que certamente o nosso Presidente Bendine está fazendo na companhia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo autor, Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu fico olhando aqui a linha do tempo. E a Sra. Maria das Graças assume a Diretoria de Gás e Energia da PETROBRAS pouco mais de um ano depois do escândalo do mensalão, onde o Procurador-Geral da Justiça denuncia os quarenta do mensalão.



Aí eu fico ouvindo, eu já lhe ouvi na CPMI, e ouço aqui de novo, e eu fico pensando se a senhora — eu posso lhe dar o benefício da dúvida —, se a senhora realmente não enxergava. Mas a senhora é uma pessoa muito preparada, a senhora é uma mulher aparentemente competente. A senhora não enxergou nada, nesse tempo todo? Então, aí, a senhora pecou por omissão. Ou se a senhora enxergou, a senhora tem conviência. E aí vou começar a fazer algumas perguntas.

Em 3 de abril, de 2009, a senhora é Diretora, a Sra. Venina manda um *e-mail* para a senhora sobre os problemas da Abreu e Lima. Em 4 de maio, de 2009, a Sra. Venina lhe manda outro, criticando a contratação da PETROBRAS com dispensa de licitações. Em 7 de outubro, de 2011, a Sra. Venina escreve para a senhora alertando sobre o esquartejamento de projetos de licitações. Em 27 de maio, de 2014, Venina faz apresentação na sede da PETROBRAS, no Rio, sobre perdas envolvendo comercialização de combustível no exterior. Em 20 de novembro, de 2014, Venina escreve um *e-mail* para Graça Foster alertando que desde 2008 há um esquema de desvio de dinheiro na área de comunicação da Diretoria de Abastecimento; que eram excessivos os aditivos da Abreu e Lima, e que existiam desvios em Singapura.

E eu quero lhe perguntar o seguinte: tem aquele técnico, Fernando Sá, que foi tirado da Gerência de Abastecimento ao alertar a companhia sobre o superfaturamento na Abreu e Lima, a RNEST. Nada disso lhe mobilizou. A senhora em nenhum momento diz que tomou qualquer tipo de providência. E aí tem toda uma capitulação aqui que nós levantamos: prevaricação, deixar o funcionário por indulgência — a senhora pode ser uma pessoa muito indulgente —, de responsabilidade do subordinado. Peculato, concorre para que seja subtraído em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário; corrupção passiva, deixar de praticar ou retardar ato de ofício.

No dia 23 de maio, de 2014, outra história curiosa. O Presidente da SBM, com informações de que o Ministério Público holandês havia confirmado a transferência de valores, comunica-lhe sobre as questões envolvendo funcionários da PETROBRAS. No dia 23 de maio, a PETROBRAS oficia à Controladoria-Geral da União. Em 26 de maio, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro atua sobre a investigação. Em 11 de julho, a senhora, na CPMI, diz que desconhece



completamente, e que a única notícia que a senhora teve sobre a SBM foi em 3 de fevereiro, pelos jornais. E ainda se vangloriou, naquela CPI, de que havia sido feita uma investigação na PETROBRAS, de 41 dias, que não concluiu nada.

Falso testemunho, Sra. Maria das Graças. *“Art. 342: Fazer afirmação falsa ou negar, ou calar a verdade, como testemunha”.*

Vamos adiante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sob o aspecto civil. Eu vou pedir o tempo de Liderança do Democratas. Sob o aspecto civil, *“Improbidade administrativa: permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou de serviço por preço superior ao de mercado”.* Vamos ao seu caso: permitir, facilitar, ou concorrer para que terceiros enriqueçam. E os seus colegas de Diretoria enriqueceram, e a senhora sabe disso. Tem um que devolveu, um gerente de terceira categoria da PETROBRAS devolveu 97 milhões de dólares.

E improbidade administrativa: deixar de praticar indevidamente atos de ofício. E aí eu lhe enquadro na questão de omissão.

Aí, a senhora dá uma entrevista coletiva, no dia 17 de novembro, de 2014, D. Maria das Graças Foster, e a senhora diz o seguinte:...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, eu pedi o tempo do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Como Líder, também?

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, eu...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...peço, antes do tempo partidário...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, eu quero só...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Mas antes do tempo partidário.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu quero só...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. vai falar como autor do requerimento e acrescentar também...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Acrescentado do tempo. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) -...o tempo de Líder. O.k.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - V.Exa. apenas me permita...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A pergunta que eu quero fazer...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, pode me passar a palavra?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A pergunta que eu quero fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, faça-a agora.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...ainda no tempo de 5 minutos,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...para depois concluir o raciocínio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Já acabou, já acabou, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É, um:...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Um:...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Já acabou, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...se ela realmente não tinha conhecimento de nenhuma dessas (*ininteligível*).

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Já acabou, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Não pode ter interferência na palavra do orador.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Dois: se essas avassaladoras declarações negando que houvesse questões avassaladoras para suspender o contrato de 17 de novembro ela mantém.

Terceiro: se num episódio em que a Presidente Dilma...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Dois tempos, Sr. Presidente!



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...realmente pediu a ela para que não, como queria o Mantega, não publicasse aqueles 30 bilhões de dólares, 88 milhões, que ela queria apropriar...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...e ela apropriou numa nota de rodapé.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Está bom.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Essas são as três perguntas para ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Certo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...V.Exa. me permita...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu quero concluir o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa., agora,...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Não, antes, porém, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) -...aguarde um pouco que ela vai responder...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, antes, porém...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) -...as três perguntas. Antes, porém, uma questão de ordem à Deputada Maria do Rosário.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, nos termos do art. 256, § 5º, eu quero rejeitar toda a imputação de responsabilidade e tipificação que, inadequadamente, foi apresentada pelo Deputado Onyx Lorenzoni, porque a convidada Graça Foster, petroleira, ela está aqui...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Convocada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...ex-Presidente da PETROBRAS,...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não é convidada, não.



**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...está aqui, conosco, fazendo seu depoimento. E eu quero dizer que ela não está acusada de nada que o Deputado Onyx Lorenzoni imputou.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por enquanto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Então, eu rejeito veementemente...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por enquanto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...que ele utilize aqui tipificações que visam apenas...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por enquanto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...a um espetáculo...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por enquanto.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** -...que desmerece a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputada.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Interessa é a roubalheira...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - E que desmerece...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputada.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Quantos advogados tem a Graça Foster...

**(Não identificado)** -...porque a falta de educação virou regra aqui, nesta Casa!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O Deputado agiu com ilegalidade.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não é investigação

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Rejeito...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A roubalheira que o partido fez...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O Deputado age com ilegalidade...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**(Não identificado)** - Quantos advogados ela tem?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não é investigação.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Isso é um desrespeito, Sr. Presidente!

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O Deputado agiu com ilegalidade, induzindo a opinião pública. O Deputado está agindo com ilegalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Maria do Rosário, a Presidência acolhe a questão de ordem...

**(Não identificado)** - Só para avisar aos Deputados que está tendo votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) -... e as observações de V.Exa., e passa a palavra para a depoente, Sra. Maria das Graças Foster, para responder às três perguntas formuladas pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E depois eu terei o tempo de Líder, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Depois, o tempo de Líder.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, obrigada, Presidente da Mesa. A Presidenta Dilma não me pediu para não falar sobre os 88 bilhões, relativos ao valor justo. E, ilustre Deputado, não foi uma nota de rodapé, tem páginas, no fato relevante da PETROBRAS, do resultado do trimestre. Com relação à Venina, a Venina conversou comigo, eu não tenho, de cabeça, esses *e-mails* todos e as datas, mas devem coincidir com o que o senhor fala. Eu tenho por aqui, no meio destes papéis. A Venina conversou comigo sobre o Geovane. Eu era Diretora de Gás e Energia. Deu-me um pacote de papéis, e eu entreguei na mão do Paulo Roberto. Falei: "*Vocês brigaram, né? Vocês trabalham juntos e brigaram. Olha, a Venina está muito chateada.*" E entreguei para o Paulo Roberto. "*Soube que a Venina está indo para Singapura*". Aí, o Paulo Roberto disse: "*Não, eu não sei se ela está indo para Singapura.*" Aí, eu fiquei assustada, eu falei: "*Mas ele é o chefe.*" Tudo bem. Um dos *e-mails* que o senhor coloca, um pouquinho antes de eu ser Presidente da PETROBRAS, eu já sabia que em novembro, eu acho que outubro ou



novembro, eu seria Presidente da PETROBRAS. O que que acontecia nas nossas reuniões de diretoria, nos dois últimos anos? Nós brigávamos muito, entre nós, por causa do custo dos projetos e por causa do progresso físico. Demorava e ficava caro. E a própria Engenharia da PETROBRAS criava grupos de trabalho para que a gente se tornasse mais eficiente. Então, havia um esforço, sim, da diretoria em reduzir custo, e ser mais eficiente fisicamente. O que conversei com a Venina, eu disse: “Venina, é...” Eu não disse para ela que eu ia ser Presidente.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não fala, então, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, fique à vontade.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Então, eu disse: “Venina, nós vamos fazer mudanças nas metodologias, nós vamos fazer melhorias”. Só não disse como nem o que. E depois disso, quando eu era já Presidente, a Venina quis ser a Gerente-Geral, Gerente-Executiva de Singapura. Ela pediu ao Cosenza para ser. E foi ser a Gerente-Geral, a líder, lá em Singapura, com um salário global, na época, de 167 mil reais por mês. Então, ela teve o cargo que pediu para ter, e foi ser uma pessoa, uma técnica bastante bem remunerada. Eu não sei como que a Venina tinha informações durante tanto tempo e não as passou para o Presidente da PETROBRAS, para mim, e só decidiu fazê-lo depois que teve a Comissão Interna de Apuração. A Venina é uma das pessoas mais competentes que eu conheço, mais dedicadas que eu conheço. E esse fato também não combina com a Venina: de ela ter informações e não ter passado, já em 2008, ou 2007, 2006, 2005. Com relação ao que o senhor, V.Exa. colocou para mim, Deputado, eu tenho aqui um resumo, feito pelo advogado, que “foi dito que a senhora havia mentido na CPMI. Os Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Imbassahy...” aqui à Mesa “...entraram, cada um, com uma representação no Ministério Público Federal, que, após lhe ouvir e investigar opinou pelo arquivamento de ambas as representações por falta de fundamento”. Eu já pedi desculpas aqui pelo meu pronunciamento, que não foi completo, que não foi claro, quando eu falei de SBM. Está na minha fala, na reprodução da minha fala, nos escritos da CPI, da CPMI, o que disse sobre a SBM.



Mas eu não fui clara, porque se eu tivesse sido clara, o senhor não teria feito uma representação contra mim. Eu tenho certeza disso. Eu peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu encaminhei, e acertamos, na ausência de V.Exa., que foi votar, que eu ocuparia agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Foi meu tempo de ir ao banheiro...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...o tempo de Liderança do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei. Nós estamos adotando aqui. Existe o pedido de vários Líderes, inclusive do Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, só para lhe informar. Esse pedido se deu no curso para que o tempo fosse agregado, em tempo, enquanto eu ainda estava como autor. E, por essa razão, apenas para que o esclarecimento acontecesse, pela interferência da Deputada Maria do Rosário, o Deputado Antonio Imbassahy, e isso está nas notas taquigráficas e na gravação,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.k.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...ele deu, então, o direito à resposta à Sra. Maria das Graças Foster, e ficou acordado que logo, então, eu concluiria, gastando o tempo.

Eu só estou lhe dando a informação que foi um acordo que nós fizemos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, nós tínhamos um acordo de que a gente não poderia agregar o tempo de Liderança com tempo de resposta.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Só um momentinho, Deputado. Inclusive, eu me inscrevi nessa ordem, porque nós temos uma relação de...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu não posso é perguntar, é só isso.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Na sessão anterior, foi orientado, Presidente, que o tempo de Líder seria por inscrição na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Por prescrição. Nós adotamos esse procedimento hoje. Estávamos aqui encaminhando para atender os autores e,



em seguida, os Líderes. Como o Deputado Antonio Imbassahy acordou com o Deputado Onyx Lorenzoni, fica extremamente complicado para este Presidente desautorizar um ato feito pelo Primeiro Vice. Então, como ele fez, irei manter a palavra do Deputado Antonio Imbassahy. V.Exa. tem o tempo de Liderança do Democratas.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou voltar aqui a esse ponto e ler as datas, porque eu não quero fazer aqui nenhuma acusação ou nenhum questionamento que eu realmente não tenha fundamento. O que eu vou dizer aqui está nos autos da investigação. É depoimento dado na Justiça pela Sra. Venina.

Ela diz que, no dia 3 de abril, de 2009, lhe mandou um *e-mail*, falando sobre as questões que envolviam a Abreu e Lima. Em 4 de maio, ela lhe manda outro sobre a questão das empresas sendo liberadas de licitação, sobre empresas da Lava-Jato. Em 7 de outubro, de 2011, a Venina a alerta sobre o fatiamento dos projetos. Em 27 de maio, de 2014, ela faz uma apresentação na sede da PETROBRAS, no Rio. Em 20 de novembro, de 2014, ela escreve outro *e-mail* para a senhora, relatando que, desde 2008, há um esquema de desvio de dinheiro na área de comunicação, na Diretoria de Abastecimento, os aditivos de Abreu e Lima e os problemas em Singapura.

Então, o que eu estou dizendo aqui e tudo aquilo que eu capitulei é porque, se a Justiça confirmar isso... E a Deputada Maria do Rosário ficou muito nervosa, não precisa ficar nervosa. Eu apenas apresentei aquilo que poderá ser a consequência da investigação. Porque eu não consigo entender que, em 17 de novembro, de 2014, a senhora, que tinha recebido a ligação da SBM, no dia 23 de maio, a senhora veio aqui, na CPI, em 11 de junho — eu estava presente —, a senhora disse que não sabia de nada, que a investigação da PETROBRAS, a comissão interna de sindicância não tinha encontrado nada. A senhora sabia, desde o dia 23 de maio, pelo Presidente. Tinha sido feito um acordo em que a SBM pagou 240 milhões de dólares de indenização ao Governo holandês. Isso a senhora omitiu. Desculpe! A senhora poderia talvez conscientemente não querer fazer, mas a senhora fez. E isso é realmente grave, porque a senhora estava sob juramento. É um falso testemunho que foi cometido aqui.



Se, daqui a pouco, o Procurador que recebeu não encontrou razões, quem sabe agora o Dr. Sérgio Moro e a Justiça Federal encontrem as razões.

Por outro lado, quando a senhora dá declaração, em 17 de novembro, e é textual a sua frase: *“Não vamos interromper contratos com a SBM nem com outras empreiteiras trabalhando conosco até que tenhamos informações que sejam tão avassaladoras que justifiquem que encerremos contratos.”* O que a senhora sabe hoje é avassalador? O que o Brasil sabe hoje que ocorreu na PETROBRAS é absolutamente avassalador!

E a senhora continuava, desculpe-me, vamos usar uma palavra suave. Eu não tenho nada contra a senhora. A senhora continuava, obstinadamente, para não usar a palavra teimosamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** -...dizendo que não havia nada na PETROBRAS. A senhora foi Diretora, Presidente, aconteceu tudo isso e não aconteceu nada. A PETROBRAS, até hoje, aliás, até hoje não tem balanço auditado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E era responsabilidade sua. Então, quando eu lhe perguntei da Presidente Dilma, porque o Mantega saiu da reunião e ligou para a Dilma. Parece que o Mantega hoje está se demitindo da PETROBRAS, na reunião do Conselho. A senhora falou com a Presidente e, curiosamente, no dia 6 de fevereiro, após a decisão de revelar ao mercado — a sua decisão está correta, quero lhe fazer justiça —, a senhora queria revelar ao mercado que é direito do mercado saber que 30 milhões de dólares da PETROBRAS tinham problemas.

E eu concluo: a senhora foi demitida. E o que se diz aqui e na volta do Palácio do Planalto é que a senhora foi demitida porque não fez a vontade da Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O próximo autor, o Deputado Afonso Florence. V.Exa. dispõe de até 5 minutos, como autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Presidente Hugo Motta, antes de eu fazer as minhas considerações,



gostaria de descontar meu tempo. Nós tínhamos pactuado uma rápida interrupção, quando os Deputados forem votar. O plenário está vazio. Eu fiz questão de ouvir a intervenção do Deputado Onyx Lorenzoni, porque ele iniciou o tempo de requerente e de Líder, antes de ser anunciada a votação. Suspeito que nem ele nem eu, e talvez outros, não tenhamos votado. Gostaria de uma orientação de V.Exa. Nós vamos continuar procedendo com o plenário vazio, ou vamos esperar voltar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos continuar procedendo.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Então, peço que desconte o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Retomar o tempo do Deputado Afonso Florence a 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Obrigado.

Senhora Graça Foster, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Brasil que nos ouve, nós temos tentado construir uma cronologia dos indícios de práticas de ilícitos, seja de cartel, seja de corrupção na PETROBRAS. E há uma controvérsia decorrente, em minha opinião, do debate político. Há os que querem rever o regime de partilha, como fizeram na década de 1990, atacar a conquistas dos petroleiros, querem atacar as atuais conquistas dos petroleiros.

Quero registrar que essa semana, com a Presidência do Deputado Davidson Magalhães, do PCdoB, foi instalada a Frente Parlamentar em apoio à PETROBRAS, com a expressiva presença de petroleiros, de centrais sindicais, que, no dia 13 último, organizaram grandes manifestações no Brasil em defesa do emprego e do patrimônio nacional. O petróleo é do povo brasileiro. O povo brasileiro quer que a PETROBRAS, com regime de partilha, destine para a saúde e para a educação os recursos oriundos desse modelo implantado recentemente no Brasil.

Em 1988, no *O Estado de S. Paulo*, em matéria intitulada *O caso BR*, assinada por Ricardo Boechat, Suely Caldas, Aluizio Maranhão e Luiz Guilhermino, eles identificavam, denunciavam um amplo esquema de desvio de recursos, de contratos da BR Distribuidora. Ganharam o Prêmio Esso de Reportagem de 1989. Houve, então, citação dos presidentes, diretor financeiro e vários outros que, segundo consta, foram afastados em decorrência dessa imensa repercussão da prática de ilícitos na PETROBRAS.



Em 1992, uma nova série de reportagens denunciou tentativa de intervenção de PC Farias na Direção da PETROBRAS, para aliciamento de funcionários e operação de sistema de propinas. Essas reportagens novamente estiveram presentes, liderando a investigação —, a jornalista Suely Caldas, Aluizio Maranhão. O Governo Collor pôs, então, Ernesto Weber, na Presidência da PETROBRAS. Aí aspas de um desses jornalistas *“Aí começaram a rolar as coisas.”* E aí seguem aspas dizendo como era praticado o ilícito.

Em 1997, Pedro Barusco disse aqui que ele praticava corrupção sozinho. Nós temos que investigar para saber quem ele quer proteger. Paulo Francis, no programa *Manhattan Connection*, acusou diretores da PETROBRAS de engordarem contas na Suíça com dinheiro de propinas. Sob a presidência de Rennó, a PETROBRAS abriu um processo contra Paulo Francis. Consta que o Presidente FHC teria pedido a Rennó para retirar a ação, e isso não ocorreu. Carlos Heitor Cony escreveu: *“Acabrunhado, sem cobertura da mídia, o coração de Paulo não aguentou a depressão, vindo a morrer com um ataque cardíaco”*. O Barusco disse aqui que ele tinha conhecimento. Houve CPI aqui, houve levantamento de indícios de prática de ilícitos nesse período. Diz-se, normalmente, que nós queremos retroagir para pegar o PSDB. Não é isso. Nós queremos retroagir para identificar se a origem dos ilícitos está no decreto, se está, como às vezes é dito, na indicação política.

Todos os réus confessos que são transformados pelos próceres da Oposição em heróis nacionais, quando, sem provas, delatam membros do Governo ou do Partido dos Trabalhadores, têm que apresentar provas. E eles, pelo que eu saiba, são de carreira da PETROBRAS. Então, não é verdade que a investigação retroagir signifique uma operação política, significa buscar a raiz da prática dos ilícitos.

Recentemente, Presidenta Graça, a OTC — Offshore Technology Conference, Edward Stokes destacou que o prêmio que a PETROBRAS vai receber em maio agora: *“Este prêmio é o reconhecimento das conquistas notáveis, significativas e únicas, alcançadas pela PETROBRAS das grandes contribuições para a nossa indústria, cadeia de óleo e gás.”*

A minha pergunta para V.Sa. é a seguinte: a PETROBRAS sobreviveu esses anos todos, os anos 1990, ao ataque, à tentativa de privatização, agora novas



iniciativas para quebrar o regime de partilha, os petroleiros resistiram à década de 1990, à ofensiva neoliberal. E nós temos agora um ambiente político de disputa desse patrimônio.

A minha pergunta é: qual é a expectativa de V.Sa. do desenlace dessas investigações, as da Lava-Jato, as do TCU e a combinação disso com o preço internacional do petróleo e a disputa mundial na cadeia de petróleo e gás?

Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos investigar, levantar provas, sejam provas de inocência, seja de indiciamento, qualquer gestor de setor econômico, qualquer agente público para responder na forma da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Afonso Florence.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço. Concedo a palavra à Sra. Graça Foster.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não tenho dúvidas em relação ao bem que a Operação Lava-Jato já vem causando à PETROBRAS. Eu não tenho dúvidas. Existe uma série de marcas que vão ficar na nossa história eternamente. Nós não vamos esquecer nunca o ano de 2014. Mas a Operação Lava-Jato realmente muda a PETROBRAS para muito melhor. Eu não tenho dúvida disso. Da mesma forma, os órgãos de controle. Eu estou falando o que eu sinto, o que eu vejo, o que eu olho, o que é. Se deve investigar aqui, ali, ou lá... Eu estou falando aqui como uma engenheira da PETROBRAS, uma técnica. De fato, eu fico surpresa de saber que alguém pode ganhar alguma coisa no meio da estrutura, sem ninguém em cima, não sei. Mas o fato é que a Operação Lava-Jato está nos ajudando, está ajudando o País, eu não tenho dúvida disso. Nós temos sofrido muito na empresa, pessoalmente falando, que nós ganhamos, esse ano de 2014, dois prêmios. Um deles, que o senhor disse, é a OTC — Offshore Technology Conference. A última vez que a PETROBRAS ganhou foi no ano de 2001. E ganhamos por causa do pré-sal. E é uma disputa de todas as operadoras no mundo, é uma votação, não é uma indicação. E a gente achava que, por conta de tudo de errado que estava dando dentro da PETROBRAS, por conta da Operação Lava-



Jato, por conta da insatisfação dos órgãos de controle com a PETROBRAS, do TCU, que isso ia repercutir tão mal que a gente não ia ganhar nada. Mas, mesmo assim, eu, como Presidente, a minha equipe, a turma da E&P, da área de exploração e produção, nós falamos: “*Gente, vamos em frente, vamos concorrer, e vamos e vamos e vamos*”, e em 2001, 2014, nós ganhamos. A PETROBRAS ganhou o Offshore Technology Conference, que é um prêmio, é o Oscar da indústria de petróleo. E o segundo prêmio que nós ganhamos, que nós nunca ganhamos, e eu ganhei esse prêmio, a minha pessoa ganhou esse prêmio, foi o primeiro engenheiro ou engenheira brasileiro que recebeu o Prêmio de Honra ao Mérito da Society of Petroleum Engineer. Um brasileiro nunca tinha ganho. Também uma votação pelos feitos na indústria de petróleo e gás, que eu não faço nada sozinha, porque tudo que eu sei aqui alguém me ensinou. Então, a empresa ganhou, eu digo, apesar de vir escrito meu nomezinho lá. Então, a Operação Lava-Jato ajuda e nós também aprendemos com tudo isso. Eu acho que é uma lição aprendida que não vai ser esquecida nunca mais.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presidenta Graça, a senhora honra os funcionários da PETROBRAS, a senhora honra as mulheres brasileiras, a senhora honra os brasileiros e brasileiras dignos, que se dedicaram a este País. Parabéns!

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Meus colegas da PETROBRAS agradecem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador...

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - V.Exa., na última reunião da CPI, disse quealaria com o Presidente sobre a questão da presença dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já encaminhei a reivindicação e ainda não obtive resposta.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Pois é. Só para o senhor ter uma ideia. Eu corro agora lá...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu irei cobrar, ao final da reunião, e farei o possível para chegar a informação aos membros da CPI.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Muito obrigado, porque eu acabei de levar falta lá e ele, obviamente, consolida para quem passa o dia passeando, e a gente, trabalhando, chega lá e não tem como consolidar. E outra coisa: todo dia tem um critério diferente. Está um negócio horroroso. Eu vou levantar questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Está impraticável a coincidência, não está funcionando.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Um dia consolida na última votação, outro dia não consolida. Isso não é critério. Não tem Parlamento que resista a uma coisa dessa. O critério está a bel-prazer do Presidente.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - O Deputado Izalci conversou com o Presidente agora no plenário, como nosso Vice-Presidente, no momento em que estava lá nos representando, e trará, eu acredito, uma novidade positiva para nós na reunião sobre isso, porque o colega tem toda a razão sobre essa necessidade. *(Pausa.)* Desculpe, o colega Imbassahy. O Vice-Presidente é o Imbassahy.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu irei passar a palavra para o próximo autor, o Deputado Paulo Pereira da Silva. A nosso ver, está ausente.

Passaremos para o próximo autor, o Deputado Carlos Marun, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sra. Graça Foster, eu sou engenheiro civil e lembro do orgulho que teve a nossa turma de engenheiros formandos e formados em 1982, quando o melhor aluno da classe passou no concurso para a PETROBRAS, se transformando em petroleiro.

Eu devo dizer à senhora que poucas coisas me emocionaram tanto na vida recente — relativamente recente — do País quanto o choro daqueles petroleiros que assistiam ao definitivo naufrágio da plataforma P-51 ou P-36. A P-36. Aquilo me emocionou. Eles assistiram ao sepultamento de um monte de lata que não tinha mais utilidade como se estivessem assistindo ao sepultamento de um filho, ao sepultamento de um ente realmente querido.



A senhora tem uma trajetória brilhante na PETROBRAS, de estagiária a Presidente. Estagiária. Chegou a essa empresa como estagiária. Eu acredito que a senhora também tenha chorado naquele dia, acredito que lágrimas tenham brotado dos seus olhos naquele dia como petroleira de coração que é.

Eu vou fazer perguntas dirigidas ao seu cérebro privilegiado, mas também dirigidas ao seu coração. Eu devo lhe dizer que eu não tenho nenhuma suspeita em relação à vossa participação nessa organização criminosa, não tenho essa suspeita. V.Exa. não foi citada, V.Exa. tem jeito de pessoa honesta, tem a voz de uma pessoa honesta, mas eu devo lhe dizer que eu suspeito e tenho o dever de suspeitar que a senhora, em determinados momentos desse processo, tenha sido omissa ou conivente com isso. Omissa: ficou sabendo e não quis enfrentar. Omissa: desconfiou e não foi atrás para não ficar sabendo. Eu tenho até o dever, como membro dessa CPI, de ter esse tipo de suspeita em relação à senhora.

Mas, petroleira de coração que é, emocionada, a primeira pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a senhora tem uma revolta íntima? Essa eu dirijo ao seu coração. A senhora tem uma revolta íntima contra esses colegas seus que formaram essa organização criminosa dentro — ou de fora para dentro — em relação a essa empresa? Qual é o seu sentimento em relação a esses colegas — o Barusco a senhora até elogiou há pouco, tecnicamente falando —, em relação a essas pessoas? Qual é o seu sentimento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Os três que estão hoje sendo acusados ou se acusando, delatando, tanto o Duque, que está se defendendo, quanto o Paulo Roberto e quanto o Barusco, especialmente o Barusco, sempre me chamou a atenção pela qualidade do trabalho. Eu já passei por várias fases de sentimento. Eu tenho vergonha. Vergonha.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Vergonha. Revolta? Ódio?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não. Tenho vergonha, muita vergonha.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sra. Graça Foster, se as investigações avançarem — nós estamos aqui no início — e se chegarem à conclusão de que, acima dessas pessoas, pessoas que são queridas da senhora



também têm participação, ou por omissão ou por ação, a senhora teria vergonha, teria ódio, teria revolta em relação a essas pessoas? Qual seria o seu sentimento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Decepção.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Decepção. Essa é a sua resposta, decepção.

Eu, então, faço agora perguntas dirigidas ao privilegiado cérebro de V.Sa.

A Refinaria Abreu e Lima, já foi declarado, começou com um preço estimado de 2,4 bilhões e terminou próximo aos 20 bilhões. E estão citados como fatores que levaram a isso tipo de óleo a ser refinado, obra de infraestrutura na região, condições climáticas, projeto inadequado. Mas nós estamos falando de uma modificação por 1000%, praticamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marun, quero pedir a V.Exa. para concluir, fazendo as perguntas em bloco, porque...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ... a Sra. Graça Foster já responde.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Certo.

Eu não acredito que vocês tenham contratado essa Abreu e Lima em cima de um *layout*! Porque para justificar erro de projeto, que saiu de 2 para 20, só se trouxeram o *layout* numa folhinha dessa e contrataram uma refinaria. Sou engenheiro.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Lógico.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Então, eu transmito à senhora — não vai me vai responder agora. Sabia efetivamente o que aconteceu para que esse preço se multiplicasse dessa forma tão avassaladora como foi?

Em segundo lugar, a segunda pergunta que eu faço, como Presidente que sou da Comissão que revisa a Lei de Licitações, é se a senhora entende que essas margens que foram estabelecidas, de 20% para mais e 15% para menos, em relação ao preço base — que eu acho até que é justo, bem muito menos —, se esses 15% e esses 20% são adequados, ou deveria ser menor essa faixa ou maior.

São as perguntas que eu lhe faço.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Excelência, se você sabe, se o senhor sabe, se eu sei o que vou construir, o senhor pode trabalhar com faixas menores. Agora, se nós não temos um projeto básico de qualidade, não tem margem que comporte variações. Esse é o caso de Abreu e Lima. É errado, foi errado o fato relevante que a PETROBRAS fez de falar que ia construir uma refinaria de 2,5 bilhões de dólares. Nem lá em Ipojuca, nem em lugar nenhum do mundo! Então, foi um erro divulgar um projeto numa fase embrionária e passar o valor de um CAPEX dessa natureza. Eu falei, na outra CPI, na CPMI também, que o valor correto seria a partir de 14 bilhões de dólares. Ali você, ali o senhor, ali V.Exas. tinham já um projeto nas mãos. E com as ineficiências, com a demanda tão forte de mão de obra, variação de cambial, mudança de escopo, atraso, isso e aquilo, chegamos lá nos 18,5 bilhões de dólares. Mas foi um erro da PETROBRAS falar em 2,5 bilhões. Se nós sabemos o que vamos construir, tem um projeto básico de qualidade, nós podemos trabalhar com faixas menores.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Positivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora à inscrição dos Líderes partidários.

Nós temos aqui vários Líderes inscritos, mas quem solicitou a palavra foi o Deputado Aluisio Mendes e o Deputado Nilson Leitão. Os Líderes inscritos aqui já pediram a palavra.

Então, temos que obedecer à ordem.

V.Exa. tem o tempo do Bloco do PRB.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dra. Maria das Graças Foster, eu percebi aqui uma certa condescendência com o seu depoimento hoje mais do que justificada. A senhora é reconhecida, realmente, como uma técnica brilhante. Uma pessoa que inicia, numa empresa, como estagiária e chega ao cargo máximo de direção, de presidência, realmente, é um fato louvável. E esse reconhecimento não é só nacional; a senhora tem um reconhecimento internacional.

A minha esperança de vê-la aqui, sabendo do seu amor pela PETROBRAS — isso dito várias vezes pela senhora e pelos seus colegas —, a senhora tem até uma passagem em que disse que morreria pela PETROBRAS, a senhora citou isso certa



vez, os seus colegas citam que a senhora morreria pela PETROBRAS. A minha esperança aqui, e acho que dos nossos colegas, era que a senhora chegasse aqui hoje desprovida da função de Presidente da PETROBRAS, mais leve, mais preocupada com a empresa onde a senhora fez sua vida profissional, e nos trouxesse algumas informações novas com relação a essa verdadeira quadrilha que se instalou na PETROBRAS.

E eu continuo admirando a senhora como técnica, e sinto apenas uma certa preocupação aqui quando vejo a senhora citar o Pedro Barusco, o Paulo Roberto como colegas. Eu sou integrante dos quadros da Polícia Federal. Na nossa instituição nós nos tratamos também por colegas, mas, desde que nós temos um integrante da nossa instituição pego, pilhado como bandido, nós, a partir daquele momento, não o consideramos mais colega. Para mim, ele deixou de existir. E essa é a minha preocupação. Sabendo do amor pela PETROBRAS que a senhora tem e do dano causado à imagem da PETROBRAS por esses — ditos pela senhora — colegas, eu fico pensando: será que ainda existe essa consideração da senhora com relação a essas pessoas, que há muitos anos dilapidam o patrimônio da PETROBRAS e do povo brasileiro, e a senhora ainda se refere a eles como colegas?

Eu fico realmente surpreso com essa colocação, até em respeito à senhora, pelo amor que eu sei que a senhora tem pela PETROBRAS, pela consideração. E eu vejo na senhora que esse amor é tão grande que a senhora se aposentou há 50 dias — não é isso? — e veio hoje de laranja, que é a cor do uniforme da PETROBRAS. A senhora ainda não conseguiu se despir da PETROBRAS e não vai. E um exemplo é a cor que a senhora veio usando nesta CPI.

Então, essa é uma preocupação que eu tenho: a senhora — amando a PETROBRAS, dizendo que morreria pela PETROBRAS, e vendo o dano, o mal que esses seus colegas Barusco, Pedro Paulo e todos os outros causaram à PETROBRAS — continua achando que eles continuam colegas, tendo esse tratamento afetuoso que nós temos dentro das nossas instituições.

Eu acho que a senhora tem aqui hoje uma grande oportunidade, Dra. Maria das Graças Foster, de, perante a sociedade brasileira, o povo brasileiro, seus legítimos colegas da PETROBRAS — aqueles que fazem história e fizeram a história



da PETROBRAS — nos ajudar a descobrir por que isso aconteceu na PETROBRAS e quem foram os responsáveis por isso.

É isso que o Brasil quer saber, é isso que nós estamos aqui para descobrir, e é isso que eu acho que, no íntimo, a senhora quer nos dizer. E eu acho que o momento é este. Eu acho que é o momento de a senhora, desprovida da responsabilidade de estar à frente dessa empresa, poder nos ajudar a descobrir. Eu sei, eu concordo que esse não é um problema que aconteceu agora; o próprio Barusco disse aqui no depoimento dele que desde 1997 ele rouba a PETROBRAS, rouba o Brasil, e não é uma ação isolada, eu tenho certeza disso. Várias denúncias foram feitas ao longo da história da PETROBRAS, uma empresa que é a maior empresa nacional e que, com certeza, era muito visada.

Então, nós precisamos é descobrir de que forma isso aconteceu, e de que forma nós poderemos evitar que isso volte a acontecer na PETROBRAS. E a senhora tem uma posição muito importante nisso. Ninguém mais que a senhora conhece a PETROBRAS a fundo e pode nos dizer quem errou, onde errou, com a aquiescência de quem errou, e a mando de quem errou.

E é isso que nós precisamos que a senhora nos diga. É essa a grande tarefa desta CPI, porque, mais do que ninguém, a senhora pode colaborar com isso. Eu vim aqui hoje com essa esperança, de a senhora, ao refletir sobre os seus filhos, sobre todos os colegas que a senhora deixa na PETROBRAS, com a história de vida que a senhora tem na PETROBRAS, poder realmente aqui nos dizer: “o erro está aqui”, ou “os erros estão aqui, e os responsáveis são essas pessoas”. Porque a gente precisa disso. Para corrigir o que houve na PETROBRAS, nós precisamos saber a quem e por quem essas pessoas fizeram isso.

Claro que existe o interesse pessoal. O Sr. Barusco hoje é um homem de 100 milhões de dólares, mas ele estava a serviço de alguém. A senhora foi muito feliz quando disse que não pode uma engrenagem, no meio, sozinha, fazer com que isso aconteça. Tem que ter alguém abaixo e acima para dar respaldo a essa ação. Numa ação criminosa, numa organização criminosa — e eu, como policial federal, sei disso —, um elo tem que se ligar a outro. Ninguém rouba 100 milhões de dólares de uma empresa sem ter respaldo abaixo e acima dele. E é isso que nós estamos querendo



descobrir aqui. E a senhora talvez seja a pessoa mais indicada para nos trazer essa informação, porque ama a PETROBRAS...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - ... fez a sua vida na PETROBRAS, e precisa prestar esse serviço ao Brasil e a seus colegas da PETROBRAS.

Eu voltar, ainda no meu tempo das perguntas, porque, além disso, eu tenho algumas perguntas a fazer à presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Líder inscrito é o Deputado Nilson Leitão. V.Exa. dispõe do tempo do PSDB.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Graça Foster, eu acredito que, das CPIs que vão acontecendo nesta Casa, a maioria acaba se frustrando exatamente por proteções de A ou B. Eu, como todos aqui, admiro qualquer currículo como o da senhora. E me preocupou muito a superproteção que o Partido dos Trabalhadores fez na entrada, ao trazê-la, e a preocupação também na comunicação — de que forma que deve se responder, ou na interpelação, nas comunicações de olhares, ou de gestos que ocorrem.

Eu gostaria muito de fazer algumas indagações antes de discorrer dentro do meu tempo. O seu amor à PETROBRAS é algo público, já se falou, mas precisamos também saber do seu amor pelo PT e pelo Governo. Qual é maior do que o outro neste momento, porque ambos estão sendo citados nessa situação?

A senhora disse que a Operação Lava-Jato foi um problema. Citou algumas vezes aí: *“A Operação Lava-Jato foi um problema para PETROBRAS, porque acabou atrapalhando a gestão da PETROBRAS, e até o desenvolvimento de produção da PETROBRAS durante esse período”*.

Eu já reputo o seguinte: a Operação Lava-Jato foi a solução para estancar uma corrupção exacerbada que vem ocorrendo há alguns anos. E entra um parêntese aqui, não direcionado diretamente à senhora, mas ao momento: enquanto, de fato, a vontade de se acabar com a corrupção, em qualquer lugar, não deixar de ser apenas um discurso de lado, e passar a ser de fato uma atitude e



comportamento, a corrupção não vai acabar. Não adianta ninguém querer fazer cara de santo, e apontar o dedo.

Quando nós estamos discutindo aqui um fato concreto, de uma investigação feita pela Justiça Federal, pela Polícia Federal, em que há presos e denúncias, em que há delação premiada, e a preocupação do Governo — que não é réu de fato, mas é réu em termos de denúncia, nessa situação — é em se preocupar mais em querer apontar o dedo para frente do que discutir os fatos e assumir, às vezes, as falhas que houve, sejam lá quem forem os culpados... Fizeram essa mesma estratégia no mensalão. Não adiantou. Querem fazer a mesma estratégia agora, no petrolão. Não é o melhor caminho. Não é o melhor caminho para um Brasil melhor, e para quem diz que ama esta Pátria, como muitos dizem.

Não somos nós que estamos dizendo que o petróleo foi o maior escândalo, ou, quem sabe, o maior já apurado da história do Brasil; foi o ex-Ministro Jorge Hage. Foi ele quem disse isso, antes mesmo de sair, em dezembro desse ano de 2014: que é este é o maior escândalo da história de que ouviu falar, e ele era Ministro da CGU! Foi o maior da história, falado por ele. Quase 5 bilhões de reais de desvios já apurados pela Operação Lava-Jato. Isso não é pouco. Se fosse um desvio de 500 mil reais numa agência bancária, feito por um caixa do banco, organizado com o seu chefe de serviço, o gerente teria sido mandado embora, e o superintendente também, sabendo ou não sabendo da situação.

Nossa preocupação nesta situação é — vejo a senhora colocando que houve erros, que houve falhas, a senhora elogia os seus diretores pela sua competência, mas depois descobre que o caráter não está na mesma linha da competência — que é impossível o Brasil e os brasileiros acreditarem que há este movimento enorme de dinheiro sendo desviado, dos acordos e de denúncias de que em todos os contratos havia 2%, 1%, 3% de propina sendo paga, e que ninguém sabia disso!

Vejo a senhora como uma boa profissional, competente e dedicada à sua função, mas que teve um cargo político. Um cargo político. Eu, ainda criança, escutava que primeiro, naquela época, se nomeava o Presidente da PETROBRAS para se depois escolher o candidato a Presidente do Brasil. Essa fase acabou.

Eu fico muito preocupado quando vocês ficam querendo perder tempo em explicar quais foram os benefícios e as vantagens da PETROBRAS nos últimos



anos. A PETROBRAS chegou ao número de 40% do seu valor. A PETROBRAS perdeu em quase 5% a sua capacidade — e caiu a sua produção, sim, até porque também aumentou a demanda, e não houve planejamento para isso.

Preocupa-me quando a senhora diz que a PETROBRAS errou ao anunciar 2 bilhões na construção da Abreu e Lima. Uma PETROBRAS não pode errar! Quem pode errar é um servente de pedreiro quando o pedreiro faltou, e ele deu uma informação errada para o seu contratante! Agora, a PETROBRAS não tem o direito de falar que errou no anúncio de 2 bilhões na construção da Abreu e Lima! Isso é um tapa na cara de qualquer leigo, ignorante, de qualquer brasileiro! É na inteligência dos brasileiros, porque nós não podemos mais ouvir esses absurdos, como se todos fôssemos idiotas, ouvindo uma informação dessas. Foi um erro da PETROBRAS informar 2 bilhões de reais na Abreu e Lima.

Eu me preocupo, nas várias informações que são dadas e perguntas que são colocadas, como representante de um partido de oposição, em não querer aqui me dirigir à senhora de nenhuma forma que possa desonrá-la, até porque a minha criação não deixa. Mas realmente a preocupação colocada por alguns Deputados; a senhora, como ex-Presidente, conhecendo a PETROBRAS como poucos, os corredores da PETROBRAS como poucos, tendo dirigido a empresa de 2007 a 2012, e o Sr. Shinko Nakandakari revelou, em depoimento prestado sob regime de colaboração premiada, que houve pagamento de propina sobre contratos firmados pela Diretoria de Gás e Energia no período de gestão de V.Sa.

Eu fui Prefeito, e vários aqui foram: lá é diferente, nas Prefeituras, porque erra o Secretário, e o Prefeito é que paga a conta, é o CPF dele que fica respondendo o resto da vida. É assim na vida, no cotidiano de qualquer prefeito do Brasil. Aqui, não; aqui, o seu diretor imediato rouba, e a senhora não sabe de nada, nada! Durante tantos anos!

Eu, sinceramente, não acho que a senhora seja desonesta financeiramente. Sinceramente. Por tudo que eu já vi a senhora falar. Não é possível que, diante do seu olhar, eu esteja enganado. Mas eu acredito muito que a senhora está sendo muito leal e protegendo alguém que lhe deve muito. A PETROBRAS foi tomada de assalto sob o seu comando. Se a senhora não teve culpa de fato, a senhora está tendo culpa na omissão. De qualquer jeito, ou como comandante da PETROBRAS,



ou como alguém que quer encobrir algo que o Brasil hoje está, com 90% dos brasileiros achando, que o Governo tem muita culpa no assunto. É isso que está nas pesquisas.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Não cabe ao Deputado culpar aqui agora...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu lamento, eu lamento muito nós não conseguimos chegar ao final da conversa nesta CPI. Mas eu confio muito no que está fazendo o Juiz Moro. Eu confio muito. Eu confio muito no que vai chegar neste final. Porque o que nós queremos, e não pode ser apenas no discurso, é que a PETROBRAS renasça das cinzas; que de fato ela possa produzir tudo aquilo que nós sonhamos. Mas a PETROBRAS, com uma dívida de 250 bilhões de dólares, e não sou eu que estou falando; com muitos balancetes ainda maquiados, que é o que estão falando... Nós queremos chegar ao final da CPI colocando, de fato, um final da história com os culpados de fato. E eu não posso aqui desqualificar o Barusco. O Barusco foi um bom profissional, e com certeza ele não é mau caráter para falar o que ele falou aqui. Mau caráter são os que não falaram.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu posso fazer um breve comentário, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não, pois não.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Primeiro, eu gostaria de dizer que os meus diretores foram os diretores cujo nome eu indiquei ao Conselho de Administração da PETROBRAS. Os meus diretores pediram demissão da PETROBRAS junto comigo.

Então, se eu tivesse saído da PETROBRAS sozinha, eu ouviria dizer que fui demitida, e deixaria assim: fui demitida da PETROBRAS. Mas, como saiu a Graça, o Formigli, o Barbassa, o Cosenza, o Figueiredo... Nós pedimos demissão da PETROBRAS. Todos nós. Ficou o José Eduardo Dutra, ele está doente. Mas nós pedimos demissão. E eu estou dizendo que pedi demissão porque eles estão assistindo essa oitiva e vão ficar muito chateados comigo se eu disser: "*Os meus diretores não são os diretores que estão ou se defendendo ou fazendo delação premiada*".



Eu senti, Deputados aqui que falaram, eu senti quando eu disse “colega”. Eu tenho dito ex-diretor, ex-gerente executivo, e eu senti quando eu falei “colega”. Então, talvez, foi um lapso verbal que deve ter algum significado. Talvez eu não queira ser injusta, não sei o quê. Mas eu senti que falei “colega”. Eu senti que falei à colega. Vou cuidar melhor, porque a senhora tem a razão.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Se não eram seus diretores, eram diretores de quem, então?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Diretores da PETROBRAS, quando eu era a Diretora. Eu era Diretora de...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Não, a senhora disse que não eram seus diretores.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Meus diretores. Que eu não...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eram diretores de quem?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eram diretores do Presidente Gabrielli.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu sei que o senhor está sendo benevolente, mas eu só preciso de uma pergunta. A senhora acha que o Bendine foi a melhor escolha para substituí-la? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou dar seguimento ao próximo Líder que pediu a palavra, Deputado...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Questão de ordem, Sr. Presidente. O sujeito encosta ali provocando. O senhor é alguma coisa?

**(Não identificado)** - Um cidadão.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de restabelecer o respeito do Plenário e, como Presidente, dizer que nós não vamos admitir nenhum tipo de desrespeito com nenhum Parlamentar aqui.

A quem quiser acompanhar a reunião de maneira democrática, sem dúvida alguma, daremos o total direito, até porque o Brasil precisa acompanhar o trabalho da CPI, mas nenhum tipo de desrespeito com qualquer Parlamentar irei admitir. Em acontecendo novamente, determinarei à segurança do plenário que retire o cidadão



que cometer algum desrespeito com algum Parlamentar, que está é a Casa dos Deputados e eles precisam ser respeitados.

Deputado...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu posso fazer um comentário, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - É sobre o Presidente Bendine. Eu vou dizer para os senhores todos presentes o que eu disse para ele por telefone essa semana: *“Presidente Bendine, tem horas que a Companhia precisa de um Presidente geólogo, horas que precisa de um economista, de um engenheiro, uma engenheira, como eu, e tem horas que um financista é a demanda do momento”*. Então, eu acredito que a escolha deva ter sido pelo nome dele, pela importância e pela demanda de um financista, de um homem da área de finanças neste momento. Foi o que eu disse para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra agora ao Deputado Sibá Machado, pela Liderança do PT.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso Relator, o nosso Vice-Presidente e os demais Parlamentares, cumprimentar a Dra. Graça Foster.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Sibá, se me permite, antes de dar a palavra a V.Exa., gostaria de passar aqui a palavra ao Deputado Imbassahy. Eu estou vendo que muitos Deputados estão voltando, ele manteve um contato com o Presidente Eduardo Cunha e tem uma informação aqui sobre as votações nominais, para que, em acontecendo novamente, V.Exas. já estejam informados. Um minuto só para um aviso.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Na verdade, Sr. Presidente, ao lado de vários membros da CPI, chegamos ao plenário e a votação nominal já tinha sido encerrada. Eu fui ter uma conversa com o Presidente Eduardo Cunha, citando a circunstância que a CPI estava vivendo naquele momento, ouvindo a Presidenta Graça Foster, e vários membros interessadíssimos em acompanhar esta audiência, e tínhamos aquele conflito entre a votação e a permanência aqui na CPI. O Sr.



Presidente Eduardo Cunha compreendeu e nos tranquilizou, dizendo que os membros da CPI estariam em uma situação diferenciada e que ele iria cuidar junto à Secretaria da Mesa para que a gente não tivesse nenhum tipo de cometimento de falta, de falha naquele momento.

Essa foi posição, a informação que o Presidente Eduardo Cunha me passou, certamente também atendendo aqui à solicitação do Presidente Hugo Motta, que tem um prestígio muito grande com o Presidente da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas, acredito que essa questão, falada agora pelo Deputado Imbassahy, responde a questão de ordem de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Só para concluir a informação, nesse caso, então, a CPI, através da sua Secretaria, informará aos Deputados que estavam presentes aqui para efeito de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Através da lista de presença na CPI. Informaremos à Secretaria.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - O.k. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, quero esclarecer uma questão. Agora essa informação está sendo dada, mas ela não foi dada para todos os membros da CPI, e eu acho que foi um prejuízo, todo mundo saiu prejudicado desse negócio. Ou a gente estabelece um procedimento de concomitância da CPI com o Plenário, ou então não é possível essa correria.

O Deputado Eduardo Cunha foi radical, chegou a 257, ele manda votar. Agora que nós estamos sabendo que existe essa combinação. Ou seja, prejudicou a nossa participação aqui na CPI. Então, é preciso estabelecer um procedimento padrão, se ele vai ceder à concomitância, então a gente tem que ser avisado com antecedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, esta Casa ainda assistirá ao dia em que V.Exa. olhará pelo lado positivo os gestos que nós procuramos fazer para o bom funcionamento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Com Eduardo Cunha na Presidência, não dá para olhar pelo lado positivo. Vai ver o que foi aprovado no plenário agora, que V.Exa. vai ver se dá para olhar, a barbárie que foi aprovada lá agora.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós com certeza chegaremos a este dia, confiando primeiramente em Deus.

Darei a palavra ao Deputado Sibá Machado, pela Liderança do PT.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer que já ouvi uma vez a Dra. Graça Foster falando para todos nós da sua experiência de vida, da condição da carreira profissional que teve única, numa única empresa que é a PETROBRAS. Chegou a essa empresa aos 17 anos como estagiária e galgou diversos postos, inclusive o da Presidência.

Eu queria voltar um pouquinho, só para lembrança, para entrar no ponto que eu gostaria de tratar: a PETROBRAS, já desde a sua criação, passou por muitas refregas. No ato da sua criação, havia um comunicado do então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, que foi contra a criação da PETROBRAS, segundo argumentos, porque o Brasil não tinha nenhum grau de inteligência voltado à área do petróleo e, como tal, deveria entregar isso aos americanos. Havia as chamadas anãs da época, as empresas eram as sete anãs que dominavam isso. Portanto, teve que entregar esse patrimônio aos americanos, e deu no que deu.

De lá para cá, chegando ao ano de 1997, houve a quebra do monopólio, porque tinha que entregar... As 37 empresas internacionais chegam, aportam-se no Brasil para pegar um pedaço dessas riquezas.

Depois dessa atitude, já sob o regime da Lei das Licitações, Lei nº 8.666, de 1993, descobriu-se que, pelo sistema da Lei nº 8.666, a PETROBRAS não teria velocidade nenhuma para firmar tantos contratos e tantas aquisições.

Embora eu já tenha ouvido pessoas comentando que isso abriu porteiças para a prática de corrupção na PETROBRAS, eu quero aqui discordar, por dois motivos. Primeiro, porque eu entendo que a Lei nº 8.666, de fato, engessava a capacidade da empresa de fazer os seus contratos; segundo, porque para quem quer roubar botar a lei que quiser. Então, se a lei ou abre ou fecha, não é a lei que por si só inibe a pessoa da prática de ilícito. Estou aqui diante de uma pessoa que é dos quadros da Polícia Federal e sabe muito bem disso.

Então, meu Líder do PSDB, eu não queria entrar nesse debate aqui, se foi certa ou errada a ação do Governo pelo qual V.Exa. tanto trabalhou.



Nesses dois casos, eu estou de pleno acordo, tanto do ponto de vista de que nós não poderíamos deixar a PETROBRAS sob a égide da Lei das Licitações, que foi feita, contra os anões, e houve uma CPI aqui neste Congresso Nacional. Então, engessou tanto, tentando coibir o crime, e não o coibiu. Está cheio de casos espalhados pelo Brasil inteiro.

Então, eu queria que nós separássemos um debate. Eu acho que não vai a lugar nenhum continuarmos nele e dizer que a corrupção começou nesta data e terminou naquela. Temos que ir fundo nos fatos e separar — outra coisa que precisa ser considerada — a corrupção da empresa. Quantas outras empresas e outras situações no Brasil estão metidas com problemas também? Então, isso não nos levará a canto nenhum, a lugar nenhum positivo, nem nesta CPI nem em outro lugar.

Então, nós estamos aqui no debate de que no depoimento A ou no depoimento B eu tenho que fechar nesta data. Isso também é um erro desta Comissão ou de qualquer outro tipo de atitude.

Então, eu quero dizer da minha confiança absoluta na ex-Presidenta, Dra. Graça Foster.

Segundo, eu conheço boa parte dos funcionários da PETROBRAS, porque eu fui dirigente da CUT Brasil, e a Federação Única dos Petroleiros, a FUP, trabalhava fortemente na defesa total da empresa.

Os operários da PETROBRAS fazem isso por gosto, por amor à empresa e ao País. E a PETROBRAS, quando muitos dizem que está quebrada, isso não pode ser verdade. É campeã de tantas coisas. A tecnologia e inteligência brasileira sobre águas profundas são nossas! E nós vamos entregar isso para alguém? De jeito nenhum!

O meu partido, publicamente, tem pedido para se ter um acordo de leniência porque, se as empresas brasileiras quebrarem, quem é que vai executar trabalhos aqui no Brasil? Nós vamos dar emprego para países quebrados por força de responsabilidade da tal da bolha econômica, que nasceu sei lá onde, e arrasta milhões de pessoas para a beira da miséria? Nós temos que está fora disso. Isso não pode estar dessa maneira.

Então, o que eu estou pedindo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Por favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Respeite. Deputado Darcísio Perondi, por favor, respeite o nosso Líder, ele está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Por favor, pelo amor de Deus! Eu quero respeitar cada Deputado pela autoridade que tem. Não vamos baixar o nível aqui, porque eu não topo. Eu quero respeito com a minha pessoa, com a minha bancada e com todos os que estão aqui dentro. Jamais me dirijo a algum companheiro na ideia de rebaixá-lo, porque isso não é da prática da nossa convivência.

Então, Sr. Presidente, o que eu acho é que esta CPI não pode cair no vício de uma disputa política, porque aí sendo também o erro é brutal.

A investigação não pode aquelas palavras que todos nós gostamos: “doa a quem doer”, “vá aonde tem que ir”, e assim por diante. Então, para mim, eu já ouvi, em vários lugares, que a tecnologia é que fez a prática de réus confessos.

Eu também quero partilhar da forma que o nosso Deputado Aluisio Mendes acaba de dizer que tem colegas até onde dá para ter colega, onde não dá... Então, essas pessoas não são colegas; são réus confessos.

E algum vem, chega aqui e diz com todas as letras: “*Eu comecei esse trabalho na data fulana de tal*”. O delegado não fez uma pergunta, o Ministério Público não fez uma pergunta a mais? Esta CPI não vai fazer nenhuma pergunta a mais?

Então, é isso que nós temos que debater. Vamos aprofundar sim. A PETROBRAS ou qualquer gestão, seja ela pública ou privada, não pode... Esse câncer chamado corrupção tem que, se não extirpá-lo, mas tem que, pelo menos, neutralizá-lo.

Eu fiz um debate da vez passada, inclusive com o Deputado Darcísio Perondi. Eu fui à Itália para conhecer, *in loco*, o resultado da Operação Mãos Limpas e conversei com juízes, conversei com policiais, com as mais altas autoridades do Judiciário da Itália, com os embaixadores. Estive no Congresso italiano e conheci pessoas que viveram aquela realidade.



Estava lá a inteligência da máfia presa, mas eles diziam até com um sorriso aqui no canto da boca: “*a coisa está funcionando lá, Senador*” — eu estava no cargo de Senador — “*A coisa está funcionando*”.

Então, como é que nós vamos nos juntar para dar ao País o que ele tanto está pedindo? Acabar com essa história?

Então, o esforço desta Casa, do Congresso Nacional, é de fazer um pacto por isso, porque, se nós formos transportar sempre este assunto para a disputa política... Aqui, o que eu estou falando é do coração. Se nós formos abordar este assunto, eminentemente, no ponto da política e da disputa de política e da disputa de poder, não vai dar em absolutamente nada, porque vai ficar só um jogo de pingue-pongue, e o Brasil vai ficar olhando para esta CPI e para tantas outras coisas como?

Então, eu respeito o trabalho da Polícia Federal, eu respeito o trabalho do Ministério Público Federal que buscaram, na Constituição de 1988, o mínimo de ganho e continuamos aprovando legislação aqui que dá valorização a esses servidores do Brasil, mas a PETROBRAS não pode ser tratada como ela a vinculada a esse tipo de... A empresa não merece isso. A empresa é orgulho nacional desde a sua fundação e como tal todos os Parlamentares dos partidos que estão aqui presentes, Sr. Presidente, eu entendo que pensam desta maneira e, portanto, vamos aos fatos e os fatos se remetem ao quê? Tudo o que nós já ouvimos, documentos, fundamentos, fazer cruzamento e dizer: chegou alguém e esse alguém vai ter que responder.

Portanto, aqui fica a minha admiração, Dra. Graça Foster, pelo seu trabalho. A dedicação de uma vida inteira, dos 17 anos até o presente, vinculada a uma única empresa em sua carreira profissional, que é a PETROBRAS.

Eu entendo que este País deu muito certo quando acertou no regime de partilha, porque essa riqueza, 70% eminentemente é capital brasileiro e por ser capital brasileiro vem a discussão dos *royalties*. Os *royalties* têm que ir para os mais pobres, bancar a educação. E aqui a bancada — porque a Presidenta Dilma pediu para botar 100% para a educação —, a bancada ligada ao sistema de saúde exigiu e ganhou os 25% para a área de saúde. E é nisso que nós ganhamos, é nisso que nós ganhamos.



Vou encerrar dizendo uma coisa. Eu rodei alguns lugares do Brasil onde a PETROBRAS tem exploração de petróleo. Em 2004, quando eu estava no Senado Federal; o salário de Senador, de Deputado Federal e do Presidente da República era 12 mil e 700 reais brutos; o salário do Supremo Tribunal Federal chegava a 17 mil reais, Deputado Imbassahy —, e eu chego a uma cidade e o salário de um Vereador estava a 17 mil reais, o salário do Prefeito daquela cidade a 25 mil reais. Eu dei uma volta na cidade: cheia de buracos, as escolas caindo aos pedaços, o dinheiro mal usado, uma coisa muito ruim.

Acertamos botar os *royalties* do pré-sal para a saúde e a educação do nosso povo. E é isso que nós temos de fazer. Então, corrupção é uma coisa, PETROBRAS é outra coisa. Regime de partilha é um acerto. O que foi feito lá no seu Governo, Deputado Nilson — eu estou aqui dizendo de público —, eu respeitei aquilo, porque aquilo foi um ganho para o Brasil, não se podia engessar a PETROBRAS. Eu ouvi comentários: “Foi um erro”, “abriu as portas da corrupção”. Meu amigo, quem quer fazer ilícito faz, porque ele burla a lei; pode botar a lei que quiser que ela não se sustenta.

O Brasil não merece isso. Vamos dar as mãos para defender a PETROBRAS de um lado e acabar, ou pelo menos reduzir, muito perto de zero, com os efeitos tão maléficos da corrupção.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Quero falar pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sibá.

Passo a palavra ao Deputado Pansera, pela Liderança do PMDB.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu estava evitando falar pelo partido, Sr. Presidente, porque acho que estamos indo bem, temos conduzido bem essa oitiva, como temos conduzido bem essas últimas sessões. Mas, eu acho que é hora de a gente retomar a baixada de bola.

Eu entendo a empolgação do Líder Sibá, mas nós temos algumas responsabilidades. As 186 assinaturas do requerimento desta CPI foram entregues no dia 2 de fevereiro e protocoladas na Presidência desta Casa. No dia 5 de fevereiro, a Presidência criou, fez o ato de criação desta CPI. No dia 26 de fevereiro, nós instalamos esta CPI, elegemos o Presidente, e o Presidente imediatamente



escolheu o nosso Relator Luiz Sérgio. No dia 5 de março, nós aprovamos o plano de trabalho desta CPI, e inclusive as sub-relatorias que têm se mostrado aqui já na dinâmica do trabalho um ganho para esta CPI — e isso foi uma decisão do Presidente desta CPI, que é o Deputado Hugo Motta, do meu partido, o PMDB.

Por que eu falo isso? Porque de lá para cá — vejam, parece que faz tanto tempo, mas nós começamos de fato a trabalhar esta CPI no dia 5 de março — nós temos feito reuniões e esforços — físicos, inclusive, dos membros desta CPI — para que ela ande bem e ande rápido. Na terça-feira nós aprovamos 103 requerimentos por acordo. Nós conseguimos conduzir um acordo — não um acordo para fazer acordo para julgar as coisas que eu acho que precisamos não, mas um acordo para dar funcionalidade e dar andamento a esta CPI.

A rigor, nós temos já trabalho para 2 meses, 3 meses, até fazer todas as oitivas já aprovadas, estudar todos os documentos que já temos em mãos e aqueles que chegarão. Vejam como a gente tem trabalhado, e obviamente a gente vai aprovar mais coisas em breve, na próxima reunião de deliberação.

Então, nós do PMDB, que temos a Presidência da Casa, que temos a Liderança do maior bloco desta Casa, que temos o Presidente desta CPI, temos a obrigação de pedir aos membros desta CPI, aos diversos partidos, àqueles que polarizam por questões ideológicas, ou por disputa de espaço, ou até por compreensão dos fatos mesmo, que a gente dê essa estabilidade para que a CPI continue avançando do jeito que está avançando, porque nós estamos indo bem. E o passar das semanas, e o passar dos meses é que vai comprovar que esta CPI de fato veio para concluir um relatório e sub-relatórios vigorosos que vão dar a esta Casa e à CPI o tamanho que elas merecem.

Então, Presidente Hugo Motta, quero dizer que nós, do PMDB, estamos aqui não só lhe dando esse respaldo, mas também trabalhando diuturnamente, montando perguntas, requerimentos, estudando os próximos passos. A nossa bancada faz perguntas aqui combinadas na bancada, acertadas em cima de uma estratégia de dar suporte para que o senhor, os Sub-Relatores e o Relator, de fato, tenham condições de fazer um trabalho consistente.

E as perguntas a gente faz depois da minha fala.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Não tenho dúvidas de que esta CPI vem realmente para fazer um bom trabalho e dar as respostas que a sociedade brasileira cobra, neste momento, da Câmara dos Deputados.

Ainda existem alguns Líderes inscritos, porém, a palavra não foi pedida. Vamos agora para a lista de inscrição para debates dos membros da CPI.

O primeiro inscrito é o Deputado Otavio Leite, do PSDB do Rio de Janeiro. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Diga-se, aliás, que chegou aqui às 8 horas da manhã para se inscrever. São 14h20min, mas, enfim, chegamos lá.

Sra. Graça Foster, boa tarde. Queria agradecer a sua presença. Queria aproveitar a presença do Líder do PT, que colocou bem, eu acho que uma coisa é a instituição, a PETROBRAS, Deputado Sibá, outra coisa é a gestão/corrupção na PETROBRAS.

Quanto à instituição PETROBRAS, eu queria convidar o Líder do PT e demais membros do PT e do Governo, para que nós coloquemos em pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 370, de 2009, que institui uma cláusula na Constituição que impede a privatização da PETROBRAS.

Faço essa sugestão na qualidade de autor dessa proposta, que é da lavra do PSDB.

Queria pedir o apoio portanto, do Governo, para que nós aprovássemos esse respeito, essa decisão importante para a PETROBRAS e para o Brasil.

Bom, vamos aos fatos. Eu tenho em mãos uma entrevista do ex-Presidente Lula, nos idos de 2009, é longa, e, a certa altura, ele fala sobre o papel do Estado e ele revela alguns *flashes* rápidos, coisas do gênero: “*se dependesse da PETROBRAS, ela não gostaria de fazer refinarias.*” Mais adiante ele diz: “*Mas o que significa uma refinaria?*” Bom, primeira coisa é que vai haver um polo petroquímico na região. Esse é o papel do Governo. O Governo não pode se omitir.

Eu penso que essa entrevista se deu ao tempo da discussão do COMPERJ, sobretudo, da Abreu e Lima. E ele revela também na entrevista que a PETROBRAS havia encaminhado à Presidência, a ele, um estudo sugerindo adiar o cronograma de investimentos de 2013 para 2017 — aquele investimento que a senhora falou do



plano de ação da PETROBRAS. E mais adiante ele culmina dizendo o seguinte: *“Bom, mas, para enfrentar esses problemas todos, não teve jeito, convoquei o Conselho da PETROBRAS para dizer: este é o momento que a gente não pode recuar.”*

A pergunta que eu faço é a seguinte — nós sabemos que a Presidência da PETROBRAS se reporta à Presidência da República: é verdade que a decisão do Conselho da PETROBRAS para que se iniciassem as providências para executar a Abreu e Lima foram tomadas em uma convocação do Presidente, em uma reunião no Palácio do Planalto? Essa é uma pergunta.

Eu vou fazer as perguntas e, depois, a senhora as responde.

Eu queria também, Presidente, saber quando é que vão chegar as atas relativas às reuniões de diretoria e as atas relativas ao Conselho de Administração da PETROBRAS, todas. Isso é muito importante. Isso é muito importante.

Querida saber da senhora se a senhora concorda com a afirmação de que a indicação do Sr. Renato Duque para Diretor da PETROBRAS foi indicação política.

Da mesma forma, se a senhora concorda que a indicação do Sr. Paulo Roberto Costa também foi uma indicação de natureza política?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - O mesmo em relação ao Sr. Cerveró.

E, finalmente, uma outra pergunta. A senhora sabe me dizer se o Sr. Vaccari frequentava muito a PETROBRAS, os corredores, ia muito às reuniões?

E, para fechar, permita-me, eu não posso deixar de perguntar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - O que se diria para os milhares de brasileiros trabalhadores demitidos do COMPERJ? Eles estão perambulando por Itaboraí, por Rio Bonito. Enfim, depois da expectativa de um eldorado, de uma oportunidade, estão aí demitidos por conta da incompetência do Governo em relação ao petróleo. O que dizer a essas pessoas, Dra. Graça Foster?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Sra. Graça Foster.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, eu vou aqui puxar da minha lembrança com relação ao ex-Presidente Lula. Evidentemente vou falar de dezembro de 2007 para frente, quando eu era Diretora de Gás e Energia. Ele deu, na Diretoria da PETROBRAS, várias broncas e sempre empurrando a PETROBRAS para frente, para frente, a indústria naval, as refinarias, as térmicas, os gasodutos e tal. E existiu uma reunião no Palácio do Planalto, uma reunião do Conselho de Administração, que ele não participou, em que ele fez — aproveitou que nós aqui estávamos em Brasília —, em que ele falou da importância de se fazer as refinarias, sim, e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Então, ele foi, de fato, enfático, como costumava ser quando eu ainda tinha oportunidade de ouvi-lo. A decisão do Conselho de Administração foi de aprovar o plano de negócios daquele período com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro na sua versão original. O.k? Essa é a resposta.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Quer dizer, uma reunião do Conselho de Administração no Palácio do Planalto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, não. Nós tivemos uma reunião do Conselho de Administração em Brasília, como já foi também no escritório da PETROBRAS, como já foi em São Paulo, no Rio de Janeiro. Inclusive, em uma reunião do Rio de Janeiro, de Diretoria, ele veio muito brabo falar da importância do conteúdo local, que a gente estava querendo fazer contratação de plataforma fora, de sonda de perfuração fora, ele veio e deu uma bronca geral. Mas sempre muito equilibrado nas suas broncas. E a gente convencia, mostrava isso e aquilo outro. A reunião de que ele participou não era a reunião do Conselho. Ele aproveitou que nós estávamos em reunião e chegou à reunião e pagou geral a importância de se fazer no Brasil tudo aquilo que podia fazer no Brasil. É só isso que eu tenho...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - A senhora saberia dizer quem subsidiava de informações e fundamentos o Presidente Lula para ele divulgar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. foi encerrado. Nós vamos ao próximo inscrito.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Os fundamentos são o de um líder que quer ver a sua população empregada, a sua população atendida. E cabia a nós, Diretores, dizer: *“Isso não dá para fazer, porque não tem recurso para*



*fazer, ou o mercado não é aqui, é ali*". Eu tive experiências com o Presidente Lula mais positivas. Cogitava-se que a fábrica de fertilizantes do Mato Grosso do Sul fosse em outro Estado. Eu disse: "*Presidente, não tem resultado econômico. Isso não se paga, não fica em pé*". E a fábrica foi para onde tinha que ir. Quer dizer, então, cabe também ao outro lado desagradar o líder e dizer para o líder: "*Olha, isso que você quer não dá para fazer*". E aí você perde o seu emprego ou não perde; a sua consciência fica tranquila ou não. Então, o Presidente Lula dava bronca mesmo, para empurrar para frente. Agora, ele é um homem que sabe ouvir e que reflete sobre a competitividade e a economicidade. Eu vou te dizer quem me botou na PETROBRAS como Diretora de Gás e Energia e como Presidente da PETROBRAS, quem apresentou o meu nome ao Conselho. Foi a Presidenta Dilma Rousseff. Eu não sei se devo comentar, eu já não sei mais quem disse de quem eu gostava mais se era do PT, ou se era da...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O Deputado Nilson.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - ...PETROBRAS. A PETROBRAS. Mil vezes a PETROBRAS. E aí nós temos aqui... Então, quem me indicou foi a Presidenta Dilma para ser Diretora e para ser Presidente. Eu não sei quem indicou Renato Duque, eu não sei quem indicou Paulo Roberto, eu não sei quem indicou Cerveró. E o Sr. Vaccari eu nunca vi em lugar nenhum.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Nunca viu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Em lugar nenhum. Só na televisão.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - E sobre o COMPERJ?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A senhora já concluiu as respostas do Deputado Otavio Leite ou ainda tem algo a acrescentar?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A questão do COMPERJ hoje. A PETROBRAS precisa do COMPERJ, precisa dessa refinaria de 165 mil barris, precisa para hoje — é uma questão de financiabilidade, de acesso ao mercado —, para que a gente possa fazer contratações. Nós estamos sem o balanço auditado. Eu tenho certeza de que esse balanço está por vir. Nós voltaremos ao mercado de capitais. E é isto que eu digo a todo o povo de Itaboraí, ao meu querido Rio de Janeiro, ao prezado ilustre Deputado do Rio de Janeiro: nós



vamos voltar ao COMPERJ. A Graça não, porque a Graça está aposentada, mas a PETROBRAS volta ao COMPERJ, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Dra. Graça Foster, há um fato aí que até agora não ficou bem esclarecido. Diz respeito à exoneração do ex-Diretor Paulo Roberto Costa, o Paulinho, como era chamado pelo ex-Presidente Lula. O fato é que na ata da reunião do Conselho de Administração se discutiu a renúncia. Em face da renúncia, discutiu-se a substituição do então Diretor de Abastecimento. Está muito claro aqui que foi uma renúncia, pela ata.

Até nessa mesma ata, Dra. Graça, ao final dela, há um registro dos agradecimentos pelos relevantes serviços prestados à companhia no desempenho de suas funções. O fato é que uma ata de conselho de administração de uma empresa, notadamente a PETROBRAS, é um documento formal, determinante, decisivo e relevante para a tomada de decisões. Quer dizer, é ele que é considerado talvez um dos mais importantes documentos para a tomada de relevantes decisões.

O que aconteceu é que, durante aquele processo no ano passado, a Presidente Dilma disse que ela demitiu... Ela disse aos brasileiros: *“Eu demiti o Paulo Roberto Costa”*. Essa declaração dela está incompatível com o principal documento da PETROBRAS no que diz respeito à tomada de decisões relevantes.

Então, a pergunta é a seguinte: quem está com a verdade? A ata está dizendo com clareza que ele renunciou e ainda foi muito elogiado, e há uma declaração da Presidente dizendo que ela que teria mandado demitir. A pergunta que eu faço é: quem está com a verdade?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - A Presidenta Dilma está com a verdade. Essa ata é uma ata... Ela não está correta. Na CPI, eu soube, grande parte da justificativa, justificativa não, do procedimento, de como foi a demissão do ex-Diretor Paulo Roberto Costa foi bem como ele contou na CPI. Se a gente pegar o texto da CPI, a fala do ex-Presidente Paulo Roberto é exatamente como foi... Desculpa, ex-Diretor. Foi exatamente daquele jeito. Agora, eu pedi a minha ata — a minha última reunião foi em 6 de fevereiro —, eu e meus amigos Diretores lá, os nossos cinco Diretores e mais a Graça, Presidente, e não há elogio



nenhum, não há nada. Nós saímos e ponto. Então, eu acho que essa ata pode ter sido...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Dra. Graça, essa ata foi publicada no *Diário Oficial*. Tenho ela aqui em mão. Está certo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Evidentemente, inclusive até consigna aqui a presença da senhora.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Minha. Eu era... Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Mas está publicado no *Diário Oficial* que ele pediu renúncia e foi, inclusive, motivo de um registro pelos relevantes serviços prestados à empresa, inclusive dirigida pelo então Ministro da Fazenda, o Ministro Guido Mantega.

Eu encerro aqui com uma pergunta final, Sr. Presidente: pelos estatutos da PETROBRAS, os membros do Conselho de Administração são responsáveis pela compra de ativos para a companhia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - São responsáveis pela compra de ativos e pelos desinvestimentos também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, na prática o que ouvi hoje aqui confirma exatamente o que disse na CPMI anterior. V.Sa., com todo o mérito que tem pela passagem na PETROBRAS desde os 17 anos, foi usada pela Presidente Dilma para justificar... E vou dizer por quê. Primeiro, eu quero dizer que o que V.Sa. disse aqui hoje confirma algumas coisas. Primeiro, V.Sa. disse, quando respondeu ao Deputado Nilson, que há momentos de engenheiro, de financista e de geólogo.

Acho que quando V.Sa. assumiu a PETROBRAS não era o tempo de engenheiro. Era o tempo ou da Polícia Federal, ou de um bom gestor, porque V.Sa. acabou de dizer aqui que Venina entregou a V.Sa. denúncias, um pacote de denúncias. V.Sa., em vez de mandar apurar isso, procurou o chefe dela, contrariando completamente a coisa correta que deveria ser, até porque o chefe



passou agora a pressioná-la. Tanto é que a mandou para outro país e outras coisas mais.

V.Sa. disse aqui hoje que a questão do sobrepreço, do superfaturamento, da questão dos aditivos... V.Sa. disse que os aditivos foram feitos porque não tinham um projeto básico de qualidade, porque havia mudanças sucessivas, porque sócios não tivemos mais, como é o da Venezuela, tipo de petróleo... Isso disse hoje. Mas no depoimento de V.Sa. na CPMI do Senado, V.Sa. não disse isso.

Quando indagada pelo Senador Pimentel, V.Sa. disse: *“Foi noticiado pela imprensa que as obras foram iniciadas sem aprovação do estudo de viabilidade técnica e econômica”*. “Isso é verdade?” V.Sa. respondeu: *“Não é verdade. Nós fizemos um estudo de viabilidade técnica e econômica em todos os processos, em todas as fases”*. Perguntada ainda: *“Em todas as fases? A constituição da RNEST também?”* A resposta: *“É, sim”*.

Depois perguntaram também: *“Que fatores impactaram a alteração das projeções iniciais no custo da Abreu e Lima? Câmbio? Aquecimento de mercado?”* V.Sa. disse: *“Tivemos um pouco de cada coisa, 95% do que pagamos aos nossos (ininteligível) são equipamentos muitas vezes importados”*. Diferentemente do que disse V.Sa. hoje, que foi falta de projeto básico.

Ora, se V.Sa. era Presidente e sabia que esses projetos básicos estavam equivocados ou malfeitos, V.Sa., como Presidente, deveria ter providenciado um novo projeto. V.Sa. disse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vou fazer a pergunta. Depois ela responde, então. Só a última, Sr. Presidente.

V.Sa. disse que no período que V.Sa. presidiu, apenas três projetos foram aprovados. Quero dizer a V.Sa. que, no período de 12 de março a 5 de novembro, houve 33 reuniões do Conselho, nas quais houve aprovação de 63 aditivos. V.Sa., como Presidente da PETROBRAS, não achou muito estranho 63 aditivos em apenas 8 meses? Aditivos de bilhões. Então, acho que V.Sa. confessa realmente que, nesse período, o engenheiro estava no lugar errado. Era realmente para ser um financista, ou um policial federal, ou um bom gestor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra...



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, eu acho que certamente a PETROBRAS merecia um gestor muito melhor do que eu. Eu não tenho a menor dúvida disso. Com relação às denúncias da Venina. As denúncias da Venina foram específicas, as que eu entreguei na mão do Paulo Roberto, foi sobre o Geovane, da área de comunicação. Ela me entregou um pacote de documentos internos da PETROBRAS, da comissão interna de apuração, conhecidos já, porque, como Diretora, eu tinha acesso. Não era da minha área, porque foi uma questão da área de comunicação, do abastecimento. E o que eu fiz foi dizer ao Paulo Roberto: *“Olha, a Venina está muito aborrecida. Está se sentindo sozinha”*. Coisas desse tipo. Passei para ele esse pacote de informações. E o assunto parecia estar resolvido, porque o rapaz tinha sido... Tinham proposto a demissão dele já. Ele pegou uma licença de vários anos. E, na minha gestão, em 2013, assim que ele retornou ao trabalho, ele foi demitido. Então, essas foram as informações em papel que a Venina me passou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não tinha corregedoria na PETROBRAS?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não. Tinha comissão interna, havia documentos do jurídico, documentos da comissão interna. Esse foi o material que a Venina passou para mim. Com relação ao que eu disse na minha fala na CPMI, nós tivemos nesse período nove comissões internas de apuração. E duas comissões muito importantes — ou três comissões muito importantes —, muito relevantes, foram a Comissão da RNEST, a Comissão do COMPERJ e a Comissão da Toyo Setal, que tratava de vários projetos em várias áreas. E dali nós tivemos a certeza, o aprendizado, a clareza, de que os projetos básicos, é óbvio, quanto mais maduros, mais corretos, menos aditivos nós temos. Aditivos normalmente ou não necessariamente são de escopo ou vêm para corrigir erros. Às vezes, você tem aditivo de tempo, você tem uma equipe que não tem eficiência, uma empresa quebra no meio do caminho. Eu não sei se foram 99 aditivos. O senhor certamente tem a informação mais à mão do que eu. Mas o Conselho de Administração, Deputado, não aprova aditivos, como ele também não aprova projetos. Então, a responsabilidade da aprovação dos aditivos é toda da Diretoria Executiva da PETROBRAS, só para ser bastante justa, independente do valor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E V.Sa. era Presidente na época.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu era Presidente, eu era da Diretoria Colegiada, e nós tomamos decisões em relação ao COMPERJ, em relação à RNEST, já por conta dessas comissões internas de apuração. Todos aqueles contratos do abastecimento que foram assinados à época do Diretor Paulo Roberto que estivessem com questionamentos no TCU, nós não iríamos aditivar mais aqueles contratos, a menos em casos excepcionais, julgados pelo jurídico. Então, nós fizemos uma série de... Tomamos uma série de providências em relação a esses projetos. Aditivos. Quando eu disse que, na minha gestão, três projetos novos, à exceção dos vários projetos aprovados na área de exploração e produção... Então, esses projetos que têm uma margem pequena, ou o nível de amadurecimento do projeto era relevante, ou então eles não seriam aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço à Sra. Graça Foster.

O próximo inscrito é o Delegado Waldir. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, antes de iniciar meu tempo, eu queria pedir a V.Exa. que me permitisse divulgar o Disque-Denúncia que a gente criou. É o 3215-2645.

Agora eu gostaria de iniciar as nossas perguntas. Considerando que o tempo é exíguo, eu vou fazer as perguntas primeiro, no meu tempo, porque tenho oito ou nove perguntas. Depois, se a senhora puder responder... O.k.? Se tiver dúvida em alguma, a gente refaz.

A imprensa divulgou alguns salários, inclusive o da senhora e dos demais Diretores. Eu gostaria de saber, se possível, qual era o salário de cada um dos Diretores principais, em média, e o da senhora.

Eu gostaria de saber também, já como pergunta. O TSE multou a senhora em 265 mil reais. A senhora já pagou essa multa? Quem pagou? Eu gostaria de saber quem fez o pagamento, considerando que vários órgãos, além da PETROBRAS, Correios e outros, foram utilizados na última campanha eleitoral. Então, eu gostaria de saber quem pagou isso aí.

A senhora também confirmou que há vários erros de planejamento, mas alegou que foram exclusivamente de trabalho técnico. Eu vejo que foram muitos erros, como a Abreu e Lima, em Pernambuco. A senhora trabalhou diretamente na implantação dos gasodutos GASENE. Foi criada na PETROBRAS uma empresa de



fachada, laranja, com o acordo da senhora. E depois há a Sete Brasil, que está nessa situação que a senhora bem sabe.

A senhora e a Dilma fizeram parte também do Conselho que aprovou a compra de Pasadena, um prejuízo de 1 bilhão e 600 milhões de reais. Fazer negócios escusos é uma missão que foi delegada por quem? Lula, Dilma e PT foram negligentes, omissos, imperitos. A senhora é uma perita, é profissional. Então, eu gostaria de saber de quem é a culpa disso. Quem vai pagar isso? Os acionistas que vão quebrar, o povo brasileiro, os Diretores, ou o Conselho de Administração?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer: o Sr. José Alcides é de extrema confiança da senhora. Eu vi que a senhora disse que tem muito apreço pela Bolívia, foi no início da sua fala, a senhora gosta demais da Bolívia. Ele recomendou pagar uma série de aditivos em obras de termelétricas e gasodutos envolvidos nesse escândalo. A senhora confia nele, realmente? A senhora era Diretora responsável, ele foi indicado, ele substituiu... Isso é verdadeiro? O gasoduto Urucu-Coari-Manaus foi orçado em 1,2 bilhão. Custou mais de 4 bilhões. Evo Morales fez uma ligação para alguém aqui no Brasil e conseguiu um valor maior no contrato de 434 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Esse amor da senhora pela Bolívia refere-se a isso?

Estou terminando já, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Para concluir.

Em 2012, quando a senhora chegou, demitiu diversos Diretores. A senhora tinha conhecimento da corrupção que ocorria ali? Não tinha ouvidoria, advogado, ninguém que pudesse tomar nenhuma providência?

Por que os Diretores têm participação nos lucros, mas não têm compromisso com a roubalheira que aconteceu?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Seriam essas as minhas questões.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, o meu salário, eu não tenho ele como exato, como Presidente da PETROBRAS, 100 mil reais, mais ou menos. Mensal.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A imprensa divulgou 700 mil.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, não, não, não. Só se for isso em vários meses. Não, não, não, não. O meu salário era de 100 mil reais.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - E como aposentada. Eu sou aposentada...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Como aposentada eu não recebo 100 mil reais. Eu recebo dez vezes menos isso. Divide por 10, é o que eu recebo. Não sei a diferença... A diferença é mínima do salário do Presidente para o salário do Diretor, por exemplo. O salário do Diretor é muito próximo ao salário do Gerente Executivo. TSE: 265 mil reais. É fato. Essas multas no TSE, o processo está em fase de recurso para o Supremo Tribunal Federal...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - ...e quem vai pagar sou eu mesma, do meu bolso. Eu espero não ter que pagar, porque é uma campanha aprovada pelo Presidente da BR Distribuidora, uma campanha publicitária, que eu vi de primeira mão quando assistia à televisão. Então, nesses 265 mil está incluída também essa campanha de televisão, que eu vi em primeira mão junto com a Nação brasileira. E a mesma coisa na nossa campanha de PETROBRAS, que eu também vi, pela primeira vez... Porque a área de comunicação aprova os comerciais, em geral, sem passar pela Diretoria. Mas se eu não conseguir sair dessa, eu vou ter que fazer esse cheque de 265 mil. E farei. Planejamento do GASENE, Sete Brasil e tudo o mais. Bom, o GASENE, eu coloquei aqui para o senhor, para os senhores, que — a menos das propinas que foram confessadas pelo senhor ex-colega Barusco — eu tenho um imenso orgulho desse gasoduto. Um gasoduto é diferente de uma unidade fixa num mesmo *site*, não é? Você vai atravessando quilômetros e quilômetros. Então, existe uma série de moradores, existem rochas, travessias de rios. Custos, normalmente, ficam mais caros. Nós consideramos que o GASENE, dentro das



métricas internacionais, cumpriu adequadamente o seu papel. Inclusive o custo dele está dentro das métricas internacionais. O gasoduto, eu não sei se o senhor falou Urucu-Coari-Manaus, mas esse saiu, pelos números que eu tenho aqui, 56% acima do valor previsto, na média total. O valor total desse gasoduto, se não me engano, é 4... O senhor falou 4...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quatro.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - ... 4,5 bilhões de reais. E esse número é o número que eu tenho aqui. Então, esse valor inicial... Porque o gasoduto é não só a linha tronco, mas as estações de compressão, ele também teve um GLPDuto, que é tudo chamado Urucu-Coari-Manaus. Então, quando a gente compara esses números, a gente tem que ver direitinho o que é que nós estamos comparando. Ele teve mais 600 quilômetros de ramais para uma série de cidades do interior, aquelas cidades ribeirinhas e tal. Então, ele saiu num custo alto. Eu estive diversas vezes nas obras desse gasoduto. Assim, soluções de engenharia completamente diferentes foram adotadas. Eu não quero me estender em cima de um assunto que eu gosto muito para não aborrecer o senhor, mas uma hora que o senhor quiser conversar sobre esse gasoduto, será um prazer para mim também. Mas saiu muito mais caro. O Alcides, o Diretor José Alcides, me substituiu. Quando ele chegou à Diretoria de Gás e Energia, o GASENE já estava pronto, o Urucu-Coari-Manaus já estava pronto. Ele não teve a menor responsabilidade nas obras desse gasoduto. A responsabilidade dessas obras é da Engenharia, e a PETROBRAS tem o cliente, no caso o Gás e Energia, assinando junto com a Engenharia. A Engenharia vem com o orçamento e você paga, mas assina junto. Tem uma responsabilidade estatutária. Então, o Zé Alcides não tem nada a ver com isso. A questão da Bolívia, 450 milhões, o contrato que ele assinou foi aprovado pela Diretoria da PETROBRAS, e ele trouxe um resultado, um VPL, bastante positivo, porque nós temos um contrato de 31,08 milhões de metros cúbicos/dia para a linha tronco principal do Gasoduto Bolívia-Brasil. Mas esse gás adicional é para atender a térmica de Cuiabá, um gasoduto que, inclusive, não é da PETROBRAS. Então, nós tivemos de fazer um contrato adicional com a Bolívia para que ela trouxesse para nós mais gás para atender a essa térmica. E como o despacho termelétrico está muito alto, porque os reservatórios estão com um nível de água muito baixo, nós



pagamos esse adicional no preço do gás em menos de 18 meses. Então, deu um Valor Presente Líquido — VPL positivo. Mas o Alcides é um daqueles, eu digo, meus Diretores que eu indiquei para o Conselho. E é isso. Foi-me perguntado sobre demissão — não foi? — de diretor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Isso.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não demiti diretor porque eu não tenho o poder nem de demitir nem de contratar. No caso do Diretor Paulo Roberto Costa, foi o entendimento que houve entre o Ministro de Minas e Energia e a Presidenta Dilma. E o Zelada e o Duque, quando eu entrei — também não sei qual foi o entendimento —, eles saíram.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É ficaram duas questões...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já foi concluído o tempo de V.Exa. Nós daremos seguimento às inscrições. Temos ainda aqui mais de 30 Deputados inscritos. V.Exa. encaminha por escrito. Quando acabar a audiência pública, ela pode responder a V.Exa., garantindo a paridade do tempo de todos que estão inscritos.

Próximo inscrito, Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, eu vou voltar a tocar no assunto aqui com a Dra. Graça Foster. Eu continuo esperando que esse coração petroleiro dela volte a bater e que, até o final desta CPI, a gente consiga que a Dra. Graça nos ajude a resgatar a PETROBRAS, esse patrimônio nacional, e nos faça entender o que aconteceu lá.

Eu vou fazer perguntas, Dra. Graça, e vou deixar que a senhora me responda no final da inquirição. Que a senhora anote, por favor.

O Sr. Pedro Barusco, quando esteve aqui, nos disse que entendia o sistema de governança, de auditoria na PETROBRAS como extremamente eficiente e que os roubos, a pilhagem, que ocorreram na PETROBRAS não eram culpa do sistema de governança nem de auditoria, que eram culpa de pessoas. Eu não consigo dissociar isso. Eu gostaria de saber se a senhora concorda com o que disse Pedro Barusco aqui, seu ex-colega, de que o sistema de governança da PETROBRAS e de auditoria é eficiente.



Outra pergunta, Dra. Graça, é se a senhora conhece a empresa Salvaterra e, se conhece, se ela tem contratos com a PETROBRAS. Se ela tem esses contratos com a PETROBRAS, de quem era a responsabilidade por esses contratos? E qual foi a modalidade de contratação dessa empresa pela PETROBRAS?

Uma pergunta que já foi feita aqui, mas que eu gostaria que a senhora fosse mais concisa na resposta. Qual a sua participação na aquisição da refinaria de Pasadena? A quem a senhora reputa — a senhora já disse aqui, de maneira muito corajosa, que foi um mal negócio para a PETROBRAS e para o Brasil — a responsabilidade por esse péssimo negócio feito pela PETROBRAS na aquisição dessa refinaria? Ao Conselho de Administração, ou a quem mais a senhora reputa essa responsabilidade?

A senhora, com profundo conhecimento da PETROBRAS — nasceu praticamente e foi criada na PETROBRAS, entrou como estagiária e saiu como Presidente, isso é realmente digno de mérito, só uma pessoa com muito mérito pessoal e profissional tem a trajetória que a senhora teve —, nunca ouviu falar sobre sinal exterior de riqueza mostrado por certos funcionários da PETROBRAS — o Sr. Pedro Barusco é um deles — que mostravam uma riqueza excessiva comparada aos seus vencimentos como funcionários da empresa? Isso foi apurado dentro da PETROBRAS, era de conhecimento de todos que o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Renato Duque e o Sr. Pedro Paulo tinham uma vida muito acima das suas possibilidades como funcionários da PETROBRAS. A senhora, como funcionária de carreira, conhecendo profundamente esses seus ex-colegas, nunca percebeu que alguma coisa ali não estava em consonância entre os rendimentos percebidos por esses funcionários e os sinais de riqueza que eles transmitiam a todos os funcionários? A senhora nunca sentiu uma dicotomia, uma diferença, entre esses valores?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Concluindo já.

A senhora, em 2014, Dra. Graça Foster, transferiu patrimônios — dois apartamentos, um no Rio Comprido e outro em Búzios, e uma casa, na Ilha do Governador — aos seus filhos. Eu gostaria de saber o que levou a senhora a fazer essa transferência. A senhora me parece ser uma pessoa que goza de plena saúde, muito ativa ainda.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu gostaria de saber o que levou a senhora a fazer a transferência desse patrimônio pessoal da senhora aos seus filhos nesse momento de 2014.

Era só isso, Presidente.

Obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, eu acho que em governança, quando você acha que está bom, está muito ruim. Então, quando eu disse aqui que a PETROBRAS merecia uma Presidente mais eficiente que eu em gestão, eu não estou fazendo demagogia. Então, eu não acredito na governança perfeita. Nós temos um sistema interno que não detectou as ações externas à companhia. Os auditores independentes, KPMG antes da Price, também não; a nossa auditoria também não; a nossa ouvidoria também não. Mas, mesmo assim, eu acho que a governança precisava ser melhor. E tanto foi que nós criamos, enquanto eu estava Presidente da PETROBRAS, em menos de 50 dias, aí aprovada pela Diretoria e pelo Conselho, uma Diretoria de Governança, Risco e Compliance, para nos assegurar que aquelas pautas não aparentam cartel, que aquelas pautas têm referências internacionais e nacionais de preço, que o projeto básico está maduro o suficiente, uma série de elementos. Então, eu acredito na melhoria da gestão sempre. Então, eu concordo perfeitamente que a PETROBRAS merecia alguém muito melhor do que eu na gestão, mas deixei lá um embrião para isso, que foi a Diretoria de Governança e Compliance com um diretor, o primeiro diretor independente, não indicado pelo controlador. É um diretor de mercado. De uma lista, nós contratamos um *headhunter*, veio esse diretor, vários candidatos, que foi escolhido. Então, eu acho que nós fizemos um trabalho interessante e que vai dar bons frutos para a PETROBRAS no que se refere à melhoria da gestão. Salvaterra. A área de gás e energia contratou essa empresa, a Salvaterra, algumas vezes. Eu me lembrei disso. Esse nome apareceu para mim logo depois que nós tivemos essa questão da geóloga Venina. Aí apareceu esse nome Salvaterra. Eu procurei saber no Gás e Energia. Uma empresa com uma *performance* muito boa, contratada várias vezes na PETROBRAS, em várias áreas. Participação em Pasadena: a minha participação em Pasadena.



**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Só 1 minuto, Presidente. Com licença.

Dra. Graça, eu perguntei se a senhora conhecia a empresa e conhecia a modalidade de contratação dessa empresa e quem foi o responsável.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Porque essa empresa pertence à Sra. Venina, uma ex-funcionária.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - A minha preocupação é justamente essa. A Venina tinha um marido que tinha uma empresa que trabalhava na PETROBRAS. A senhora também tinha um marido que tinha uma empresa que trabalhava na PETROBRAS. Era um hábito dos funcionários da PETROBRAS terem parentes trabalhando na PETROBRAS com empresas vinculadas a esses parentes?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu acabei de... e falo de novo sobre a C.Foster, que fez pequenos serviços, prestados a PETROBRAS, em áreas em que eu não atuava. Dentro dos nossos princípios, do decreto que veio e das circulares internas de nepotismo, não se caracterizava nepotismo, porque não estava na mesma linha hierárquica. E Salvaterra, nunca soube que essa empresa fosse da Venina. Eu acho que foi do marido dela durante um tempo, e eu não sei se a Venina, na área que ela atuava, ela contratou essa empresa. Eu não sei disso. Mas eu sei que a área de Gás e Energia contratou essa empresa. Participação em Pasadena. Eu tive uma participação em Pasadena bem no final do processo, foi quando a refinaria já tinha sido comprada, os 50%, os 100%, veio o laudo arbitral, e a Diretoria da PETROBRAS entendeu que nós deveríamos recorrer, a menos que a Astra abrisse mão de todas as outras ações em paralelo que ela tinha. Então, a minha participação como Diretora foi no final do processo, e não na aquisição. Dizer em 2014 que Pasadena é um negócio ruim em 2015 é fácil, porque a gente tem todos os dados da economia no Brasil, nos Estados Unidos. A questão de Pasadena lá atrás, naquele momento, lá atrás, de se fazer uma *revamp* e de tudo mais, pareceu ser um negócio positivo. Com relação ao Conselho de Administração da PETROBRAS, que aprovou essa refinaria, ele não teve todos os elementos para aprovar ou reprovar a refinaria. Então, faltaram elementos. Essa foi uma das



conclusões da comissão interna de apuração. Com relação à riqueza ou não dos outros dirigentes da companhia, o meu convívio com eles, fora daquela quinta-feira, naquela sala de reuniões, era mínimo. Eu não ia à casa deles, eles não vinham à minha casa, o carro que eu conhecia que eles tinham é o motorista que leva para um lado e para o outro. Então, eu nunca tive convívio social com essas pessoas. Aliás, isso é muito comum na Diretoria da PETROBRAS, em especial na Diretoria passada. Então, eu não sabia da riqueza dessas pessoas. Com relação às transferências de bens que eu fiz para os meus dois filhos, eu transferi uma casa na Ilha do Governador, que eu construí durante 25 anos. Eu transferi essa casa para os meus dois filhos e comecei esse processo bem no início do ano de 2012. Um apartamento no Rio Comprido, na Zona Norte do Rio de Janeiro, também transferi para a minha filha mais velha, onde mora o pai dela, e um apartamento em Búzios que está ainda em processo. Por que foi feito isso? Eu tenho um apartamento em que eu moro, em Copacabana, e quis que meus filhos tivessem já dividido aquilo que eles queriam ter. Um queria ficar em Búzios, o outro queria dividir a casa na Ilha, porque pensava em casar. Então, a minha casa na Ilha, foram 25 anos de construção dessa casa, toda a minha vida. Comecei construindo no Centro de Pesquisas da PETROBRAS e terminei de construir essa casa fazendo obra. Construía e quebrava, construía e quebrava. Então foi uma obra de arte mesmo, uma casa bastante simples, que eu tenho muito carinho por ela, e ela pertence aos meus dois filhos. E eu disse também que não demiti diretor nenhum, porque não tenho esse poder. Eles saíram quando eu cheguei. Não sei como foi o entendimento que houve. Há uma advogada da PETROBRAS que está aqui me acompanhando, a Dra. Elisabeth, e ela pede para avisar que Salvaterra era do marido da Venina, e os contratos eram dentro do Abastecimento. Eu achava que eu tinha contratado eles também no Gás e Energia. Então, talvez eu tenha cometido um engano aqui, mas eu creio que o Gás e Energia também contratou. Eu creio.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Na verdade são três contratos da Salvaterra, inclusive um na sua área.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Então, eu acho que sim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Jorge Solla, antes dando a palavra ao Deputado Marcos Rogério, pela Liderança do PDT.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Graça Foster, ex-Presidente da PETROBRAS, faço uso da palavra neste momento para ressaltar os trabalhos desta CPI, que tem aqui dois membros do PDT participando, o Deputado Félix Mendonça e o Deputado Weverton Rocha, e para fazer também algumas observações. Não bastassem as denúncias envolvendo as Diretorias da PETROBRAS, não bastassem as confissões de ex-Diretores que roubaram a empresa, de operadores, de doleiros — digo de ex-Diretores que fizeram porque houve, de alguma parte, confissões —, não bastasse a exposição negativa da empresa no Brasil e fora dele, não bastasse a desvalorização da empresa e os consequentes prejuízos, principalmente para os acionistas da PETROBRAS e para os brasileiros, porque é uma estatal, a Sra. Graça vem aqui e afirma que uma ata do Conselho de Administração da PETROBRAS — que reconhecia os bons feitos, os bons préstimos do Sr. Paulo Roberto Costa — é falsa, ou não é oficial, ou não é oficial.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - O Governo publicou um documento falso? Quem fez ou mandou fazer essa ata? V.Exa. não é obrigada a responder perguntas deste Parlamentar que faz considerações pela Liderança.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Presidente, os Líderes não podem perguntar. Isso já ficou pactuado aqui. Por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - V.Exa. não precisa informar o que eu mesmo estou informando. V.Exa., quando estiver presidindo, faça o comando da sessão.

Sr. Presidente, eu faço essas ponderações apenas porque a nobre convidada agora há pouco fez menção de que aquela ata não partiu oficialmente. Eu estava aqui no momento em que a senhora estava falando.

Então, foi publicado um documento falso? Se foi, com todo o respeito, isso mostra a fragilidade ou o grau de insegurança da empresa. E, aí, a minha pergunta. A senhora não é obrigada a responder, repito. Essa circunstância, ou essa situação,



perdura. Qual é o grau de confiança que nós temos de que aquilo que sai de uma reunião do Conselho de Administração e aquilo que é publicado confere com a verdade, confere com aquilo que foi decidido no âmbito de uma reunião do Conselho de Administração?

Eu penso que isso é importante e digo a V.Sa. que não conheço V.Sa. pessoalmente. Apenas, como a senhora disse agora há pouco com relação a um outro personagem, pela televisão, conheço das CPIs e também na mídia. V.Sa. me parece uma pessoa proba. V.Sa., nas ocasiões em que esteve prestando esclarecimentos às CPIs — a esta agora e à CPMI, da qual participei também —, sempre me pareceu uma pessoa proba, uma pessoa séria, mas, infelizmente, a PETROBRAS foi alvo de circunstâncias desastrosas. E, aí, não é a Lava-Jato que está colocando a PETROBRAS para baixo. São aqueles que fraudaram a PETROBRAS que fizeram isso.

Então, eu cumprimento V.Sa. por vir mais uma vez a esta CPI, mas gostaria que fosse esclarecido, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Para encerrar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Encerro dizendo que gostaria que fosse esclarecido, embora V.Sa. não seja obrigada a responder a indagação que faço, com relação a essa ata oficiosa ou oficial, quem fez e por que publicaram.

Obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu gostaria de... Posso, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode ficar à vontade. Se ela quiser fazer algum comentário, ela tem o direito à palavra.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu gostaria de falar, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Se não, também tem o direito a não responder.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Mas, Presidente, eu posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Se V.Exa. assim desejar...



**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu quero saber quantos advogados ela tem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra a Dra. Graça Foster. Por favor, Deputado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu gostaria de responder, Deputado Marcos Rogério, eu vou falar por mim, uma ex-Presidente da PETROBRAS e uma ex-Conselheira — eu, como Presidente da PETROBRAS, era Conselheira. O atual Presidente, o atual Conselheiro ou outros Conselheiros e outros Presidentes podem discordar de mim de qualquer forma. Não é condizente a própria fala do ex-Diretor de Abastecimento, Paulo Roberto, e o que está escrito no texto dessa ata. Essa ata é uma ata oficial que eu assinei porque eu era Conselheira. Então, eu, Maria das Graças, estou dizendo que, na minha opinião, ao sair um diretor, não há razão para elogios. É só isso que eu tenho a colocar. Ou seja, ela é oficial, mas ela não é própria, digamos assim. Então, quando eu saí, agora, não tem elogios a minha pessoa, não tem elogios à pessoa dos nossos Diretores. Essa é uma coisa que eu queria deixar. E uma outra, que é muito importante para mim, mas muito importante, é o meu reconhecimento, mais uma vez aqui, do bem que a Operação Lava-Jato está fazendo à PETROBRAS — o bem. Mas é um bem. Nós trabalhamos no Jurídico da PETROBRAS. O Jurídico da PETROBRAS trabalha dedicadamente. Quando eu era Presidente da PETROBRAS — recentemente deixei de ser —, nós colocamos uma equipe inteira dedicada à Operação Lava-Jato. É chegar à portaria... Eu recebi pela primeira vez a Polícia Federal, dentro da PETROBRAS, numa sexta-feira de reunião. Nunca tinha acontecido na vida a entrada da Polícia Federal na PETROBRAS. E é lógico que eu fiquei bastante tensa. Eu os levei para a sala de reunião, a minha sala de reunião, conversamos, e disse para eles que tudo do que eles precisassem, todos os documentos, tudo o que eles quisessem nós íamos trazer. Eles olharam tudo. E a partir daquele momento foi criado um procedimento para que a tudo do que eles precisassem nós atendêssemos a tempo e a hora. Eles entram no prédio na hora em que eles querem, na hora que eles precisam entrar. Então eu tenho certeza de que serei criticada pelo que falo, mas reconheço que a Operação Lava-Jato faz um bem à PETROBRAS, sim. Apesar de todo esse transtorno, de todo esse



constrangimento... O único responsável somos nós, não é a polícia. Nós somos os responsáveis.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno e, em seguida, o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

O Líder tem preferência, Deputado, depois V.Exa. fala.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Vice-Presidentes, senhora convidada mais uma vez a estar aqui na Câmara, no Senado, dispondo-se a falar à CPI da PETROBRAS.

E a sua última frase é uma frase que soa bem aos ouvidos daqueles que querem ver um país decente, uma empresa decente, orgulho do povo brasileiro. Tenho certeza de que a senhora também tem orgulho de ser brasileira e tem orgulho de que a PETROBRAS seja uma empresa decente.

Quando a senhora fala da Operação Lava-Jato, que esta é uma operação do bem, que é algo do bem que está acontecendo, a senhora contradiz a nota oficial do PT, o Partido dos Trabalhadores, que desancou publicamente o Juiz Sérgio Moro — publicamente, em nota oficial. Quando a Operação Lava-Jato estava andando, desancou publicamente. Agrediu o Ministério Público, a Justiça Federal. Enfim, esse é o papel de tentar desqualificar alguém que está fazendo o bem, nas suas palavras, que eu avalizo, que eu também digo que está fazendo o bem.

O que nós estamos aqui discutindo é que os prejuízos causados são tão graves, tão profundos, que vai levar muito tempo, muitos anos para se recuperar esse período em que a PETROBRAS foi assaltada por uma organização criminosa, das indicações políticas, cujas indicações políticas... Imagine que a Lei Anticorrupção que nós temos, de 2013, regulamentada, agora, nesta semana, com a crise que aconteceu, 19 meses depois, foi regulamentada pela Presidente Dilma.

Nesse período, o que aconteceu? Da maior gravidade. E, no seu regulamento, ela simplesmente revoga a Lei Anticorrupção. Da primeira empresa para o acordo de leniência — agora é um cartel, é um cala-boca, para os empreiteiros não falarem o que têm que falar na delação premiada à Justiça Federal.



E o segundo ponto é que agora a autoridade pública é que vai comandar o inquérito. Eu imagino o José Sergio Gabrielli, petista de carteirinha, imagino ele presidindo o inquérito contra Vaccari, contra Nestor Cerveró, contra Renato Duque. Imagino o que seria. É colocar alguém para cuidar daquilo de que não deveria nunca cuidar, nem estar próximo, até porque não tem isenção para isso.

Eu estou fazendo esse comentário porque, ao publicar esse decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção, mostra claramente — depois de 19 meses, em plena crise — que é para dar uma forma e um cala-boca àqueles que estão presos. Os grandes empreiteiros presos estão lá fazendo delação premiada. Quer dizer, é para intimidar aqueles que estão depondo na Justiça e ajudando a fazer o bem, como a senhora disse. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Juiz Sérgio Moro, o Ministro Teori Zavascki, cumprindo com seu papel, todos eles.

Eu imagino se fosse o Ministro de Minas e Energia, o Ministro Edison Lobão, presidindo o inquérito. Ele agora é um indicado no processo, está sendo investigado.

Eu estou só colocando isso, da importância das suas palavras,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - ... para que o País tenha realmente este caminho do bem, este caminho do bem de apuração, de ajudar. E o Parlamento ajudar, nós ajudarmos, a criar mecanismos legais para que isso nunca mais volte a acontecer na nossa PETROBRAS e em nenhum setor da vida pública brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla e, em seguida, o Deputado Augusto Coutinho.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Sr. Presidente.

É bom que contribuamos para a apuração. Inclusive, para essa finalidade, nós entramos com alguns requerimentos que eu espero que sejam aprovados, para que possamos ouvir não só a ex-Presidente Graça Foster, mas também o ex-Presidente Joel Rennó; para que possamos ouvir não só o Barusco, mas também possamos ouvir o Sebastião Henriques Vilarinho, que foi diretor de 1993 a 1999; Antônio Carlos Agostini, que foi diretor também, no mesmo período; José Coutinho Barbosa — esse é muito famoso nos bastidores da mídia inclusive —, que foi Presidente no período de 1999 a...; e o Germán Efromovich, que foi proprietário ou é proprietário da Marítima.



Porque a Marítima participou de um caso escandaloso na história da PETROBRAS. Escandaloso. Não vou nem detalhar aqui como uma empresa que não tinha um patrimônio de 1 milhão de dólares, não tinha nenhuma experiência, foi contratada por contratos superiores a 2 bilhões de dólares e começou a crescer depois que Antônio Carlos Agostini assumiu a Superintendência de Engenharia da PETROBRAS. E com concorrências que o Sr. Joel Rennó assinou, contratos muito esquisitos.

Mas vamos apurar não só o período da Presidente Graça Foster, vamos apurar o período de Joel Rennó. Se quer apurar, se quer combater a corrupção, vamos apurar.

E ficou muito claro aqui, pelo depoimento da Sra. Graça Foster, que a versão do Barusco é completamente inverossímil, porque ele não tinha posição na empresa para fazer o que ele disse que pôde fazer sozinho.

Eu pergunto, primeiro, se dentro da empresa circulavam essas informações. Inclusive como, dentro da empresa, circulavam as informações do contrato da Marítima. E se eram as informações que, na mídia, na época, foram denunciadas. Mas era a época — todo mundo aqui sabe também — do Governo FHC, quando a Procuradoria-Geral da República era a “Engavetadora-Geral da República”, quando a Polícia Federal era proibida de apurar situações dessa natureza, quando o Ministério Público era amordaçado.

Agora lhe pergunto: a PETROBRAS, internamente, também foi proibida de ter qualquer apuração, com tantas denúncias que aconteceram naquele período?

E mais: ontem a Justiça Federal decretou uma nova prisão preventiva contra o lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. Não vou chamar de “baiano” porque não merece essa alcunha, até porque não é baiano. É Fernando Soares. O Fernando Soares foi preso porque ficou bem patente uma obstrução da CPI da PETROBRAS, em 2008, 2009 e 2010. E o Youssef, na sua delação, registrou 10 milhões de reais pagos a Sérgio Guerra e a Ciro Nogueira, para que a questão fosse resolvida.

Não é importante que se ouça aqui o Fernando Soares? Por que o Fernando Soares não pode vir aqui ser ouvido? O que estão escondendo?



A matéria de terça-feira do repórter Aguirre Talento, da *Folha de S.Paulo*, diz que membros desta Comissão... Não sou eu que estou dizendo, não, Sr. Presidente. O repórter Aguirre Talento, da *Folha de S.Paulo*, disse, na terça-feira...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Vou concluir.

Disse que membros desta Comissão estão blindando Fernando Baiano.

Como é que uma Comissão como esta pode se propor a investigar com seriedade e isenção deixando de fora, deixando de ouvir, deixando de trazer aqui uma pessoa como Fernando Soares, com o que já foi apurado em relação ao envolvimento dele? Ele é acusado pelo Ministério Público Federal de ser operador do PMDB no esquema da Lava-Jato. E não pode ser blindado.

E mais:...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Concluindo: o policial Jayme Oliveira, o Careca, não vai ser chamado? O consultor Júlio Camargo, que admitiu publicamente a propina, na delação premiada, não vai ser chamado por esta CPI? Por que nós estamos deixando de chamar alguns?

E para concluir uma pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Só uma pergunta, para concluir: queria saber se a senhora conhece o Fernando Soares; se sabe de reuniões de que ele tenha participado; se conhecia alguma denúncia em relação ao envolvimento dele e se sabe de algum indício a mais, do que foi alegado, de que ele foi operador do PMDB na Lava-Jato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Só para esclarecer a fala do Deputado que me antecedeu, o Relator aprovou requerimento ou ele colocou no plano de trabalho dele ouvir o Fernando Baiano?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, pela ordem também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O plano de trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Um minuto, Deputado Lelo. Deixe o Relator fazer...

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Só para concluir a minha questão de ordem...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O plano de trabalho é de conhecimento público e está disponível em todos os *sites* da Câmara. E V.Exas. acabaram de receber.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o PSOL colocou em destaque na última reunião.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, ele não respondeu à minha pergunta. Eu não conheço o seu plano de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Objetivamente, a resposta é "não".

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - É "não"?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Exatamente.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Está respondido ao PT, então.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - O PT responde ao PT, o PT responde ao PT.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Relator, há requerimento?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, o PT apresentou requerimento para o depoimento do Sr. Fernando Baiano.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Qual é o medo que vocês têm de ouvir o Fernando Soares aqui?

**(Não identificado)** - Chama o homem! O Relator é de vocês!

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Está com medo por quê?



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Já deveria ter sido chamado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Não sei porque vocês estão com medo de ouvir o Fernando Soares!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Jorge Solla.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Nós vamos pedir urgência para a votação... O PT vai pedir urgência para a votação do requerimento que apresentou, para a oitiva de Fernando Soares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Jorge Solla.

Para uma questão de ordem, Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Está com medo por quê? Chamem o Joel Rennó! Qual é o medo de trazer o Presidente da PETROBRAS da época do Fernando Henrique para cá? Por quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Jorge Solla.

Volto a palavra ao Relator Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Peça à turma ali que se acalme.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu acho que eu sempre estive calmo aqui. Isso não é problema comigo. *(Risos.)*

Quando o plano de trabalho foi apresentado, nós tínhamos algo em torno de 220 requerimentos apresentados. Hoje já se totalizam 538, no último momento em que eu verifiquei. Evidentemente, dobrou o número de requerimentos. Então também não era possível que no plano de trabalho pudessem ser apresentados todos os requerimentos. Apresentei aqueles que achava importantes para o início dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Feitos os esclarecimentos, com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, só para deixar claro, nós somos cinco Deputados do PMDB aqui nesta CPI. Ao citar o PMDB da forma como citou, o Deputado está fazendo uma alusão a algo que não existe e que não existiu. Esses Deputados que aqui estão não têm compromisso de fazer cobertura de ninguém.

Todos aqueles que foram citados, todos aqueles que estejam citados, se foram presos, se fizeram delação premiada, têm que ser chamados para cá. Na



alusão que é feita, só seria possível — só seria possível — se eventualmente um requerimento convocando o Sr. Fernando a esta CPI, no momento das decisões que foram feitas junto com os Sub-Relatores, às quais eu também estava presente — eu, o Deputado Darcísio Perondi e o Deputado Celso Pansera —, tivesse sido lá dentro evitado que fosse debatido, evitado que fosse extraído ou eventualmente se viesse aqui e tivesse uma articulação para impedir que fosse aprovado.

Então eu quero fazer esse registro.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas aconteceu, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Da mesma forma que algumas leviandades são ditas e estão acontecendo, outras leviandades também não podem acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado.

Volto a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ao abrir aqui os trabalhos, eu disse que não estava aqui nem para perseguir nem para proteger ninguém. Então, não procede que esteja materializado aqui nenhum acordo para proteger quem quer que seja nem poder perseguir quem quer que seja.

E todos os requerimentos...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Relator Luiz Sérgio, a palavra está com o Relator Luiz Sérgio.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - A palavra está com o Relator Luiz Sérgio.

*(Tumulto no plenário.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir, Deputado Delegado Waldir, Deputado Delegado Waldir.

Com a palavra o Relator Luiz Sérgio.

*(Tumulto no plenário.)*



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Solla e Deputado Waldir, façam o favor!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir, Deputado Delegado Waldir!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Deputado Jorge Solla também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Jorge Solla, por obséquio. Deputado Delegado Waldir, por obséquio. Vamos colocar ordem na Casa. A palavra está com o Deputado Luiz Sérgio. Vamos respeitar a palavra do Relator.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Quero pedir desculpas a V.Exa., Sr. Presidente. A V.Exa. eu peço desculpas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Tudo bem.

A palavra está com o Relator, que está esclarecendo a questão de ordem que foi colocada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu acredito que uma sessão que começou às 9h30min, e já são 15h30min... Quer dizer, o excesso de horas sem almoço eu acho que vai esgotando um pouco, mas o importante é que possamos nos acalmar e dar continuidade. Há vários Parlamentares inscritos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Deputado Luiz Sérgio, aqui ninguém vai ganhar no grito. Temos que respeitar os parceiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Delegado Waldir, vamos seguir a ordem dos trabalhos...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - E ninguém é obrigado a ouvir desaforo aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos seguir a ordem dos trabalhos, vamos ouvir agora o Deputado Augusto Coutinho. Vamos dar seguimento aos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Muito bem, Sr. Presidente.



Dra. Graça Foster, consta que o nome de V.Sa. não tem sido envolvido até o momento nas delações premiadas colhidas pelo Ministério Público e pela Justiça Federal.

Há 15 dias mais ou menos, o ex-Presidente Sérgio Gabrielli esteve aqui nesta CPI e, cinicamente, afirmou que não houve corrupção sistêmica na PETROBRAS. Ele afirmou aqui. Nós pudemos ouvir. O Presidente Sérgio Gabrielli, seu companheiro de partido.

E aí eu pergunto, Presidente: na sua visão, houve corrupção na PETROBRAS? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: a senhora nunca ouviu nem recebeu nenhuma denúncia, como Presidente nem como diretora da empresa, de que as empresas de construção faziam cartéis para aumentar os preços nas concorrências públicas da PETROBRAS?

A outra pergunta: a senhora nunca recebeu também denúncias, nem como Presidente nem como Diretora que foi, de que seus diretores recebiam propinas e que operavam a distribuição de recursos para partidos políticos da base do Governo ao qual a senhora servia? É outra pergunta.

No meio disso — aqui inclusive já foi falado —, a Sra. Venina Veloso veio e falou com a senhora. E, numa entrevista à Rede Globo, ela disse inclusive que tinha intimidade com a senhora, que entregou documentos e que queria inclusive, olhando nos seus olhos, dizer à senhora o que estava acontecendo, que ela percebia acontecer na PETROBRAS. E a senhora, como uma mulher de uma vida, como tem demonstrado, na PETROBRAS — e, como disse no começo, até então nada a questionar ou nada há de indícios do seu envolvimento nessa roubalheira toda —, eu pergunto, nunca teve a curiosidade ou a intenção ou a perspicácia de ir atrás do que estava havendo? Porque é um escândalo que nunca se viu, de roubalheira. Numa operação que a Polícia Federal fez para verificar lavagem de dinheiro, encontrou um dos maiores escândalos do planeta de que se tem conhecimento. E V.Sa. era Presidente dessa empresa, da PETROBRAS. Essa é uma questão.

Outra questão sobre a qual eu queria fazer uma pergunta é esta: existem denúncias — eu sou de Pernambuco — de que inclusive a obra de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima foi executada em um momento inoportuno, em virtude das



chuvas, e que, por isso, a PETROBRAS obteve um enorme prejuízo, por causa do tempo, do momento inoportuno em que foi executada. V.Sa. tinha conhecimento disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO** - Sr. Presidente, queria dizer apenas o seguinte: quero concordar com a senhora que, diante de tudo isso, aqui reconhecendo — e não imputando à senhora — a sua seriedade como gestora pública, é lamentável que a senhora, gerindo essa empresa — e aí quero concordar com o que a senhora disse... Realmente, a PETROBRAS merecia uma gestora melhor, porque precisava ter sido identificado o que estava acontecendo na PETROBRAS. E a senhora, parece-me, não identificou.

Era só isso.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, Deputado, com relação à corrupção, se ela é sistêmica ou ela era institucionalizada na PETROBRAS, eu concordo com o ex-Presidente Gabrielli: a partir do momento em que eu não sabia, como Diretora e como Presidente, e passei a ter as informações depois da Operação Lava-Jato, eu não posso caracterizar a corrupção como sistêmica e institucionalizada. Então esse é o princípio. A Operação Lava-Jato veio, nós fizemos uma série de comissões internas de apuração. Nós, através dessas comissões internas de apuração, identificamos algumas práticas que apontavam para a formação de cartel — e a PETROBRAS não tem os elementos que a Polícia tem, que o CADE tem, para confirmar tudo isso — e o que nós fizemos a favor da companhia foi criar uma investigação interna — a PETROBRAS —, que está em curso. Essa investigação interna vai levar de 1 ano a 2 anos para que seja completamente concluída. Com dois escritórios independentes: um americano e um brasileiro. E essa investigação está em curso na PETROBRAS. Além disso...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - O nome dos escritórios? TRW e Gibson. Gibson é americano, e TRW eu acho que é o nome em português, mas eu... É do escritório em português. Eu confirmo esses nomes. Mas é uma investigação ampla dentro da PETROBRAS. Todos os computadores são investigados, são copiados. Isso aí de forma ampla e irrestrita dentro da companhia.



Então veio a Lava-Jato, vieram as comissões internas de apuração. A comissão interna foi uma exigência do Comitê de Auditoria, da auditoria contratada que nós temos, a Price. E nós fizemos esse trabalho. E, a partir daí, nós teremos novas informações, para colaborar com a Polícia Federal, com os órgãos de controle. Eu não caracterizo, não considero essa corrupção de forma sistêmica dentro da companhia, uma vez que eu, de fato, não sabia, até a hora da Operação Lava-Jato. Concordo com o senhor que a PETROBRAS merece um gestor melhor do que eu, que pudesse ter identificado essas práticas, mas também gostaria de deixar bem claro, por conta dos diretores que estavam comigo: de 2012 até a presente data, até o dia 6 de fevereiro, quando todos nós pedimos demissão da companhia, nós éramos uma outra diretoria. E esses diretores que trabalharam junto comigo até então... Não há nenhuma denúncia em relação a eles. Nós entendemos, entendíamos que aquele era o momento de nós sairmos. Nós criamos uma investigação interna, ampla, e a forma mais isenta, mais transparente para tudo acontecer era a de que nós saíssemos da direção da empresa. Então nós pedimos demissão e saímos da companhia, e foram colocados novos diretores, um novo presidente, que têm muito mais tempo para trabalhar para a companhia do que para ficar respondendo o tempo inteiro, justificando os atos dentro da companhia. Então há dois momentos, de duas diretorias: a nossa diretoria, a minha diretoria, os meus diretores pediram demissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Com a palavra o Deputado Leo de Brito. Em seguida, o Líder Bruno Araújo.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, queria saudar a nossa depoente, Graça Foster, e dizer da minha confiança na sua idoneidade e também na sua competência.

Eu quero falar primeiro, Sr. Presidente, sobre o que eu considero alguns equívocos que foram falados aqui pelo Líder do PPS. O primeiro deles sobre... Falar sobre indicações políticas. Todos os que estão envolvidos até agora na Operação Lava-Jato, principalmente os que eram da diretoria, eram funcionários de carreira. Então precisamos ter cuidado quanto a isso.

A outra questão é também um equívoco: dizer que o decreto da Presidenta Dilma sobre a Lei Anticorrupção determina que a autoridade máxima vai conduzir



inquérito. Não vamos confundir acordo de leniência, processo administrativo com inquérito; inquérito é autoridade policial. Há outro equívoco aqui.

E também vários falaram aqui sobre prejuízo. Eu acho que esse é um foco central da nossa investigação aqui. Porque se fala em roubalheira, em roubo, em assalto, em prejuízo, e, efetivamente, esta Comissão tem que ir a fundo nessa questão do prejuízo, que efetivamente aconteceu em relação à PETROBRAS.

Para historiar um pouco, a Lava-Jato começou em 2008. Então, nós já temos aí muito tempo, 7 anos, em que essa operação está em voga. Nós tivemos nesta Comissão quatro depoimentos — um ficou calado, que foi o Sr. Renato Duque. Nós temos a mídia investigando, nós temos o MPF, temos a Polícia Federal, temos a Justiça Federal, inclusive fazendo vazamentos seletivos — é a nossa crítica, do PT, em relação a isso —, e temos a Oposição investigando. E, até agora, até agora — vejam bem, senhores; e falaram muito sobre a questão das licitações —, até agora eu não vi — e eu gostaria que alguém me dissesse — qualquer funcionário da PETROBRAS que tenha sido indiciado, denunciado que fizesse parte de comissões de licitação dentro da PETROBRAS. Até agora não vi isso.

Se, no Município de Santa Rosa do Purus, uma Prefeitura, que tem relação com empresas, tiver um escândalo de corrupção relacionado a isso, certamente, certamente, alguém de comissão de licitação vai estar envolvido nisso.

Então, isso para mim é muito estranho, é algo que nós precisamos investigar a fundo. Neste sentido é que eu faço as minhas perguntas, exatamente para tentar dar um clareamento a essa situação.

Primeiro, conforme os depoimentos dos próprios acusados, as empresas definiam como e quais participariam das licitações e os preços a serem ofertados, estabelecendo previamente as vencedoras. O sistema de governança da PETROBRAS teria condição de detectar tais práticas? No processo licitatório.

O Sr. Pedro Barusco afirmou que não houve irregularidade nos contratos da PETROBRAS. A senhora considera que, no período em que esteve à frente da empresa, tenha acontecido superfaturamento em contratos da PETROBRAS com as empresas envolvidas? Se houve, quais foram as providências que foram tomadas?



Para finalizar, Sr. Presidente: a senhora considera que um diretor como o Sr. Pedro Barusco teria condições de influenciar nos processos de licitação dentro da empresa?

E, por fim, já tivemos depoimentos aqui aduzindo que eventuais propinas advinham de lucros de empresas, enquanto já foi aduzido que foi do prejuízo da PETROBRAS. Na sua opinião, como servidora de carreira e que ama a PETROBRAS, como já disse aqui, é ética na vida pública, é tida como uma servidora exemplar, a prática de cobrança de propina para diretores da empresa causou prejuízo efetivo à PETROBRAS? Se não, foi a quem? Foi às empresas?

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, os procedimentos internos da PETROBRAS não foram capazes de identificar as práticas cometidas dentro da PETROBRAS. E eu continuo achando que, por mais melhorias que nós possamos fazer, dificilmente práticas ainda melhores serão capazes de identificar o que se acerta num jantar, o que se acerta num almoço, o que se acerta não sei onde. Então, eu não posso, de fato, dizer que era uma corrupção sistêmica e institucionalizada. O que eu tenho lido é o que eu sei. O que eu tenho ouvido de depoimentos é que essas práticas eram intensas até o ano de 2012, e que depois disso esse suposto cartel se desfez. Então, o que eu posso dizer ao senhor é que eu não tenho nenhum indicador de que houvesse, de que tivesse havido essas práticas na gestão, na minha gestão como Presidente da PETROBRAS. Mas até 2012 eu era Diretora da PETROBRAS. E eu lá também não percebi tais práticas, porque os nossos mecanismos não eram capazes de detectar tudo isso. Então, eu não tenho nenhuma informação de que comissão de licitação tenha sido operada para dar resultado para um ou para outro. Eu acho também que — aí é o entendimento que eu tenho — as empresas pegarem suas margens e, com essa margem, pagarem propina, na próxima licitação que elas fizerem vão jogar esse pagamento no preço. Então, quem paga a conta é a PETROBRAS. Esse é um entendimento primário que eu tenho. É primário. Não sei. Acho que tudo isso está sendo pesquisado, tudo isso está sendo avaliado. Todas as investigações estão sendo feitas. Agora, eu não consigo entender alguém que paga propina com a sua própria margem. Eu não sei



disso. Para mim, quem perdeu, duplamente, tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista econômico, foi a PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Questão de ordem?

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Não. Estou pedindo a V.Exa. a consideração.

O meu nome foi citado como se eu tivesse dito inverdades aqui, e eu não disse inverdades. Eu gostaria de responder, com o direito que tenho à resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, eu sempre digo às pessoas que quem fala do que não sabe fala da própria ignorância. Quem fala do que não sabe fala da própria ignorância.

O decreto presidencial que regulamenta a Lei Anticorrupção diz lá, o decreto, que a autoridade pública, ou o Ministro ou o Diretor da PETROBRAS, vai abrir processo administrativo e vai presidir...

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - V.Exa. falou de inquérito, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Inquérito. Eu não disse "inquérito policial". Não venha com essa história. Eu não disse "inquérito policial". Eu disse "dentro da empresa"!

E quero que me garanta a palavra, Sr. Presidente.

Eu não falei sobre inquérito policial. Não venha colocar na minha boca o que eu não falei, o que eu não falei.

E mais: eu estou aqui com o texto do Dr. Modesto Carvalhosa, um dos autores da Lei das S/A, um dos mais respeitados do Brasil, com livros publicados. Baseado no seu parecer é que eu estou falando. Eu não estou inventando algo que não esteja naquilo que ele escreveu e que está no decreto de regulamentação da Lei Anticorrupção.

E mais, Sr. Presidente: a indicação política existe. Montou-se uma quadrilha, uma quadrilha, e essa quadrilha tomou conta da PETROBRAS — nas palavras dos diretores presos, na delação premiada. Indicada pelo PT, pelo PMDB e pelo PP. Com propinas e percentuais indicados para cada um, e os operadores de cada um.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Quero concluir dizendo que eu não vim aqui dizer inverdades, eu vim aqui dizer a verdade daquilo que está escrito no parecer do Dr. Modesto Carvalhosa, autor da Lei das S/A.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Líder Bruno Araújo. Em seguida, o Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO** - Senhores, boa tarde.

Dra. Graça Foster, quero começar pela última referência que V.Sa. fez sobre pagamento de propina: que quem paga é a PETROBRAS. De fato, nós temos que deixar mais claro. Quem paga essa propina são trabalhadores que aplicaram o FGTS na PETROBRAS, são os acionistas, é o homem mais simples abastecendo o seu carro em qualquer posto brasileiro. A PETROBRAS repassa, da mesma forma, um eventual prejuízo que teve a quem de fato paga essa conta, que é o consumidor brasileiro.

A carreira de V.Sa. é uma carreira exemplar, é uma carreira que mostra como este País é fantástico na possibilidade de permitir a mobilidade, como a empresa PETROBRAS é uma empresa que possibilita a carreira do seu corpo funcional, de estagiária a presidente da empresa. Mas é importante lembrar que V.Sa., se não me falha a memória — todos acompanharam pelo noticiário —, assumiu a empresa, no seu discurso de posse, fazendo claramente críticas à gestão anterior. Mudanças no modelo de procedimento... Agora, a história é fria. E a história vai resumir essa passagem, de uma brilhante funcionária que chega à presidência de sua casa, daqui a uns anos, contando esse episódio — e todos nós esperando que a PETROBRAS se revigore e volte a ser a empresa, um dia, que já chegou a ser —, a história vai guardar a fotografia de V.Sa. como sendo a Presidente que entregou a PETROBRAS sofrendo o maior prejuízo da sua história, que entregou a PETROBRAS tendo o patrimônio, orgulho da população brasileira, desde a campanha *O petróleo é nosso!* a temas de eleições presidenciais. E a fotografia que vai aparecer talvez seja menos a do Sr. Gabrielli, que seguramente tem muito mais responsabilidade em tudo o que vem acontecendo, mas fica a Presidência conduzida pela senhora como tendo a grande participação no período de redução de produção, do maior endividamento da empresa, de perda de lucro.



Eu deixo aqui para reflexão: nós vimos isso sobretudo nos momentos finais, quando havia indícios de que a senhora sinalizava a vontade de sair, com indícios de que a Presidente pedia que ficasse; em outro momento, a senhora, como fez agora há pouco, em um momento mais nobre, reconheceu que a Operação de Estado Lava-Jato é algo que faz bem à empresa, faz bem à empresa e faz bem ao País, mesmo com a discordância do Partido dos Trabalhadores. Mas, num desses mesmos momentos de reflexão sincera, há a reflexão que a senhora faz quando assume prejuízos de bilhões de reais para a PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO** - E nitidamente não agradou à Presidente da República.

A senhora perdeu a confiança na Presidente da República ou a Presidente da República perdeu a confiança na senhora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluiu, Deputado? (Pausa.) O.k.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Concluiu, Deputado? O.k.

Se a Dra. Graça Foster quiser se manifestar, fica a critério dela. Se não, vamos seguir com o Deputado Lelo Coimbra. Antes, porém, vamos ouvir a questão de ordem do Deputado Florence.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Por 1 minuto, rapidamente.

Quero registrar que o Líder do PT, e todos os membros, e a Deputada, que falaram pelo PT, têm registrado que a Operação Lava-Jato, que o Tribunal de Contas, que as investigações em curso têm o nosso apoio, diferentemente do que foi dito aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. O.k.

Dra. Graça, deseja se manifestar?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu gostaria de muito brevemente dizer que eu deixei a Presidência da PETROBRAS a favor da PETROBRAS — eu e os diretores que estavam comigo —, para que a investigação



que nós contratamos — e eu falei corretamente o nome dos escritórios: TRW e Gibson —, além do próprio trabalho da Operação Lava-Jato, fizessem o trabalho com uma outra equipe conduzindo a companhia, também funcionários de carreira, como os meus colegas anteriores, os meus colegas da diretoria. E, nobre Deputado, eu queria apenas fazer uma correção na fala do senhor: nós batemos todos os recordes de produção. A PETROBRAS, na minha gestão, bateu todos os recordes da companhia: produção de petróleo; produção de gás; entrega de gás; geração de energia elétrica; produção de fertilizantes, de refino. E uma empresa não se constrói nos meus 3 anos, ela se constrói ao longo dos seus 62 anos. Eu tenho quase a idade da PETROBRAS. Então, nós deixamos uma empresa melhor, em termos de resultado; uma empresa com uma dívida grande — a maior dívida de uma empresa em operação —, mas uma empresa com os ativos altamente produtivos. O maior valor de uma empresa está nos seus ativos, na sua capacidade operacional. Não falta uma gota de combustível em lugar nenhum deste País neste momento. Não falta luz porque não tem gás. Então, eu quero ser lembrada como uma profissional de carreira da companhia que fez o seu melhor, ainda que não tenha conseguido ser a melhor das gestoras, porque aconteceu o fato da descoberta da corrupção, e esse fato trouxe grandes prejuízos ao valor de mercado da PETROBRAS, certamente. Mas está tudo sendo apurado. E o Presidente Bendine tem todas as condições para, nos próximos meses, nos próximos 2 anos, 3 anos, ter uma PETROBRAS muito melhor do que a PETROBRAS que eu deixei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Lelo Coimbra. Em seguida, Deputada Maria do Rosário.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sra. Graça Foster, V.Sa. acumulou por quase 2 anos os cargos de Presidente e Diretora Internacional da PETROBRAS, tem uma trajetória profissional aqui bem comentada e saudada por todos.

Ao longo desse período, em especial na Presidência, se nós pegarmos o histórico do TCU e da AGU, ao longo desses últimos 10 anos, 12 anos, o volume de auditorias, o volume de questionamentos... O TCU inclusive tem 19 procedimentos questionando, no STF, o procedimento licitatório que a PETROBRAS faz. Esse procedimento inclusive foi questionado pela PETROBRAS, através de liminar, e o mérito dorme na relatoria há 10 anos, sendo por 7 anos nas mãos do Ministro Toffoli.



Sobre essas questões todas, quando nós conversamos com os membros do TCU, inclusive com o ex-Presidente José Jorge e outros membros, a informação que nos é trazida é de que em conversas com o Presidente, por parte desses segmentos, em conversas com autoridades de poder em Brasília, neste momento, em conversas na PETROBRAS, todos eles são useiros e vezeiros em dizer que todo mundo estava com isso no radar, e o TCU especialmente, com o seu radar de órgão controlador.

Como é que uma empresa que foi premiada, que tem o brilho que todos nós reconhecemos — e a informação meritocrática da premiação que foi recebida pela empresa, pela senhora em especial —, uma empresa que entra em mercados que são exigentes, como foi o caso do mercado americano, não tem um instrumento de *compliance* claro para poder se proteger? Como é que uma empresa com tanta coisa à sua volta parece ter um *shadow cabinet*? Tinha uma Presidência, uma Diretoria e um *shadow*, um gabinete sombra ao lado, operando. Eram duas empresas operando? Uma em sistema de vaso comunicante com a outra, sem que a empresa formal tivesse conhecimento?

A senhora vai responder, eu sei disso, que a senhora desconhece esse procedimento porque isso veio de fora para dentro. Mas como é compreensível a senhora, como executiva, compreender o queijo suíço que representa uma gestão, uma estrutura de poder de uma empresa com essa responsabilidade e com esse resultado?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Nós podemos dizer, então, ilustre Deputado, que existiam vários gabinetes, porque todas as auditorias da PETROBRAS, ao longo dos anos, as auditorias independentes, não captaram esse grave problema de corrupção dentro da companhia. As auditorias da Price, como eu disse, até o segundo trimestre desse ano, até o dia 8 de agosto, aprovaram o nosso balanço do primeiro trimestre, do segundo trimestre. Depois veio a Operação Lava-Jato, e aí nós tivemos que rever a nossa forma de apresentar esse balanço, que é o que o nosso Presidente está fazendo agora. A Price; antes da Price, a KPMG; antes da KPMG, a outra auditoria. Então, todos esses sistemas de controle não foram suficientes, não foram capazes de identificar a corrupção, na dimensão em que ela se deu dentro da companhia. Mas nós estamos imbuídos de recuperar essa



companhia. Isso é um dever. E estamos fazendo uma investigação interna, independente, como eu disse — e os escritórios, os nomes que eu dei, eu acabei de saber, estão corretos; TRW e Gibson, o americano. E eu tenho certeza de que nós vamos recuperar essa companhia. Na companhia... Eu garanto ao senhor que nesses últimos 3 anos existia uma só companhia. E eu tenho certeza de que, se o Gabrielli estivesse aqui, ele diria também que era uma só companhia, mas eu estou falando daquilo que cabe a mim. Nós passamos a ter reunião de Diretoria duas vezes por semana — segunda-feira e quinta-feira. Antigamente, antes da minha chegada como Presidente, apenas na quinta-feira. Nós estávamos permanentemente juntos. Fizemos vários movimentos concatenados e abrimos uma série de comissões internas de apuração, que certamente nos auxiliam e nos auxiliarão muito. Mas não fomos capazes de captar a corrupção na empresa. Não fomos capazes. Nem nós, nem a ouvidoria, nem a auditoria, nem as empresas contratadas para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário e, em seguida, a Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar V.Exa., o Relator, os colegas e, especialmente, Graça Foster.

Quero dizer que esse seu pronunciamento fortalece a admiração que tenho pela senhora, pelo trabalho realizado, pela gestora, pela mulher que se apresenta aqui como petroleira, por ser a primeira mulher a comandar uma petroleira no mundo — e uma grande empresa, que é a PETROBRAS —, mas também porque no seu depoimento a senhora estabeleceu aqui, com toda clareza e dedicação, tudo aquilo que foi necessário esclarecer e recebeu o respeito de colegas aqui de diferentes partidos.

Eu considero que isso é muito importante, porque a senhora declarou aqui que é mil vezes PETROBRAS, que tem esse profundo vínculo, que é de vida. E nós estamos aqui com o mesmo sentimento que a senhora: o sentimento de que a Operação Lava-Jato possa nos levar a algo melhor. Nós acreditamos no trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público Federal. Quando enfrentamos, enfrentamos aquelas situações que são apresentadas como, em exceções demonstradas,



vazamentos seletivos, e disso nós não gostamos. Nós sabemos que, dentro da Polícia Federal e da Operação Lava-Jato, também provavelmente não gostem.

O fato, minha querida Graça Foster, é que V.Sa. recebeu uma missão e, em três anos, bateu recordes de produção de óleo, gás, fertilizantes; a capacidade de refino cresceu, a empresa cresceu, e daqui a alguns dias a PETROBRAS vai receber novamente um grande prêmio internacional. Isso pertence à senhora, pertence ao Brasil, pertence à PETROBRAS.

Mas nós aqui temos que combater dois tipos: ora aproveitadores, ora ideólogos — aproveitadores ou ideólogos. Os ideólogos, nós temos que respeitar aqueles que têm posição contra o Estado, contra a atuação pública, contra a gestão do Estado que age sobre a economia induzindo o desenvolvimento, como o Presidente Lula e a Presidenta Dilma produziram, mas há também aproveitadores. Nós combatemos a corrupção, a bancada do PT inteira aqui; não temos pacto nenhum com corruptos, mas também combatemos aqueles que querem encerrar o regime de partilha, que querem retirar da PETROBRAS a capacidade de atuar.

E aí eu quero lhe fazer uma pergunta. Em 97, o então Deputado Aécio Neves falou que chegaria um dia em que a PETROBRAS deveria ser privatizada. V.Sa. acredita que chegou o dia de a PETROBRAS ser privatizada? O Líder Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, afirmou que a PETROBRAS não demonstra a capacidade de explorar a imensa reserva petrolífera que é o pré-sal. A senhora acredita que a PETROBRAS não tem capacidade de gerenciar e explorar a reserva petrolífera do pré-sal? Estes ideólogos, esses não são... Eu não os tenho como aproveitadores, porque eu respeito mesmo os meus adversários políticos, mas eles são ideólogos da privatização e nós não queremos que a corrupção seja usada como um discurso da antessala da privatização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Nós queremos um Estado ativo, porque sem o Estado no Brasil não há desenvolvimento para os brasileiros, e sem a PETROBRAS pública nós não teremos... E sem o regime de partilha — quero dizer que considero um avanço — nós teremos mais dificuldade.

Então a minha pergunta para a senhora é: qual seria o impacto para o País e para a PETROBRAS se aprovado, por exemplo, o projeto do PSDB, do Deputado



Jutahy, de revogação do regime de partilha? Qual seria o impacto para o domínio tecnológico nacional, para o conteúdo nacional, para o conjunto da indústria nacional e para o Brasil se hoje revogássemos totalmente, como o PSDB propõe, o regime de partilha, que é o biombo que eles utilizam hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Falam apenas no combate à corrupção, no qual nos associamos a vocês, querido Presidente Imbassahy, no combate à corrupção, mas nós não podemos estar associados na privatização da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, se o Senador Aécio aqui estivesse, ele faria uma correção dessa fala. Ela não citou o que ele disse recentemente — está gravado —, que é a reestatização da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.K. Está feito o esclarecimento.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Presidente, Presidente, eu cito... Apenas, Sr. Presidente, para citar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Está feito o esclarecimento. O.K.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - ... o diário oficial, o *Diário da Câmara dos Deputados*, de 19 de março de 1997, à disposição na página da Câmara, página 7.311, depoimento do então Deputado Aécio Neves, reiterado quando candidato a Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos ouvir, vamos ouvir a Dra. Graça Foster.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, o meu respeito à Maria do Rosário, nossa querida Deputada; o meu respeito ao Senador Aécio Neves. Privatizar a PETROBRAS e deixar os corruptos lá dentro, não faz sentido; manter a PETROBRAS uma estatal, com corruptos, também não faz sentido. Eu entendo que a PETROBRAS, eu entendo que a PETROBRAS ela deva continuar sendo uma empresa estatal para que a gente possa dizer, sim, que a gente leva a gasolina lá na cidade de Anamá pagando para levar a gasolina lá dentro, pagando para levar o *diesel* lá para a cidade, lá no interior do Amapá, seja aonde for, mas



também a gente cobra mais caro em São Paulo. Então, essa é a PETROBRAS que eu vejo: uma PETROBRAS estatal, competitiva, competitiva e competitiva. Competitiva sempre, com poder de fazer gestão dos seus negócios. Eu acho que o contrato de partilha é um contrato adequado por conta do volume de óleo que nós temos no pré-sal. Eu não tenho a menor dúvida. Talvez, para mim, do que eu possa falar com mais tranquilidade aqui é sobre a competência da PETROBRAS de fazer produzir o pré-sal, porque 738 mil barris por dia foi o recorde que nós batemos outro dia desses. E eu fiquei toda orgulhosa também, recentemente, semanas atrás, que nós fizemos 3 milhões e 77 mil barris de óleo equivalente de produção, Brasil, e noventa e tantos por cento, talvez eu esteja exagerando um pouquinho, vêm da PETROBRAS. Então, dá certo, sim. É preciso gerenciar, é preciso acertar a gestão da companhia. A PETROBRAS tem que poder fazer o seu trabalho competitivo. E, muito em breve, nós vamos devolver a PETROBRAS, uma PETROBRAS com mais resultado, porque os ativos da PETROBRAS são muito bons. Nós temos 13 refinarias, e agora mais duas; nós temos 15 mil quilômetros de gasodutos e oleodutos, cento e sessenta e tantas plataformas, navios, plantas. Quer dizer, são ativos muito ricos, e o Brasil e a PETROBRAS sabem operar muito bem. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Com a palavra, a Deputada Eliziane Gama. Em seguida, o Deputado Jhc.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Dra. Graça Foster, considerando o tempo, vou fazer três perguntas de forma mais específica.

Primeiramente, Dra. Graça, referente à Lei 8.666, ela faz a previsão de um instrumento, que é o *performance bond*, uma espécie de seguro-desempenho. Eu pergunto à senhora se o regulamento da PETROBRAS também prevê a aplicação desse dispositivo e, se prevê, se foram aplicados aí na COMPERJ, Abreu e Lima, refinarias Premium I e II, na Região Nordeste brasileira, Maranhão e Ceará; e também se foi utilizado nas empreiteiras, o clube das empreiteiras — que os meios de comunicação, inclusive, têm chamado “clube do bilhão”, formado por essas grandes empreiteiras: UTC, Odebrecht, Mendes Júnior, enfim.

A outra pergunta que eu faço à senhora é referente ao repasse do controle acionário da Triunfo pelo valor de 100 milhões de dólares, que foi avaliado por uma



consultoria, a ACAL Consultoria, em detrimento de três avaliações feitas por bancos reconhecidos, como o Bradesco, o Santander e o Pactual, sendo que nessas avaliações desses três bancos, os valores variavam entre 237 milhões e 422 milhões. E ainda por que a PETROBRAS aceitou esse pagamento apenas em ações preferenciais, que são as ações que acabam não dando direito a voto?

A outra pergunta, na perspectiva ainda das refinarias Premium I e Premium II, Dra. Graça, quero dizer a V.Sa. que, na Região Nordeste, a população não tem uma boa imagem da senhora exatamente porque foi durante sua gestão que nós tivemos a suspensão das refinarias. Pergunto à senhora por que a suspensão dessas refinarias, porque, inclusive, os projetos não foram protocolados na ANP, e qual a real motivação da suspensão dessas refinarias?

Por fim, quando a senhora entrou aqui, a senhora veio cortejada, inclusive, por vários Parlamentares do PT. Durante as exposições que são feitas, todos reconhecem a sua competência, a sua forma de gestão. A senhora, como única mulher petroleira, todos já destacaram isso, e importante na sua carreira, chegou, pelo que se percebe, por méritos, ao mesmo tempo nós temos acompanhado...

Eu queria, inclusive, neste parêntese, fazer um parêntese para que a senhora nos fizesse uma exposição muito melhor de como se dão as contratações e as demissões, porque em um dado momento a senhora falou que teve a indicação do Barusco como um dos técnicos para a Sete Brasil. Em outro momento, a senhora colocou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Eliziane.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Já vou finalizar, Presidente.

A senhora disse que não teria poderes nem de demitir e nem de admitir quando questionada acerca da saída de Renato Duque, Zelada e Paulo Roberto Costa, quando da sua posse na Presidência da PETROBRAS.

Eu pergunto à senhora, que diz uma frase que acho que é bem clara e que sairá desta audiência de hoje, quando fala que a Operação Lava-Jato faz bem à PETROBRAS, numa demonstração clara do seu empenho e da sua dedicação de combate à corrupção, mesmo dentro da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Eliziane Gama.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Finalizando, eu pergunto à senhora: a senhora vive um dilema entre os princípios éticos que a senhora tem, e coloca isso de uma forma muito clara, e as suas posições partidárias, diante da posição do PT, que está nesse emaranhado de corrupção que todos nós estamos acompanhando na PETROBRAS?

Obrigada, Presidente.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Deputada, eu tenho acompanhado a senhora em todas as oitivas que tivemos até então, e vejo a sua luta pelo Maranhão, e justa luta pelo Maranhão. O pessoal do Norte não gosta da Graça, porque na gestão da Graça... Eu trouxe aqui pra senhora, eu pedi para o pessoal da PETROBRAS passar pra mim, porque agora eu fico pedindo as informações, que demoram pra chegar e tal. Mas a gente, na Premium I, nós fizemos ali um investimento de 2 bilhões. E tem uma linha aqui de 347 milhões e depois uma de 846. Eu fiz voltar esse projeto da Premium I, principalmente da Premium I, algumas vezes aos Estados Unidos, à Mustang, junto com o Diretor da época, o Cosenza, para que otimizasse esse projeto, reduzisse o espaço que estava sendo ocupado — eu não sou uma profissional na área de refino —, mas para que a gente viabilizasse essa refinaria, que a gente fizesse... E não dava resultado, não dava, e volta o projeto, e gasta mais dinheiro, e volta o projeto, e gasta mais dinheiro. E fui buscar a Sinopec, uma empresa chinesa. Fui à China duas vezes, à busca da Sinopec, para fazer a parceria, para estar conosco. Em dezembro desse ano, agora, a Sinopec disse que não, que ela não faria a refinaria conosco. E o Conselho de Administração aprovou a refinaria com sócios. Então, tem três questões: a necessidade de melhoria ainda desse projeto, a necessidade de nós acharmos um sócio, e o que é mais importante: que haverá demanda futura para esse refino. Então, eu saúdo a senhora na insistência de continuar buscando um resultado para essa refinaria.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E ela pode ainda acontecer?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Hoje a PETROBRAS não tem recursos para isso, por conta da financiabilidade da companhia, porque nós não temos acesso ao mercado hoje, porque não temos um balanço auditado, mas teremos; o Presidente Bendine está trabalhando para isso. O mercado... O nosso



parque de refino, nós conseguimos otimizar o nosso parque de refino., estamos dando conta da demanda com o refino que nós temos, mas há uma projeção de que a demanda vai crescer. Então, se a demanda cresce, a esperança permanece. E se a economia cresce, o consumo cresce. Nem tudo está perdido. Mas, neste momento, o que eu fiz foi investir mais num projeto melhor, e não fazemos porque não temos sócios e porque não temos dinheiro para fazer. Esse é que é o ponto principal. Eu tenho aqui uma tabelinha, depois eu dou pra senhora, do que a gente investiu. Eu vejo a senhora perguntando nas oitavas e tal. Então, ela está aqui, bem explicadinha. Vou tirar daqui e vou lhe passar. Está bom?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Muito obrigada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas há outras perguntas que eu fiz à Dra. Graça.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu fiquei tão preocupada em responder a essa pergunta que eu... Ah não, não, não precisa repetir que eu já lembrei. Ela é muito importante, essa pergunta. Eu não vivo dois mundos, eu vivo... Não tenho dois princípios; meu princípio é da ética; meu princípio foi deixar a PETROBRAS. A minha carreira foi interrompida por mim, os meus colegas Diretores interromperam suas carreiras como Diretores porque nós entendemos que a investigação na PETROBRAS seria muito mais transparente sem a nossa presença, e por isso nós saímos da companhia. Então, eu não vivo isso. Eu saí da PETROBRAS chorando e rindo. Lógico que eu sinto saudades. Eu sinto falta dos meus colegas, falta daquela adrenalina toda, mas eu tenho essa oportunidade que me foi dada de falar com vocês. Mas eu não vivo esses dois mundos, essa dicotomia entre o certo e o errado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Acerca do repasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, eu queria pedir compreensão a V.Exa. Eu preciso fazer um comunicado e um apelo, da mesma forma, aos oradores que ainda estão por falar.

O último voo da Sra. Graça Foster, hoje, é às 18h18min. Então, houve um apelo para que a liberássemos às 17 horas, 17h10min. Nós temos, ainda, 50 minutos, 1 hora, e temos, aqui, pelo que eu olhei, dos Parlamentares que estão



presentes, 10 Parlamentares inscritos: Deputado Jhc, Deputado Silas Câmara, Deputado Ivan Valente, Deputado Edio Lopes, Deputado Prascidelli, Deputado Florence, Deputado Félix Mendonça, Deputado Carlos Andrade e, ainda, Deputado Nilson Leitão, como não membro. Nós temos aqui 10 Parlamentares inscritos. Então, eu gostaria de fazer...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Considerando...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ela não respondeu só a uma, Presidente. A da Triunfo, Dra. Graça...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encaminha a pergunta, e eu não tenho dúvida de que a Sra. Graça Foster...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Presidente, essa é rápida, de uma frase.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - *(Ininteligível)* responder. É uma frase.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Uma frase: eu não estava na PETROBRAS na época da aquisição da Triunfo.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, eu estou inscrito. Eu tinha várias considerações a fazer, mas, considerando o apelo de V.Exa. e o bom senso, eu vou retirar a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, a título de contribuir com o andar dos trabalhos, eu vou sugerir a V.Exa., com a concordância dos Deputados que ainda restam para falar, que nós pudéssemos fazer as perguntas em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Era isso que eu queria sugerir.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Assim, nós economizaríamos tempo e a depoente poderia responder de modo mais sintetizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, só quero anunciar a V.Exa. — eu falei com o Deputado Imbassahy — que eu vou agregar o meu tempo de Líder à minha fala.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já fui informado e atenderei V.Exa. nos termos regimentais.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nesse sentido, eu preferiria que houvesse a possibilidade da resposta, senão vai ficar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - No tempo de Liderança, V.Exa. não pode inquirir; só pode falar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, eu vou fazer as perguntas no tempo da minha inquirição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - No seu tempo como membro, não há nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois, não, Deputado Silas.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu estou, desde as 9 horas da manhã, nesta Comissão. Nas últimas três reuniões, o critério da CPI foi: 6 Sub-Relatores, ou 5, eu não sei...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cinco.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - ...os titulares dos requerimentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - ...as Lideranças inteiras e, depois, os membros. Amigo, isso é impraticável. Melhor fazer-se uma CPI só de Líder e Sub-Relator, porque não há sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Infelizmente, Deputado Silas, eu...

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Eu acho isso uma falta de respeito com quem é membro da CPI. Para que haver membro? Faça-se uma CPI só com Sub-Relator e Líder, pronto, acabou-se.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu, Deputado Silas, fico realmente... Eu entendo o apelo de V.Exa., mas eu tenho que cumprir o Regimento. Então, eu fiz um apelo e ele não foi atendido. Vamos dar seguimento à CPI da forma como estamos.

Deputado Jhc, V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Sr. Presidente, eu prometo ser breve também.



Sra. Graça Foster, desde já, quero agradecer pelo comparecimento e por colaborar, também, com esta CPI.

Quero agradecer a esta Comissão também por ter aprovado, na última reunião, um requerimento de minha autoria que, justamente, solicita todas as auditorias feitas pela PETROBRAS e pelas suas subsidiárias, já que a própria depoente disse que a PriceWaterhouse, empresa de auditoria contratada pela PETROBRAS, avalizou, sem ressalvas, as contas da empresa a respeito do primeiro trimestre, ainda, de 2014. Então, por isso é necessário que nós tenhamos, depois, também essas novas auditorias para que esta Comissão possa se debruçar e também dar o seu parecer sobre elas.

Nós temos, aqui, no último depoimento, e eu gostaria só, depois... Eu vou ser breve. Enfim, eu queria destrinchá-lo, mas eu posso colocar de forma genérica. Quero perguntar se a senhora confirma tudo o que já confirmou também em outra oportunidade, aqui na CPMI, em relação à Abreu e Lima, à Pasadena, à SBM Offshore, à Diretoria de Gás e Energia e em relação, também, à ex-funcionária Venina, enfim, sobre as suas declarações. Então eu deixo e faço a pergunta se a senhora confirma.

Outro caso que eu trago aqui também é sobre Luiz Eduardo Carneiro, enfim. Ele foi ex-Presidente da OGX, da combalida petroleira de Eike Batista, e, como já foi noticiado aqui, o Carneiro seria o candidato preferido da senhora. Ele se tornou Presidente da OGX quando a companhia ainda prometia se tornar uma mini PETROBRAS.

Então eu gostaria que V.Sa. pudesse falar sobre como se deu essa indicação de Luiz Eduardo Carneiro, qual foi o seu grau de influência, e, também em relação — para concluir, Sr. Presidente — ao Sr. Eduardo Musa, já que no depoimento de Barusco ele fala aqui que Musa, Diretor de Participações da empresa, era chamado de “Casa 2”. Ou seja, Barusco, enfim, ele próprio declarou que o Vaccari estabeleceu uma divisão e ele ainda considerava, dessa forma, injusto.

Então todos os assuntos que a senhora já deve conhecer.

Então, como nós sabemos, o Eike Batista foi uma das figuras que andou pelos corredores e deu um golpe de *marketing* aí no povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Jhc.



**O SR. DEPUTADO JHC** - Conseguiu, Sr. Presidente, de certa forma, lesar o povo brasileiro com as suas relações suspeitas que teve com o Governo e conseguiu ganhar notoriedade e montar, construir um castelo de areia. E essa pessoa que é responsável hoje, que era responsável à época, eu gostaria de saber, da Sra. Graças Foster, por que escolher essa mesma pessoa, que depois essa mesma empresa faliu, ou seja, foi às ruínas; o porquê de escolher essa pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Ou então se houve participação para estar hoje na Sete Brasil. Sei que é o Conselho que indica, mas qual foi o grau de participação e indicação dessas duas pessoas, o Eduardo Musa e também o Presidente Luiz Eduardo Carneiro?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu respondo agora? Bom, a pergunta que o senhor me fez sobre se eu confirmo tudo o que disse na CPI, na CPMI. Foi levantada aqui uma questão com relação a projetos da RNEST, projetos de COMPERJ, e eu disse, inclusive, que após a CPMI, a CPI, nós abrimos comissões internas de apuração, o que deu para nós novas informações, então... Também vieram as delações premiadas, depoimentos. Então eu fico muito preocupada de dizer, de forma ampla, que eu confirmo tudo, né? Nós tivemos novas informações que nos trouxeram aprofundamentos. Com relação ao Carneiro, ele foi para a OGX, eu acho, bem no fim da OGX, né? Então ele foi quase que como um socorro. Ele foi chamado para a OGX quase como aquele que vai dar, sabe, a última braçada para levantar o cara que já está ali já com água no nariz. Então, eu tenho uma excelente impressão do Carneiro. Ele foi uma indicação do nosso Diretor de Exploração e Produção, do Formigli, que foi meu Diretor. Nós fomos da diretoria colegiada juntos. É uma pessoa por quem eu tenho uma grande admiração, o Carneiro. Eu endossei a indicação do Formigli e a diretoria aprovou, numa lista tríplice, o nome do Carneiro. Até onde sei, na Sete, é um trabalho difícil, mas ele está fazendo o que ele pode, um trabalho bastante difícil neste momento em que ela passa por dificuldades financeiras. Agora, o Sr. Eduardo Musa eu não sei quem contratou. Deve ter sido uma contratação direta da Sete Brasil na sua primeira versão, porque não foi indicação da PETROBRAS.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sra. Graças Foster, eu observei, desde o início, o seu depoimento, e eu me somo aos Deputados que acham que uma funcionária de carreira, que começou como estagiária e chega a ser Presidenta de uma empresa, como V.Sa. chegou, é uma pessoa que tem todos os requisitos para ser uma pessoa idônea, uma pessoa correta, uma pessoa esforçada, uma pessoa honesta. Mas há uma informação que a senhora respondeu a um Deputado que me chamou a atenção. A senhora disse que foi indicada pela Presidenta Dilma para a Diretoria de Gás, depois, promovida à Presidenta. E, quando perguntado se a senhora tinha conhecimento sobre que partido indicou os diretores da sua presidência, a senhora disse que não tinha conhecimento.

Como é que uma pessoa que é “lincada” ao cargo de direção por uma mobilização política ignora que as outras diretorias, que se desdobraram no escândalo, no maior escândalo do mundo em termos de desvio de recurso público, não reconhece ou não tem conhecimento de que os seus diretores, esses que estão envolvidos nos escândalos, têm ligação com o PT, com o PMDB, com o PP, etc.?

Então, a minha pergunta é: a composição da sua diretoria, quando Presidenta, a senhora tinha conhecimento de quem e que partido indicou essas pessoas para o Conselho para serem aprovadas e “lincadas” à Presidente? Esta é uma pergunta — no fim a senhora pode responder todas.

A segunda pergunta que eu lhe faço é de caráter pedagógico mesmo: que conselho, ou o que seria prudente fazer na PETROBRAS para que questões como essas que aconteceram na empresa nesse momento, conforme a senhora disse, não ficassem mais fora do controle, da percepção de quem preside, de quem dirige ou dos órgãos de controle?

Porque o que existe na PETROBRAS hoje é algo fenomenal: ninguém identificou. Nós estamos falando de 1 bilhão! Não são 1 milhão de reais — se fosse, já era um absurdo — ou 1 real; são 1 bilhão de reais que foram desviados e ninguém atribui isso a ninguém!



Por último, lá no Amazonas, eu estou formando aqui uma Frente Parlamentar — inclusive, o Deputado Edio está aqui, acabou de me falar — sobre a questão do potássio. Enquanto a PETROBRAS sofre um desvio desse montante, lá no Amazonas, há uma jazida de potássio, e tenho certeza de que a senhora tem conhecimento, que é considerada uma das maiores do mundo, senão a maior. E não se consegue que aquela jazida de potássio, de silvinita, que poderia ser para o Brasil, que depende de países que não o Brasil para poder desenvolver essa tecnologia ou esse componente importante para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - As fábricas de adubos no Brasil, enfim, etc. A senhora sabe informar me informar alguma coisa sobre prioridade? Sobre prioridade, porque...

Eu termino já o meu raciocínio, Sr. Presidente. Dois segundos, no máximo.

Preste bem atenção: início de construções que foram feitas no Maranhão, no Ceará, anunciadas; investimentos de 2, 3 milhões jogados fora na parte de planejamento foram pelo ralo e um investimento como aquele, por exemplo — e a senhora foi Presidenta da PETROBRAS há pouco tempo —, não foram priorizados. Eu queria saber sobre isso.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Deputado, muito obrigada pela sua pergunta — todas elas, mas, em especial, a primeira pergunta que o senhor me faz. Eu fui indicada para ser Diretora de Gás e Energia pela Presidenta Dilma, pela Ministra-Chefe da Casa Civil. Fui indicada para ser Presidente da PETROBRAS pela Presidenta da República. Indicada a quem? Indicada ao Conselho de Administração, que é quem aprova. Na minha época de diretora, havia vários outros diretores com indicações que eu não sei de que partido foram, todos técnicos da casa. Na minha gestão, que começou no dia 13 de fevereiro, eu tive o privilégio e a responsabilidade de indicar os diretores que iriam trabalhar comigo, os diretores com quem eu iria trabalhar. Então a indicação foi minha. Eu indiquei o Formigli, eu indiquei o Cosenza, indiquei o Figueiredo, eu indiquei todos os diretores que lá estavam. O Diretor Barbassa, Diretor Financeiro... Então, a indicação não tem partido. Eu indiquei esses nomes para a Presidenta da República. Ela conversou com o Ministro Mantega. O Ministro Mantega apresentou ao Conselho de



Administração, que aprovou. Então, são duas diretorias. Na minha diretoria, que eu tive o privilégio, foram pessoas, meus colegas, que eu indiquei. O privilégio e a responsabilidade, porque eu sempre disse: a responsabilidade do que vocês fizerem é minha, da Presidente Graça, e isso sempre pesou muito sobre os meus ombros; é uma preocupação sempre muito grande. Por isso, trabalhamos sempre muito juntos, e eu confio muito neles. E, quando saímos, demos as mãos e saímos todos. Então, essa é uma diferença. Potássio. Eu digo que nós temos essas jazidas, é importante, e eu sei que esse Governo da Presidenta Dilma dá muita importância para essas jazidas de potássio. Mas, em termos de prioridade, prezado e ilustre Deputado, a demanda por recursos é muito grande. Eu tive o privilégio de coordenar um projeto desses que o senhor está falando de silvinita, no seu Estado do Maranhão. E demanda uma infraestrutura...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Desculpa. Demanda uma infraestrutura tão grande no Amazonas que o custo é extremamente alto. Então, hoje, se tivéssemos que priorizar, a gente iria para o Maranhão construir a refinaria do Maranhão, porque está mais dentro da linha de negócios da PETROBRAS. Como é que vamos resolver essa questão da silvinita, do potássio, que é tão importante para o Brasil, é um projeto de Governo — certamente é —, porque precisa de muito recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, com a palavra o Deputado Ivan Valente.

Indago a V.Exa. se prefere primeiro o tempo de Liderança ou o tempo para as inquirições.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu vou falar primeiro como Líder. São 5 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - São 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Como Líder, são 3 minutos também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Três minutos e 3.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Os primeiros 3 minutos, eu farei as perguntas nos 3 minutos seguintes.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.K. Então, V.Exa. tem o tempo de Liderança do PSOL.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, primeiro eu queria esclarecer uma questão que não pude esclarecer no momento oportuno, quando houve um bate-boca na sua ausência aqui, Deputado Jorge Solla, que os documentos convocando os Srs. Fernando Soares, Júlio Camargo e Jaime Oliveira foram protocolados e era para terem sido votados na terça-feira. E foram colocados também lá onde não houve acordo, na reunião original, e foram protocolados pelo PSOL.

Quero deixar isso registrado, e não gostei que o PT inclusive obstruísse a pauta, com medo de outros requerimentos. Se houver acordos aqui, o PSOL não participa. Ele quer investigar até o final. PMDB, se é do PMDB... Porque há uma briguinta aqui. Vamos chamar todo mundo que está no centro.

A Dra. Graça Foster, na verdade, na minha opinião, hoje, talvez seja a pessoa mais rodada em CPI nos últimos tempos, porque ela já foi a várias reuniões de CPMI, em Comissões da Câmara, perguntada e tal, já depois de delação premiada, antes... Então, ela tem uma excelente contribuição a dar para... Conhecimento da PETROBRAS, não há uma acusação formal sobre ela.

Eu acho até, Sra. Graça, que há algumas coisas que nunca serão devidamente esclarecidas. Por isso que eu era contra e não convoquei a senhora, porque eu acho que vai ficar sempre uma pergunta do tipo: como é que da presidência para a pirâmide não se consegue detectar o que fez o Sr. Pedro Barusco, ou o Paulo Roberto Costa, ou o Duque, etc.? É difícil. Então, vai ficar isso no ar, mas não contribui.

O problema é que a CPI precisa se centrar nas investigações. Essa que é a questão. E há muita gente que já está na delação premiada, que tem fatos aí... Ontem, novamente, está aí o Sr. Fernando Soares colocado como condenado já, inclusive pelo Juiz Sérgio Mouro, pela CPI de 2009. Depois eu farei uma pergunta sobre isso à senhora, sobre a CPI de 2009. Em seguida, no meu minuto final. Mas, só para fixar a posição do PSOL.

Quando se votou aqui a questão do pré-sal, o PSOL votou 100% estatal na PETROBRAS, nem a partilha era. E o PSDB queria, sim, as concessões, porque



foram eles que quebraram o monopólio do petróleo no Brasil. Está claro isso. O Sr. Aécio Neves era campeão nisso mesmo. Mas o PT também fez isso no Campo de Libra, privatizou, nós fomos contra etc. E também acha que o público e o privado — *“Ah! Estatal é ruim, privado é bom!”* Está errado, está aí o estado do Sr. Eike Batista, que não nos deixa mentir, não é? Não só a corrupção, como os erros que estão aí.

Por isso, eu queria agora, entrando nas perguntas mesmo, Presidente, colocar o seguinte: a senhora participou da CPI de 2009? A senhora foi chamada a depor na CPI de 2009, naquele momento?

Segunda pergunta importante: a senhora conhece alguns ou todos — como V.Exa. foi Diretora, também, várias vezes — esses senhores que estão presos em Curitiba, os diretores das principais empreiteiras do Brasil? A senhora teve contato com eles? Eles frequentavam os corredores da PETROBRAS? Essa é uma pergunta importante que eu queria fazer também.

Terceira: a senhora conhece o Sr. Júlio Camargo, da empresa Toyo Setal? Que tipo de negócios foram feitos? Se, positivamente, o seu contato com ele foi feito? A senhora o conhecia?

Quarta: queria perguntar se V.Sa. era solicitada por Parlamentares? Parlamentares — Senadores e Deputados — procuravam a senhora, tanto como Diretora, depois, como Presidente da PETROBRAS? Que tipo de requisição, que tipo de pedido ou de conversa havia entre membros do Poder Legislativo e a Direção da PETROBRAS, e se isso aconteceu de verdade? Eu entendo que essa é uma questão importante.

E, em último lugar, eu queria colocar isto: na CPI da PETROBRAS de 2009, agora, documento de hoje do Juiz Sérgio Moro diz que foram pagos 10 milhões de reais para abafar a CPI da PETROBRAS, e que o ex-Presidente do PSDB, o Sr. Sérgio Guerra, teria recebido esses 10 milhões para ajudar a abafar essa apuração na época. Quero saber como a PETROBRAS — V.Sa. já era da PETROBRAS, já exercia cargo; até quero saber que cargo V.Sa. exercia —, como foi recebido isso naquele momento?

E, finalmente, queria perguntar o seguinte: V.Sa., nos aditivos que eram feitos, particularmente na Refinaria Abreu e Lima — que foram vários, subscritos pelo Sr. Paulo Roberto Costa e tal —, como é que a senhora participava dessas



decisões? Ou como via os seguidos aditivos que multiplicavam o preço da Refinaria de Abreu e Lima, dando esse escândalo — não só esse, mas vários — de sobrepreço, que, depois, resultam na grande corrupção que está aí?

Finalmente, queria perguntar a V.Sa. qual é a relação de conhecimento que a senhora teve com o Sr. Jorge Zelada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Sr. Deputado, da CPI de 2009, na minha área — eu já era Diretora de Gás e Energia —, não houve nenhuma ligação com os objetos, com os eixos dessa CPI. Por isso, eu não fui convocada, não fui chamada. E, quando soubemos — eu, pelo menos, soube — dessa, não sei se 10 milhões, eu não sei se sempre foi esse o número que apareceu, a gente se pergunta: “Como? Quem? Onde? Como é que foi isso?” E não há resposta. Esperamos e sabemos que a Operação Lava-Jato vai trazer as respostas para nós. Não mais para mim, que não sou mais dirigente da companhia, mas, para a Maria das Graças cidadã brasileira que quer saber sempre tudo o que aconteceu na minha empresa. As empreiteiras, as áreas de negócio são clientes da Engenharia, e a Engenharia faz os contratos com as empreiteiras. Então, eu conheço muitos desses senhores, não pelo nome todos eles, um ou outro; faço uma confusão a respeito de qual é a empreiteira, se é João ou se é Fernando, se é quem. Eu tive, como Diretora de Gás e Energia, uma aproximação maior com as obras. Então, tinha que acabar a obra rápido porque tinha que terminar, porque tinha que terminar, porque tinha que gerar receita, e eu fazia reunião com eles, a grande maioria, sempre junto com a Engenharia, mas na obra. Então, eu queria saber da obra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nunca a senhora ficou sabendo de um cartel que existia, de uma combinação de preços?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Não, não soube nunca disso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nunca?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Nunca soube.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mesmo quando a senhora esteve com Paulo Roberto Costa, com Duque...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Nunca! Eu não tinha relação com eles, a não ser a relação de Diretoria.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ou Barusco?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Então, quando o senhor comenta, o senhor fala dos aditivos, eu tenho responsabilidade em todos os aditivos aprovados enquanto eu era Diretora. E, em tudo aquilo que está não conforme, eu devo responder ao TCU, à CGU, a quem for, porque é uma diretoria colegiada, mas não tenho relação com esses senhores de empreiteira. E, depois que me tornei Presidente da PETROBRAS, a minha relação com eles foi menor ainda, porque eu não tinha obra nenhuma, porque Diretor da PETROBRAS não tem empresa, Presidente da PETROBRAS não tem obra. Então, o meu contato era menor ainda com esses senhores. Existem registros de que, em reuniões na PETROBRAS, estava presente o Sr. Júlio Camargo. Com isso, levanta-se e verifica-se que eu estive em reunião em que esse senhor estava presente, e eu preciso olhar para ver qual é o objeto, mas nunca uma relação da Graça com o Sr. Júlio Camargo, e sim da Diretora, num ambiente de cinco, dez, quinze pessoas, discutindo um objeto. Então, as relações foram relações formais na companhia. Não tem como você ser diretor de uma área e não ter alguma relação com essas empreiteiras, relação profissional. Isso não existe. Senadores e Deputados. Se eu, como Diretora e como Presidente da PETROBRAS, fui procurada por Deputados e por Senadores? Sim, algumas vezes. E, na grande maioria das vezes, vai a bancada inteira; vai o Senador e vão um, dois, três Deputados e Prefeito; vai o sindicato; e, na grande maioria das vezes, as questões são afetas ao Estado que eles representam — “Então, a senhora não vai fazer refinaria no Ceará?” “A senhora não vai fazer o terminal em Angra dos Reis?” Ou “a senhora...” Então, esse tipo de batalha e de luta dos Deputados e dos Senadores, essa é a agenda comum que, das poucas vezes em que eu os recebi, versava sobre essas questões. E sempre junto com assessores...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eles estavam acompanhados de algum empreiteiro, alguma vez, quando encontraram a senhora?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Eu não tenho essa lembrança, mas eu não quero aqui dizer que não, porque eu não lembro, em 10, 12 anos, se tinha ou não tinha algum empreiteiro ali junto. Eu não posso dizer que não, definitivamente não, mas a pauta, normalmente é “o meu Estado”; normalmente é “a



minha cidade”, “o meu Município”. “É tudo para a Região A, e nunca para a Região B”; “A Bahia está morrendo, vocês estão tirando as sondas da Bahia e estão mandando tudo para a Bacia de Santos e tal”. É sempre, normalmente, é isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A senhora, a senhora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, o tempo de V.Exa. foi concluído. Há ainda outros Deputados inscritos. Daremos seguimento aos demais Deputados.

Deputado Valtenir Pereira, ausente; Deputada Jô Moraes, ausente; Deputado Henrique Fontana, ausente; Deputado João Gualberto, ausente; Deputado Darcísio Perondi, ausente.

Então, nós temos aqui um bloco com os Deputados Edio Lopes, Afonso Florence, Félix Mendonça, Carlos Andrade e Nilson Leitão. Indago aos senhores se podemos fazer os questionamentos em bloco. Há algum problema? (*Pausa.*)

Havendo a concordância, faremos os questionamentos em bloco.

Com a palavra o primeiro Deputado inscrito, Deputado Edio Lopes. V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, Sra. Graça Foster, eu sou obrigado a começar dizendo para a senhora que esta é a terceira audiência da qual eu participo com a senhora no Congresso Nacional. E, ao contrário das outras vezes, eu sou levado, em alguns momentos, a me autoconvencer de que a senhora representa ou representou o que tinha de bom na PETROBRAS, mesmo porque eu não posso acreditar que uma pessoa que praticamente nasceu dentro daquela empresa que é orgulho de todo brasileiro, imagine de quem a faz no dia a dia, possa imaginar o contrário ou possa proceder do contrário.

Todavia, há algumas situações em que a senhora também me leva a pôr por terra essa crença. Por exemplo, a senhora afirma que a PETROBRAS nos últimos 3, 4 anos, sob sua condução, bateu recorde após recorde. Todavia, nós sabemos que a PETROBRAS hoje é uma empresa altamente endividada. Como se explica essa situação, então?

A questão da Abreu e Lima, nós acompanhamos todo aquele festival, e me perdoe o termo, de fanfarronice do falecido Presidente venezuelano, e é uma planta



que saiu de 2,5 bilhões de dólares — a senhora mesma acabou de dizer isso aqui — e foi parar em 20, quem sabe até mais.

A minha pergunta é: aquela participação, ou promessa de participação, efetiva naquele projeto por parte da Venezuela trouxe prejuízos para a PETROBRAS? Essa é uma pergunta.

A senhora disse que sente vergonha do que ocorreu na PETROBRAS, principalmente — a senhora afirmou de forma muito incisiva — na questão do projeto de gás. A senhora sente vergonha dos seus ex-colegas, ou de si mesma, por não ter detectado todo esse mar de lama que estava na porta do gabinete da Presidência?

E por último, como é deprimente ver a senhora vir aqui, Sra. Graça Foster — com todo o respeito e com toda a admiração que hoje eu já tenho pela senhora —, dizer que a ata da PETROBRAS estava errada naquela inquirição do Deputado Izalci. Eu não posso imaginar uma empresa do porte da PETROBRAS fazer uma ata com informações tão contraditórias...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - ...e a senhora dizer pura e simplesmente que a ata está errada. Não posso, eu não posso aceitar isso passivamente.

Ainda na questão levantada pelo Deputado Silas Câmara, Sr. Presidente, e já concluo, a questão do potássio é sim prioridade, eu diria, zero do Governo, porque nós importamos bilhões de dólares em potássio para sustentar a agricultura brasileira, e se qualquer um dos fornecedores, Chile ou outro fornecedor, cortar a linha de fornecimento para o Brasil, nós quebraremos a nossa agricultura em 6 meses. E a agricultura brasileira hoje é, há muito, o suporte deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Eu abro mão da inscrição me reservando o direito de, se meu partido for atacado, defendê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Félix Mendonça Júnior.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - Obrigado, Sr. Presidente.



Eu gostaria de fazer dois questionamentos à Sra. Graça Foster sobre o que ela falou mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Quero pedir silêncio ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** - V.Sa. afirmou que o Governo vem atuando fortemente para solucionar os problemas que a Operação Lava-Jato criou, impedindo a contratação das empresas envolvidas ou denunciadas com a PETROBRAS. Bom, não foi nem a Operação Lava-Jato que criou. Ela não existia, ela apenas elucidou.

A pergunta: como a senhora considera “atuando fortemente”? O que está sendo efetivamente feito? A senhora conhece alguma atuação ou manobra do Governo para ajudar essas empresas, resolvendo essa situação, um possível acordo de leniência? Seria esta a atuação, a possibilidade de recontratar as mesmas empresas envolvidas?

A segunda pergunta: a senhora informou que desconhecia propinas e corrupção na PETROBRAS, certo? Mas com certeza a senhora conhece a orientação do TCU apontando como necessária a aplicabilidade da Lei nº 8.666, de 1993. Essa decisão do TCU foi suspensa liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal em recurso da empresa. Por que a empresa nunca, desde 2002, seguia as decisões do TCU para que a PETROBRAS se abstinhasse de aplicar o procedimento de licitação simplificado, como previsto no Decreto nº 2.745, de 1998, e aplicando às empresas a Lei de Licitações e Contratos?

São essas duas perguntas. Eu considero que esse decreto e a não aplicação da Lei 8.666/93 facilitaram a corrupção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Andrade.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Dra. Graça Foster, eu gostaria só de fazer um resgate aqui da sua resposta. Quando respondeu ao Deputado Onyx Lorenzoni, a senhora disse que delegou as



denúncias de irregularidades, as denúncias de irregularidades que foram feitas pela Sra. Venina, que também é empregada de carreira da PETROBRAS — não é isso? —, aproximadamente 20 anos de carreira também na PETROBRAS, a outro diretor, para que fossem tomadas providências no sentido da denúncia que ela fez ao Sr. Geovane. Ele ficou afastado por 5 anos e depois, quando retornou às atividades, foi demitido.

A minha pergunta é: o que motivou a transferência da Sra. Venina para um escritório da empresa PETROBRAS em Singapura? Inclusive, após essa transferência, ela moveu uma ação trabalhista alegando assédio moral pela companhia, que também está requerendo redução de salário, essas questões.

Eu lhe pergunto: por que ela foi removida? Inclusive, na matéria que traz O Globo, ela chega a fazer a seguinte afirmação:

*“Venina enviou um e-mail à Sra. Graça Foster pedindo ajuda para concluir um texto sobre problemas identificados na estatal. Na época, Graça era Diretora de Gás e Energia. Venina escreveu novamente para Graça Foster. ‘Do imenso orgulho que eu tinha pela minha empresa passei a sentir vergonha. Diretores passam a se intitular e agir como deuses e a tratar pessoas como animais. O que aconteceu na Diretoria de Abastecimento na área de comunicação e obras foi um verdadeiro absurdo. Técnicos brigavam por formas novas de contratação, processos novos e monitoramento das obras.’ Ou seja, o esquitejamento do projeto e de licitações sem aparente eficiência.”*

A minha pergunta: além do que levou Venina a ser transferida para o escritório da PETROBRAS em Singapura, a senhora acha que o sistema de gestão, o sistema de governança da PETROBRAS era falho? É falho? Propiciou, facilitou esses desvios de recursos públicos? Alguns colegas aqui chegaram a colocar que o que Pedro Barusco colocou aqui não se tratava de realidade. Mas já foram devolvidos aos cofres públicos aproximadamente 100 milhões de dólares. Quer dizer, são números reais, são fatos reais.



O sistema corporativo, o sistema de governança, de gestão da PETROBRAS é falho? Se foi uma denúncia que não tinha nada a ver, não estava vinculada àquele processo de Geovane, por que Venina foi afastada, se era uma servidora, se era uma empregada de carreira da PETROBRAS, assim como a senhora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Só aguardar a resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É em bloco.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Ah, é em bloco. Perdão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo e último inscrito é o Deputado Nilson Leitão.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou tentar ser bem objetivo.

A nossa ex-Presidente Graça Foster soube, porque que o Brasil inteiro soube, que a Operação Lava-Jato foi deflagrada já com prisões em março de 2014. Ela deixou a Presidência em fevereiro de 2015. Então, a primeira pergunta, de forma objetiva: o que a senhora fez, como Presidente da PETROBRAS, administrativamente, imediatamente em relação à Operação Lava-Jato, como gestora? A senhora não pode alegar que não sabia a partir daí, porque o Brasil inteiro sabia, até quem está nos assentamentos, que não têm acesso à Internet, até eles já deviam saber.

Youssef já diz de cara que repassou recursos, dinheiro do esquema lava-jato para Zé Dirceu e Vaccari. A senhora diz que não conhece Vaccari, nunca o viu, somente pela televisão. É impressionante, porque ele é Tesoureiro do PT, e ele foi tesoureiro na eleição da Presidente Dilma. A senhora não participou da campanha de 2010 em nenhuma hipótese? Estranho.

O seu ex-funcionário, que eu já perguntei, Shinko Nakandakari, confirma que havia esquema de propina na Diretoria de Gás e Energia quando a senhora era Diretora. A senhora diz que indicou Cosenza, que também foi denunciado aqui, que recebeu propina com a senhora já na Presidência.

Quer dizer, neste encerramento, eu sou o último a falar, chega ao ponto em que o Brasil não acredita em mais ninguém mesmo. Eu posso acreditar que podem



existir algumas hipóteses. Uma, de a senhora ter recebido essas informações e não acreditar de jeito nenhum. Não tomou nenhuma atitude porque não acreditou: “*É mentira, eu não acredito nisso*”. E, de repente, o pior cego é aquele que não quer enxergar, ou de fato esse assunto poderia afetar a República brasileira.

A senhora, com a cabeça de executiva, de gestora — deve ter participado de várias qualificações e capacitações na vida com tantos mestres —, é possível, na sua cabeça de cidadã, de brasileira, achar que a Presidente Dilma não tem culpa nenhuma nesta história? A culpa pode ser direta ou indireta em qualquer situação. E a senhora, como Presidente também, acha que não tem culpa nenhuma, diante de tanta corrupção ocorrida na PETROBRAS, como executiva?

Se fosse um papel inverso, se a senhora fosse auditora, se a senhora tivesse que ir lá fazer uma substituição em um momento desses e tomar todas as atitudes mais drásticas para resolver o problema de uma empresa que está sob forte esquema de corrupção, a senhora agiria como, como Bendine está agindo, ou faria de fato uma auditoria completa colocando a culpa naqueles que devem?

O que eu estou percebendo, e completo a minha fala, é que, tanto o Governo quanto a nova gestão da PETROBRAS e a anterior até, após a deflagração da Operação Lava-Jato, sempre quiseram responder à corrupção com os avanços da PETROBRAS, que todos nós sabemos que não são verdadeiros no papel, nós caímos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Então de fato o que existe é uma grande enganação em relação a isso. O que é preciso reconhecer é que há corrupção, e que é impossível — na minha cabeça não vou ser convencido, e os brasileiros também não — que na porta da Presidência da PETROBRAS, na porta da Presidência da República, todos os Ministros do Brasil não sabiam que existia corrupção na PETROBRAS. Isso é realmente colocar uma pecha de idiota na cara dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Antes de passar a palavra para que a Sra. Graça Foster possa responder, também peço que, ao término das respostas, S.Sa. já possa fazer as considerações finais, para que a gente possa encerrar a oitiva.



V.Sa. tem a palavra.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, seguindo aqui as perguntas, a Refinaria Abreu e Lima, se o sócio venezuelano trouxe algum prejuízo para a PETROBRAS... Trouxe. O projeto de refino seria outro na RNEST se não fosse a potencial sociedade com a Venezuela. Então, tivemos um custo de refinaria mais alto sim, porque o modelo de refino seria outro, se nós tivéssemos, desde o início, começado sozinhos.

Eu vou misturar um pouco aqui cada pergunta, porque uma tem conexão com a outra.

São absolutamente verdadeiros, Deputado Nilson Leitão, os números que eu trouxe da PETROBRAS. São números rastreáveis. A produção da PETROBRAS quem confirma é a Agência Nacional do Petróleo; o consumo de petróleo quem confirma é a Agência Nacional do Petróleo. É tudo medido *on-line*. A gente paga *royalties*, participação especial *on-line*, medido o óleo produzido. Enquanto o óleo está no reservatório, é da União; passou no medidor, a Agência está medindo.

Entrega de gás? Os números são absolutamente verdadeiros. E, como eu disse aqui, nós temos a maior dívida de uma empresa de petróleo que está operando. E temos os melhores ativos também de uma empresa de petróleo, um grande volume de reservas. É absolutamente verdadeiro e rastreável pelos senhores.

A questão do potássio. Eu não tenho a menor dúvida de que seria e é um belo projeto. Mas, quando eu falei em prioridade, eu não olhei para o Governo. Eu estou falando em prioridade, Deputado, da PETROBRAS. Entre a refinaria do Ceará, a refinaria do Maranhão, refinaria em qualquer outro lugar, é prioritário para nós em relação ao potássio. Mas a PETROBRAS é a PETROBRAS, e o Governo tem suas prioridades maiores. Ele define esse ritmo.

A Operação Lava-Jato. Ela foi deflagrada em março de 2014, mas o primeiro depoimento aconteceu no dia 8 de outubro de 2014. E a partir de 8 de outubro de 2014, nós ouvimos as delações premiadas do Ex-Diretor Paulo Roberto Costa, do Sr. Youssef, na sequência, outras delações, e nós passamos a agir imediatamente. Por exemplo, aditivos de RNEST e de COMPERJ assinados à época, contratos



assinados à época do Ex-Diretor, não seriam mais aditivados em questões; sim, em questões excepcionais. Então, nós agimos.

Nós contratamos escritórios independentes, americano e brasileiro, para fazer uma investigação interna, que eu falei 1 ano, 2 anos, e já me corrigiram, pode levar até 3 anos. Nós temos uma relação direta com a Polícia Federal. Direta! Nós criamos uma diretoria de governança, criamos uma diretoria de risco integrado e de *compliance*.

Então, o que eu pude fazer foi feito. E o que eu pude fazer foi pedir demissão inclusive — eu e os Diretores —, para que houvesse de fato um acesso, sem a menor dúvida, a todas as questões relevantes da nossa companhia. Eu saí. No último dia que eu saí da PETROBRAS, no dia 6, eu deixei o meu computador ligado, com todos os *e-mails*, com tudo que tinha dentro, com tudo que tinha nas gavetas, com tudo dentro dos armários, que pertencem à PETROBRAS. E assim fizeram os Diretores. E assim nós fizemos.

Então, os números da PETROBRAS são rastreáveis. Nós temos hoje, já encerrando a minha fala, um *branch* que é desfavorável à PETROBRAS a partir do ano que vem. Esperamos que a preço do petróleo cresça, porque a produção vai crescer. Nós temos um real depreciado, que hoje é muito ruim para PETROBRAS, mas, no ano que vem, com o aumento da produção, fica bom.

Então, nós vamos publicar, a PETROBRAS, o Presidente Bendine vai publicar o balanço e nós vamos voltar a ter acesso ao mercado de capitais. A nossa Diretoria de Compliance vai funcionar, porque é o CPF do Diretor que vai carimbar as pautas, que vai entrar na Diretoria e vai dizer se tem cartel, se não tem cartel.

Então, tudo isso que eu pude fazer enquanto estava na PETROBRAS eu fiz, a minha Diretoria fez.

Terminando, eu quero mesmo, profundamente, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Relator, todos os presentes à mesa, agradecer esta oportunidade de vir aqui poder falar da PETROBRAS com os senhores e com as senhoras.

Muito obrigada e contem sempre comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço novamente a V.Sa. a oportunidade de estar aqui mais uma vez no Congresso Nacional.



Antes de encerrar os trabalhos, eu gostaria de convidar para, na próxima terça-feira, dia 31 de março, a oitiva do Sr. Glauco Colepicolo Legatti, que virá a esta CPI, a partir das 9h30min.

Está encerrada a reunião.